

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

João Vicente Teixeira Buzzatti

**DA MÁQUINA ERUDITA À INSTITUIÇÃO
ARQUIVÍSTICA:**

RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES ENTRE
PESQUISA HISTÓRICA E TÉCNICAS DE ARQUIVO; O CASO DA
REFORMA ADMINISTRATIVA DO ARQUIVO NACIONAL (1958-
1964)

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

João Vicente Teixeira Buzzatti

**DA MÁQUINA ERUDITA À INSTITUIÇÃO
ARQUIVÍSTICA:**

RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES ENTRE
PESQUISA HISTÓRICA E TÉCNICAS DE ARQUIVO; O CASO DA
REFORMA ADMINISTRATIVA DO ARQUIVO NACIONAL (1958-
1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina de Matos Rodrigues

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Teixeira Buzzatti, João Vicente

DA MÁQUINA ERUDITA À INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA:
RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES ENTRE PESQUISA
HISTÓRICA E TÉCNICAS DE ARQUIVO; O CASO DA REFORMA
ADMINISTRATIVA DO ARQUIVO NACIONAL (1958-1964) /
João Vicente Teixeira Buzzatti. -- 2015.
135 f.

Orientadora: Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2015.

1. Técnicas de arquivo. 2. Pesquisa histórica. 3.
Arquivo Nacional. I. de Matos Rodrigues, Mara
Cristina, orient. II. Título.

João Vicente Teixeira Buzzatti

**DA MÁQUINA ERUDITA À INSTITUIÇÃO
ARQUIVÍSTICA:**

RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES ENTRE
PESQUISA HISTÓRICA E TÉCNICAS DE ARQUIVO; O CASO DA
REFORMA ADMINISTRATIVA DO ARQUIVO NACIONAL (1958-
1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina de Matos Rodrigues (Orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Programa de Pós-Graduação em
História

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Programa de Pós-Graduação em
História

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ Programa de Pós-Graduação em
História

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Programa de Pós-Graduação em
História

Ao Vicente. Bem maior que a vida me proporcionou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Maria do Rocio e ao meu pai Vicente. Por tudo, que é muito mais do que tudo que poderia escrever aqui. Fizemos, nós três, nossas vidas às nossas maneiras e isso me trouxe até aqui.

Agradeço ao Vicente, meu filho amado, criança esperta e inteligente que trouxe mais alegria, carinho, afeto e responsabilidade à minha vida. E à Michele por dar à luz a todos estes sentimentos.

Agradeço também ao meu tio e padrinho Luiz Eduardo, que me deu o prazer de ser também padrinho do meu filho. A distância só ressalta o sabor dos momentos que compartilhamos.

Aos meus avós, que hoje tanta falta fazem. Mas deixaram seu carinho e seus ensinamentos impressos em minha alma. Em especial, à minha avó e madrinha Alcina, Susana para todos, à qual devo parte maior da minha criação, da minha constituição como sujeito, da ética e da hombridade que tento honrar com muito orgulho através da vida. Já me resenti de sua partida quando me formei e quando nasceu o Vicente, mas sei que ela estaria orgulhosa de mim nessas situações, e nesta não seria diferente. Tristeza pela ausência, mas alegria por aquela que seria a dela.

À Amanda, minha irmã mais nova, que sempre busquei incentivar na busca de seus sonhos e sempre me retribuiu da mesma forma. E ao Pedro, irmão da Amanda, que considero como meu.

Aos bons amigos que fiz ao longo da vida. Agradeço ao grande amigo de muito tempo, meu “irmão mais velho” Patrick. À Vanessa, amiga desde o Rock in Rio 2001 e de todos os momentos desde então. Ao Lucas Rosa, mais do que colega de História, mais do que colega de trabalho, mais do que colega de apartamento, mais do que colega de futebol, jogando ou torcendo, mais do que parceiro de festas e de viagens. Ao Marcelo Plentz, colega de trabalho (estreamos no Beco no mesmo 1º de janeiro!), de apartamento, de futebol (na boa ou na ruim!) e amigo de todos os outros momentos. Ao Zíngaro, Homem, de Medeiros, colega de história, de apartamento, de museologia, de Beco, de

Rolling Stones em Buenos Aires e de muito mais. Aos amigos do Beco, em especial, ao Tinga. À Renata, mais do que colega de trabalho, uma amiga sempre compreensiva. Aos amigos mais recentes, Brunah e Deleon, que acompanharam os capítulos finais do drama que é terminar a dissertação e me incentivaram em todos momentos, inclusive na patifaria. Vamooo. Obrigado a todos por compartilharem às suas maneiras a caminhada que me trouxe até aqui!

Aos colegas de trabalho da Faculdade de Odontologia da UFRGS e aos colegas da graduação e do mestrado, meu agradecimento.

Agradeço também aos professores, mestres da história e da vida, que me instruíram ao longo do Bacharelado em História na UFRGS. Sempre me lembrarei das primeiras aulas da disciplina de Introdução à História, ainda no primeiro semestre, ministrada pelo mais brilhante dos professores que tive, o Dr. Temístocles Américo Correa César, quando a distinção entre história e ciência histórica me cativou. Tive a oportunidade de cursar mais uma porção de disciplinas com o professor Temístocles na graduação e mais duas no curso do mestrado. Não há maneira de categorizá-las em relação à sua importância para a minha formação. O professor Temístocles tem, ainda, importância crucial na minha volta à academia, para cursar o mestrado. Todas as vezes que nos encontramos fui encorajado a continuar meus estudos. Lhe mandei algumas vezes o projeto, antes de submetê-lo à seleção, e sempre fui respondido com valiosíssimos comentários e sugestões. Obrigado, mestre!

Lembro também dos instigantes momentos propiciados pelo Dr. Benito Bisso Schmidt, na disciplina de Teoria e Metodologia da História III, onde pudemos refletir proficuaente sobre as ideias de Michel Foucault no curso de um semestre. Ao professor Benito agradeço também a oportunidade de participar na construção de uma disciplina e dar uma aula sobre arquivos. Agradeço também a orientação, na constituição do projeto e na realização do trabalho de conclusão de curso, do Dr. René Hernani Gertz: consciente da minha predileção pelos estudos de teoria e metodologia da história, não se resignou à temática obrigatória da disciplina, a História do Brasil, me incentivando a continuar a pesquisa que intentava. A todos os mestres que tive na graduação e no mestrado meu agradecimento.

À banca examinadora, nas pessoas do Dr. Cláudio Pereira Elmir, sugerido pela minha orientadora, que tão valiosas considerações fez no exame de qualificação; do Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi, brilhante historiador e cativante orador; do Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar, dedicado mestre e pessoa extraordinária.

Por fim, gostaria de agradecer especialmente à Dr. Mara Cristina de Matos Rodrigues, minha orientadora, que aceitou esta missão e a cumpriu de forma excepcional. Sua compreensão, sua dedicação e sua confiança, junto às sugestões e comentários, me deixaram confortável para desenvolver a pesquisa cujos resultados se encontram no texto que apresento. Muito obrigado.

RESUMO

A presente dissertação apresenta uma reflexão sobre as relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo no âmbito da reforma administrativa do Arquivo Nacional, empreendida por José Honório Rodrigues, no período em que foi diretor da instituição, entre 1958 e 1964. Amparada nos desenvolvimentos teóricos apresentados por Michel Foucault e Michel de Certeau, busca analisar os Regulamentos e Regimentos do Arquivo Nacional, desde 1838 a 1958, e os Relatórios Anuais referentes ao período entre 1958 e 1964, com vistas a problematizar a introdução dos princípios e das práticas da arquivística moderna e as alterações provocadas nas relações entre pesquisa histórica e práticas de arquivo, que redundaram na transformação da finalidade, do modelo institucional e da organização da documentação do Arquivo Nacional. Apresenta uma perspectiva alternativa aos entendimentos que enfatizam a ascensão da arquivística moderna no Brasil somente ao longo da década de 1970, evidenciando as iniciativas, exitosas ou não, de modernizar a instituição e coloca-la na posição central, enquanto órgão normativo e coordenador, do conjunto de órgãos e instituições arquivísticas do país. Conclui, por fim, que, no período abordado, houve uma reorientação na finalidade da instituição, antes dedicada à pesquisa histórica e, a partir de então, à administração pública; a modernização na estrutura institucional e a introdução dos princípios da arquivística moderna na recepção, no tratamento e na organização da documentação custodiada pelo Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Pesquisa histórica. Técnicas de arquivo. Arquivo Nacional (Brasil).

ABSTRACT

This thesis presents a study of the links between historical research and archival techniques under the administrative reform of the National Archives, undertaken by José Honório Rodrigues, in the period when he was director of the institution between 1958 and 1964. Supported in theoretical developments presented by Michel Foucault and Michel de Certeau, seeks to analyze the Rules and Regulations of the National Archives, from 1838-1958, and the annual reports for the period between 1958 and 1964, in order to discuss the introduction of the principles and practices of modern archival and the changes brought about in the relations between historical research and archival practices, which resulted in the transformation of purpose, the institutional model and the organization of the National Archives documentation. Presents an alternative perspective to the discussions that emphasize the rise of modern archival in Brazil only throughout the 1970s, highlighting the initiatives, successful or not, to modernize the institution and place it in the center position, while regulatory agency and engineer, set of organs and archival institutions. Concluded, finally, that in the period approached, there was a shift in the purpose of the institution, before dedicated to historical research and, from then on, public administration; modernizing the institutional framework and the introduction of the principles of modern archival at the reception, treatment and organization of the documentation guarded by the National Archives.

Keywords: Historical research. Archival techniques. National Archives (Brazil).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MÁQUINA ERUDITA: COLECIONISMO HISTORIADOR E ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS	32
1.1. A coleção: missões, edições e acumulações	33
1.2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: gênese da pesquisa histórica pública e formação da coleção	39
1.3. Arquivo Nacional: pesquisa histórica na finalidade, na estrutura institucional e na organização da documentação	41
1.4. Auge e declínio do predomínio da história no arquivo	49
1.5. A teoria arquivística moderna e a acomodação dos arquivos histórico e administrativo	53
1.6. Antecedentes da Reforma: obsolescência e modernidade arquivística	60
1.7. <i>A Situação do Arquivo Nacional</i> e o Regimento de 1958	62
1.8. O Regimento de 1958: O receituário da Reforma	64
2. A REFORMA ADMINISTRATIVA DO ARQUIVO NACIONAL	73
2.1. Organização da instituição: criação dos novos setores	74
2.2. Instalações físicas: prédio, obras, novas instalações	77

2.3. Pessoal: escassez de servidores, necessidade de qualificação	82
2.4. Visitas técnicas: diagnósticos, cursos, publicações	85
2.5. Acervo: organização, recolhimento, instrumentos de busca, microfilmagem, restauração e encadernação	92
2.6. Orçamento e material	97
2.7. Serviços ao público: Biblioteca, Seções de Consulta, Encadernação e Restauo	102
2.8. Sistema Brasileiro de Arquivos	108
2.9. Administração e pesquisa histórica	113
CONCLUSÃO	118
FONTES DOCUMENTAIS	123
REFERÊNCIAS	126
ANEXOS	131

ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional

JHR – José Honório Rodrigues

INTRODUÇÃO

“Os arquivos, com letra maiúscula e sem ela, podem conhecer também seu momento historiográfico e seu movimento reflexivo; além disso, todos os interessados ganhariam alguma vantagem em reconhecer tal fato”

François Hartog – A evidência da história

No âmbito das reflexões historiográficas, o surgimento da arquivologia¹ e suas relações com a escrita da história não figuram no rol de objetos de estudo privilegiados. No campo arquivístico, igualmente, “o interesse por uma reflexão sistemática sobre o surgimento da arquivologia como uma área do conhecimento com limites e fronteiras próprios não tem sido prioritário” (FONSECA, 2005, p. 29). As mudanças provocadas na escrita da história, em função da ascensão da arquivologia, tampouco têm sido abordadas por ambas as áreas.

Reflexões acerca das relações entre a ciência histórica e o arquivo raramente se encontram explícitas no âmbito dos debates historiográficos em torno dos conceitos ligados à escrita e à produção histórica. Quando aparecem, se evidenciam em função da irrupção do documento na escrita da história ou como possibilidade de contextualização da relação entre o documento e seu conteúdo. A abordagem documental no campo histórico aparece, no mais das

¹Arquivística e arquivologia são termos que compartilham uma plêiade de significados, sendo facilmente confundidos em seu emprego e utilizados de forma intercambiante. Este é um fato corriqueiro na literatura especializada. Adotarei, nos limites deste trabalho, o termo arquivologia se referindo ao estudo científico das formações arquivísticas, e o termo arquivística enquanto conjunto de técnicas empregadas no trabalho de arquivo. A expressão “formação arquivística” está relacionada, neste contexto, ao arquivo propriamente dito (instituição ou conjunto documental), bem como a outras formações documentais (massas documentais acumuladas, coleções), criados por um conjunto de técnicas, aplicadas de forma consciente ou não, sobre documentos tomados em conjunto. Um objetivo que se impõe a este trabalho é o de tornar mais claras as características distintivas e os pontos de contato entre estas definições ao longo da explanação.

vezes, como um problema de método ou de instrumental teórico-metodológico, desde que a disciplina histórica descentrou o documento para investir em uma metodologia que privilegiava o problema de pesquisa (Annales), estabelecida em oposição à hegemonia documental.

Quando se trata do caso brasileiro, em específico, percebe-se que este carece igualmente de reflexões acerca da história dos arquivos e das técnicas de arquivamento, especialmente sobre períodos anteriores à década de 1970, bem como de discussões sobre as transformações no sentido da pesquisa em história relacionadas aos fatos arquivísticos diretamente anteriores ao período. O reconhecimento da importância dos fatos que ocorreram nesta (ou a partir desta) década pelos profissionais que, contemporaneamente, se dedicam ao estudo epistemológico da arquivística funciona como um argumento de fundamentação dos próprios princípios da disciplina que se formava naquele momento e de afirmação sua autoridade sobre o campo e sobre políticas e instituições arquivísticas.

Apesar desta carência manifesta de reflexões acerca da arquivística e de suas relações com a história, a formação e a existência de conjuntos documentais revelam esforços históricos que, de uma forma ou de outra, tiveram sucesso em manter os registros das ações humanas, partes constitutivas de seus fatos. “Formas” estas que estão, de acordo com uma abordagem de Michel Foucault (1997, 2007a, 2007b), ligadas diretamente a dispositivos de poder, dispersos e fragmentários, que fazem parte das organizações, e a um saber, um discurso que se dispersa e se desenrola segundo regularidades específicas e normas próprias, por, para, a partir de e para além das organizações.

As rotinas de tratamento documental, assim como a circunscrição física responsável pela guarda e sistematização da documentação, existem certamente há milênios. O trabalho de acumulação, resguardo e acesso à documentação e ao seu conteúdo existem desde muito antes do surgimento do conceito, hoje hegemônico, de acesso à informação. Porém, as formações arquivísticas, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, assistiram à ascensão e ao domínio de uma noção que, antes mesmo da revolução do computador ou da noção de informação, provocou mudanças relevantes no próprio arquivo: a ascensão da noção de *fundo* aos poucos se

impôs, tornando-se hegemônica no período entre e pós-Guerra, ante a de *coleção*.

Não foi, por certo, uma passagem tranquila. A transformação discursiva ocorrida no período reelaborou as relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo em função de um domínio: do conceito de coleção ao de fundo, a instauração de novas práticas e rotinas arquivísticas em uma instituição central do sistema dos arquivos e da escrita da história implicou em uma luta pela hegemonia no campo discursivo do arquivo. O deslocamento provocado pela ascensão da sociedade de controle reorganizou o campo semântico do arquivo, fazendo ruir por partes o discurso rotulado como “histórico-patrimonialista”, em função de uma constituição orgânica e sistêmica da materialidade documental.

A partir destes acontecimentos, o que se pretende aqui, mais do que constatar o distanciamento contemporâneo entre história e arquivologia - áreas cujas relações parecem tão evidentes - é historicizar este movimento em busca das rupturas e continuidades na passagem, por um lado, da arquivística enquanto uma “ciência auxiliar da história”, alçada a “ciência social aplicada”, e, por outro, da pesquisa histórica enquanto trabalho de coleta e acúmulo documental² em função de uma escrita futura da história a uma operação historiográfica (problema de pesquisa, modelo/desvio, crítica documental, escrita da história) (CERTEAU, 2007).

Este trabalho de historicização visa a problematização de um período de transformações nas relações entre a pesquisa histórica e as técnicas de arquivo no Brasil, especificamente no caso do Arquivo Nacional. Pretende-se, ao longo desta exposição, estabelecer um debate entre historiografia e arquivística com o objetivo de evidenciar alguns traços das **relações entre a metodologia da pesquisa histórica e o discurso técnico e científico associado aos acervos documentais**, ao longo do processo de modernização dos arquivos e de institucionalização da arquivística no Brasil, **no período compreendido entre os anos de 1958 e 1964**.

² Representada pelo IHGB e pelo AN, no Brasil oitocentista, conforme se analisa mais detidamente ao longo do Capítulo I.

No Brasil, como em outros lugares, o arquivo sofreu mudanças em aspectos historiográficos, conceituais e institucionais ao longo do século XX. Dentre as fecundas iniciativas do período em questão destaca-se, no âmbito desta pesquisa, a reforma administrativa do Arquivo Nacional (AN), promovida durante a passagem de José Honório Rodrigues (JHR) pela Direção da instituição, entre 1958 e 1964. Pretende-se aqui evidenciar a reelaboração do conteúdo dos conceitos de pesquisa histórica e de técnicas de arquivo e as transformações nas relações entre eles que marcaram o processo de concepção e efetivação da Reforma do AN, em um momento de forte apelo do conceito de modernização.

O arquivo que outrora conhecemos e que se evoca na lembrança quando ouvimos a palavra, aquele de pilhas empoeiradas de papéis velhos, ainda existe, mas a palavra agora diz também outras coisas. Os “lugares de memória” – utilizando a expressão de Pierre Nora, sofreram mudanças estruturais e revoluções tecnológicas; de uma ponta a outra, a própria noção de arquivo mudou: do trabalho técnico de recuperação e conservação, passando pela disponibilização de instrumentos de pesquisa referentes a acervos organicamente depositados, à elaboração de recursos informacionais inerentes aos objetivos das organizações, o discurso do arquivo dobrou sobre si mesmo e se instituiu como um campo de poder (sobre a materialidade do arquivo) e de saber (capaz de dar lugar a métodos, disciplinas, ciências e a um sujeito: o arquivista).

Se o arquivo em sua materialidade e o trabalho de constituição, organização e manutenção de acervos passou por mudanças físicas e técnicas, as práticas às quais se relacionam as teorias são também diferentes de outrora, os lugares de onde se pode falar do arquivo mudaram, os sujeitos autorizados hoje são outros. Desde o arquivo da informática até o arquivo da epistême, experimentamos contemporaneamente outro arquivo, disperso e revelado, mas codificado; dividido, repartido e controlado mais de perto, por um maior número de instrumentos, mais localizado. O arquivo, como concebido pela arquivística contemporânea, estabelece uma racionalidade funcional direcionada à administração. A história, neste contexto, é subsidiária.

Mas isto nem sempre foi assim; a história exercia outras funções sociais, funcionava diferentemente sobre a vida dos indivíduos, e a ascensão da arquivística e, posteriormente, da arquivologia exerceram papel fundamental nesta mudança. O fato que anima este questionamento e que persiste na revisão da literatura arquivística é o de que, como apontam pesquisas recentes que procedem a uma revisão da produção na área, nem o surgimento (ou a institucionalização) da arquivística como área do conhecimento autônoma e suas relações com a pesquisa histórica, nem o período a que esta pesquisa pretende se dedicar têm recebido a devida atenção dos profissionais que, de alguma forma, se relacionam com o trabalho de arquivo.

Mais do que isso, a tendência que se observa nas análises históricas da arquivística contemporânea aponta para a cristalização de uma visão da história da disciplina que, de certa forma, exclui as transformações do período em questão, localizando na década de 1970 a gênese da arquivística enquanto um saber autônomo. A constatação recorrente da falta de estudos dedicados ao período anterior à ascensão do discurso arquivístico moderno e à passagem radical de uma arquivística “ciência auxiliar da história” a uma “ciência social aplicada e interdisciplinar”, que se aloja no discurso das ciências da informação, serve de motor à pesquisa que aqui se enseja; o silêncio que o discurso moderno criou em torno de si, ou a evidência dele, compele à pesquisa e à escrita.

A década de 1970, de acordo com Maria Odila Fonseca (2005, p.67), representa o momento fundamental de estabelecimento de “parâmetros que ainda hoje definem as questões arquivística no Brasil”; em termos factuais, aponta a autora, desta década datam a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), o início da publicação do periódico *Arquivo & Administração*, o surgimento dos cursos de graduação e a regulamentação da profissão de arquivista. Este marco cronológico, aliás, é quase um consenso na literatura da área - por exemplo, Paulo Roberto Elian Santos (2008), José Maria Jardim (1995, 2010), Anna Carla Almeida Mariz (2012), Ana Maria de Almeida Camargo (1996).

Não se pode, porém, tomar esta série de fatos como um indicador de origem, como nos lembra Foucault (2007b), mas como um estado das coisas que se relaciona a outras séries de fatos, anteriores e posteriores a ela. E este trabalho busca evidenciar uma série específica de fatos anteriores a esta,

reconhecida, mas pouco explorada por historiadores e arquivistas. De acordo com Maria Odila Fonseca, que observa a questão genericamente, “a história dos arquivos e da disciplina arquivística no Brasil poderia ser analisada desde muito antes da década de 1970, e esta é uma lacuna na historiografia da área em nosso país” (2005, p.67). Paulo Roberto Elian Santos é mais específico ao afirmar que,

no final da década de 1950, ao assumir a direção do Arquivo Nacional, o historiador José Honório Rodrigues iniciou um processo cujos aspectos políticos e técnicos, que incidiram sobre a arquivística no país, ainda não foram devidamente estudados [e] o tema das condições de institucionalização desta disciplina [a arquivística] em nosso país há algum tempo carece de pesquisas originais que resultem do uso de métodos e elementos conceituais da história e da sociologia da ciência (2008, p.19).

JHR foi diretor do Arquivo Nacional entre 1958 e 1964. Sua atuação, embasada na crítica ao modelo vigente à época no AN, antes mesmo de assumir a Direção da instituição, nos servirá de porta de entrada e fio condutor através da análise da Reforma empreendida. Porém, o que se pretende revelar, por trás do nome e da figura do sujeito, são as estratégias que passavam a funcionar e as rupturas e continuidades nas relações entre dois modelos em disputa sobre o domínio de um campo de saber/poder que participa dos procedimentos de controle da sociedade e de sustentação e reforço do poder dos Estados Modernos - uma relação de poder que se estabelecia e buscava esquivar-se, ritualizando o conhecimento que arquivava, de sua “pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1997).

Não é o homem José Honório. Não é aquele que, antes de galgar o posto de Diretor do Arquivo Nacional, exercia a função de Diretor do Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional e que, antes ainda, era bibliotecário do Instituto do Alcool e do Açúcar, ou aquele que, junto a Sérgio Buarque de Holanda, trabalhou no Instituto Nacional do Livro. Não era, tampouco, o profícuo historiador/históriógrafo do Brasil, o qual viria a compor a série de grandes historiógrafos da Nação, junto a Capistrano de Abreu, Francisco Adolpho de Varnhagen e dos “intérpretes do Brasil”. Constituí-lo assim seria uma ilusão.

JHR, no âmbito desta pesquisa, não requer biografia. Antes disso, seria necessário citar, nome a nome, as pessoas que o suportaram, as que lhe fizeram oposição, aquelas que se mantiveram fora da disputa. É um fato a se lamentar que não foi possível o acesso a documentos que corroborem ou confrontem a perspectiva lançada neste momento. Nem os Regimentos/Regulamentos, nem os Relatórios nos informam, nominalmente, sobre a resistência, sobre a imparcialidade, tampouco sobre o apoio de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, neste momento de transformação das práticas do arquivo.

Temos o relato, que não pode ser rotulado como vencedor, mas que também não sucumbiu na tarefa de inscrever-se na história da instauração de um discurso, de um conjunto de procedimentos que produzem e reproduzem enunciados em um espaço específico do saber. Seu legado, documentado, desenvolveu-se até o ponto de achar-se auto-criado. No “disparate” do início de tudo, uma nova ordem do arquivo logrou êxito em inscrever seus enunciados no discurso contemporâneo. Enquanto a ordem de colecionar dominava, a ordem de seriar, a pequenos golpes reformadores, se impunha. A coleção e a série somente seriam contemporâneas enquanto a noção de fundo não se impusesse de forma completa.

Era obviamente uma pessoa, com seus desejos e suas aspirações. Era um homem entre outros, um fio da meada. Somente chega até nós, neste caso, enquanto o desempenho de um cargo nos permite percebê-lo. Dos documentos que assinava, ou que se lhe atribuíram, pouco ou nada queremos aqui sobre o homem: queremos o que se pode assinalar sobre o seu tempo, sobre o momento do saber e do discurso que galgava o controle sobre o arquivo. Sobre os enunciados que funcionavam em um discurso que grassava o saber e revolucionavam as práticas - discursivas e não-discursivas – que eram postas em funcionamento e emanavam uma nova ordem do arquivo.

O relatório intitulado “A situação do Arquivo Nacional”, produzido por JHR e publicado em 1959, construía em detalhes e minúcias um diagnóstico da situação penosa em que se encontrava a instituição, indicando um descrédito do Estado para com a instituição histórica. De acordo com JHR, “o Arquivo Nacional, raras vezes ou nunca, mereceu a atenção governamental – porque foi excessivamente histórico, e por isso desvalorizou-se” (apud MARIZ, 2012, p.46).

O remoçamento da instituição dependia de alterações profundas: de acordo com JHR,

a atividade histórica aí, no momento, deve ser apenas marginal e assessorar a administração do Arquivo. Só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar de História (apud SANTOS, p.113).

A partir deste relatório, ao longo dos anos em que esteve à frente do AN, JHR empreendeu um projeto de modernização da instituição cujo objetivo central era direcionar a instituição aos assuntos administrativos do Estado e passava pela qualificação dos recursos humanos de que dispunha o arquivo. A consolidação dos cursos do AN, a edição de vasta bibliografia sobre o tema, a busca de especialista estrangeiros, oriundos de diferentes tradições, entre outras iniciativas, são aspectos de um projeto que, reconhecendo a necessidade de dar conta de problemas de natureza administrativa e arquivística, buscava formar um corpo técnico de pesquisadores no AN.

A problemática proposta, assim, se define através dos seguintes questionamentos, que serão retomados ao longo da pesquisa: no que consistia o projeto de modernização do AN? Que leitura da realidade e dos problemas da instituição fazia? Quais foram as soluções implementadas e que desenvolvimento tiveram? Por que algumas foram abortadas? Quais e por que sofreram resistência? Em que contribuíram para a modernização do arquivo e para a institucionalização da arquivística no Brasil? E para a pesquisa histórica? Como se relacionavam a pesquisa histórica e as técnicas de arquivo no âmbito do projeto, em especial na questão da formação de profissionais? Podemos inscrever os esforços de JHR em um movimento maior, de surgimento de uma disciplina que, a partir do arquivo, pretende dar conta das questões, tanto administrativas quanto relacionadas à pesquisa histórica, que a documentação oficial coloca?

Se Paulo Roberto Elian Santos (2008, p. 10), ao refletir sobre os arquivos científicos, lança mão da hipótese de que “as práticas e os elementos metodológicos concebidos pelo conhecimento arquivístico com respeito à gestão de documentos encontram-se impregnados dos pressupostos da pesquisa

histórica, da concepção de memória social”, ratificando em sua conclusão que “os vínculos dos arquivos e da arquivística com a história marcaram a evolução da disciplina desde suas origens” (Idem, p. 221), cabe ao estudo que se propõe a hipótese que se desenvolve a seguir.

No Brasil, a “impregnação” da arquivística por pressupostos da pesquisa histórica, caso específico do AN, pode ser entendida como a continuidade de aspectos inerentes a uma lógica histórica que funcionava soberana na instituição desde sua criação, e perdurava ainda em meados do século XX, à implantação do discurso arquivístico moderno. O projeto de JHR visava não só modernizar o arquivo, mas também refundar aquela instituição histórica do país e a modernização proposta por ele buscaria, neste entendimento, aliar os interesses da pesquisa histórica, que experimentavam um período de descrédito, aos desdobramentos técnico-administrativos que se verificavam no arquivo (entre eles a arquivística, cuja gênese se localiza na década de 1970). Mesmo que o projeto tenha logrado somente um êxito parcial em seu objetivo primordial de pôr em funcionamento práticas arquivísticas modernas e não tenha obtido sucesso total em inscrever a produção historiográfica como um saber do estado, acabou por instaurar uma teoria arquivística impregnada com os pressupostos da pesquisa histórica.

O interesse pela problemática que se pretende explorar tem sua origem nas atividades de bolsista desenvolvidas junto a instituições e órgãos arquivísticos, bem como em momentos de estudo proporcionados pela graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estas oportunidades de trabalho junto à documentação moderna de instituições públicas, em projetos dedicados à elaboração e implantação de instrumentos arquivísticos, além de proporcionarem o contato direto com diferentes realidades documentais, também permitiram uma leitura destas realidades através da literatura especializada da área de políticas e organização de arquivos, dos diferentes modelos de abordagem documental e da legislação que, historicamente, regula as práticas de arquivo.

As oportunidades de reflexão proporcionadas pelo currículo do curso de graduação Bacharelado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – especialmente a monografia desenvolvida no âmbito da disciplina de Técnicas da Pesquisa Histórica, orientada pelo Prof. Dr. Temístocles Américo Correa César, que buscava abordar as diferentes iniciativas de tratamento histórico e arquivístico da documentação administrativa da UFRGS, e o trabalho de conclusão do Bacharelado, sob orientação do Prof. Dr. René Ernaini Gertz, dedicado a reconhecer os caminhos arquivísticos de tratamento documental no Brasil da segunda metade do século XX – foram espaços de reconhecimento e de exploração da problemática à qual se refere o estudo que se pretende empreender. Permitiram, ainda, um contato com as discussões atuais acerca da temática do arquivo e geraram uma série de questionamentos acerca do lugar que ocupa o historiador no campo do tratamento documental e sobre as relações entre a disciplina histórica e as técnicas de arquivo.

Somente o interesse pessoal sobre a temática do arquivo, porém, não basta para resolver a justificativa do empreendimento aqui proposto. A falta de trabalhos que contemplem não só o projeto de modernização empreendido por JHR, mas o período em questão de uma forma geral, revela a distância entre estudos históricos e arquivísticos e a necessidade de se estabelecerem diálogos entre disciplinas que compartilham historicamente seus interesses. Ao esboçar uma reflexão acerca das relações entre a disciplina histórica, a disciplina arquivística e o arquivo, esta pesquisa visa contribuir para os debates sobre a historiografia em suas relações com a institucionalização da disciplina arquivística, cujos contornos encontram-se esboçados na problematização acima formulada.

Entendemos que este deve ser o ponto de partida de um questionamento mais profundo sobre as relações entre políticas documentais públicas, pesquisa histórica e, no centro, os arquivos que temos e que teremos no futuro. Assim, esta pesquisa persegue os seguintes objetivos:

1. Estabelecer o quadro discursivo do Regulamento do AN de 1923 e evidenciar o sentido da leitura crítica e da reforma propostas por JHR à instituição;

2. Identificar, nas iniciativas de JHR, os elementos que diziam respeito, por um lado, à modernização do Arquivo Nacional e à institucionalização da arquivística no Brasil e, por outro, ao reexame das fontes documentais e à definição de uma metodologia da pesquisa histórica brasileira;
3. Distinguir, no bojo das iniciativas colhidas, os procedimentos ligados à pesquisa histórica e à disciplina arquivística e analisar o desenvolvimento apresentado pelas distintas iniciativas;
4. Esclarecer em que medida o projeto de JHR contribuiu para fundar uma arquivística com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos observados no período, e em que medida a arquivística assim concebida está “impregnada” de pressupostos da pesquisa histórica.

As fontes desta pesquisa se compõem da bibliografia arrolada sobre a arquivística e suas origens históricas, a crise das ciências sociais e a ascensão de novos métodos historiográficos; do arquivo pessoal e da correspondência de JHR; de documentação constante das Séries Regimentos e Relatórios do Fundo “AN”, do Arquivo Nacional; da legislação que regulamentou a instituição desde sua criação; de entrevistas e textos filosóficos e científicos sobre a temática do arquivo. Com o intuito de dar conta da diversidade documental disponível, buscamos, através dos escritos de Michel Foucault e Michel de Certeau, estabelecer um quadro teórico-metodológico que possibilite responder adequadamente aos questionamentos colocados a partir das fontes arroladas.

Acreditamos, como Heloísa Bellotto (2004), que o arquivo é um universo arqueológico. Sua descrição deve dar conta, além da formação científica que se evidencia, de um jogo entre práticas discursivas que derivam de diferentes formações e incidem em um mesmo extrato do arquivo. Cabe à descrição, então, mostrar de que forma o discurso,

como prática que se dirige a um certo campo de objetos, que se encontra nas mãos de um certo número de indivíduos estatutariamente designados, que tem, enfim, que exercer certas funções na sociedade, se articula em práticas que lhe são exteriores e que não são de natureza discursiva (FOUCAULT, 1997, p.188).

Compreendemos, com François Hartog, que “a passagem entre ‘o arquivo’ de *L’archéologie du savoir*, concebido como um sistema geral da formação e da transformação dos enunciados, por um lado, e, por outro, ‘os arquivos’ não seja realmente imediata” (2011, p. 233), porém, acreditamos que um exercício de aproximação do arquivo foucaultiano ao discurso do arquivo, através do recurso à análise arqueológica, nos permite delimitar o campo onde se dispersam os enunciados do discurso que é alvo da leitura crítica de JHR e compreender a “transformação do ‘arquivístico’” (CERTEAU, 2007, p. 83), proposta a partir desta leitura, enquanto um quadro (série de séries) de relações entre discursos que travam disputa pela hegemonia sobre o acúmulo memorial dos enunciados.

Neste sentido,

a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um *status* de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas (FOUCAULT, 1997, p. 189).

O método arqueológico permite ao historiador elaborar e trabalhar no interior da diversidade documental levantada pelos questionamentos, com o intuito de produzir uma descrição do arquivo, organizando-o, recortando-o, distribuindo-o, ordenando-o. A arqueologia, segundo concebida por Michel Foucault, é um método cuja abrangência analítica se estende, para além da ciência, por territórios que

podem atravessar textos “literários” ou “filosóficos”, bem como textos científicos. O saber não está investido somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (Idem, p. 208).

Para o filósofo,

a prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; o saber que ela forma não é nem o esboço enrugado, nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída. As ciências (...) aparecem no elemento de uma formação discursiva e tendo o saber como fundo (Idem).

A arqueologia busca descrever as formações discursivas inscritas em uma epistême. Segundo o filósofo e historiador francês, “numa cultura e num dado momento, nunca há mais de uma epistême, que define as condições de possibilidade de todo o saber, quer seja o que se manifesta numa teoria ou aquele que é silenciosamente investido numa prática” (Idem, 2007, p. 230). Esta é definida como

conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma destas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estarem defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A *épistémè* (...) é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. A descrição da *épistémè* (...) abre um campo inesgotável e não pode nunca ser fechada, tem por finalidade (...) percorrer um campo indefinido de relações [para] compreender o jogo das coações e das limitações que, em um momento determinado, se impõe ao discurso (Idem, 1997, p. 217).

Ir aos arquivos, como coloca Michel de Certeau (2007), é um gesto de historiador. Estabelecer as fontes, hoje em dia, significa recolher informações que se julga necessárias para que as perguntas formuladas pelo historiador sejam satisfatoriamente respondidas. Porém, como nos mostra o historiador francês, o estabelecimento das fontes está ligado a uma instituição de saber cuja formação se pode vislumbrar na criação dos arquivos nacionais (ou históricos), e que, para chegar ao presente desempenhando o papel de lugar da pesquisa, passou por uma transformação que ele chama de “arquivística”.

O arquivo, longe de ser o material inerte de uma memória registrada, aguardando o historiador que lhe “interprete”, deve ser tratado como

um volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo* (Idem, p. 148).

O método arqueológico, que visa a descrição dos discursos enquanto “práticas especificadas no elemento do arquivo” (Idem, p.151), empreende uma análise do arquivo que

comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior da nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas” (Idem, p. 151).

Abre-se assim, uma relação específica entre passado e presente no discurso que, ao contrário de estabelecer a verdade de hoje contra o erro de ontem, abre o campo de um diagnóstico que

assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e fazemos (Idem).

O arquivo, concebido enquanto objeto da análise, encontra justificativa no fato da história, como nos coloca Michel de Certeau, encontrar-se

em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele; nessas linhas que traçam a imagem de uma atualidade, demarcando-a de seu *outro*, mas que

atenua ou modifica, continuamente, o retorno do “passado” (CERTEAU, 2007, p.48).

Sabemos que

não se pode descrever exaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização; nem mesmo, sem dúvida, o arquivo de toda uma época, (...) suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento. O arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa (FOUCAULT, 1997, p.150).

Perguntamo-nos, junto a Foucault,

como poderia essa descrição do arquivo justificar-se, elucidar o que o torna possível, demarcar o lugar de onde ele próprio fala, controlar seus deveres e seus direitos, testar e elaborar seus conceitos pelo menos no estágio da pesquisa em que ele só pode definir suas possibilidades no momento de seu exercício – se se obstinava em descrever somente os horizontes mais longínquos? Não será preciso nos reaproximarmos o máximo possível dessa positividade a que ele próprio obedece, e do sistema de arquivo que nos permite falar, hoje, do arquivo em geral? Não será necessário esclarecer, apenas obliquamente, o campo enunciativo de que ele mesmo faz parte (Idem)?

Acreditamos que respostas positivas, mesmo que parciais e transitórias, para os questionamentos que procuram validar o método arqueológico são utilizáveis analiticamente na descrição do objeto que se formula nesta proposta de pesquisa. Ao abordar o arquivo através de um método arqueológico, devemos estar cientes dos fenômenos observados no tocante à historiografia no período que corresponde ao recorte proposto, assim como elucidar sobre as relações da operação historiográfica com a instituição de saber que lhe dá lugar e atravessa o objeto da análise proposta.

Para além da dimensão arqueológica do saber do arquivo, a temática em pauta levanta questões acerca das relações de poder entre as instituições arquivísticas e a estrutura burocrática de exercício deste poder pelo Estado. Esta dimensão das relações de poder - objeto de uma análise genealógica - apesar de não estar contemplada no escopo deste empreendimento, requer algumas

considerações devido à evidência e à recorrência do tema na revisão bibliográfica empreendida no âmbito desta pesquisa.

Diferentemente de uma abordagem que busca a aproximação das ideias de Foucault e Certeau a um caso específico, os trabalhos arrolados na revisão bibliográfica, em sua quase totalidade, se utilizam de uma concepção das instituições arquivísticas calcada na teoria dos três tipos puros de dominação legítima, mais especificamente na vertente burocrática, formulada por Max Weber (2004). Para conceber os arquivos modernos, derivam suas definições das relações de poder estabelecidas entre os conjuntos documentais gerados pela continuidade das atividades “necessárias aos objetivos da estrutura governada burocraticamente” (WEBER, 1982, p.229) e o poder estatal. Na definição de Weber,

a administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos ('os arquivos'), preservados em sua forma original ou em esboço. Há, porém, um quadro de funcionários e escreventes subalternos de todos os tipos. O quadro de funcionários que ocupe ativamente um cargo “público”, juntamente com seus arquivos de documentos e expedientes, constitui uma “repartição” (WEBER, 1982, p. 230).

José Maria Jardim (1995; 2010), Maria Odila Fonseca (2005) e Paulo Roberto Elian Santos (2008), retomando a definição de Weber e seus desenvolvimentos posteriores, nomeadamente aqueles apresentados por Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Pierre Bourdieu, nos oferecem uma análise extensiva das políticas públicas de arquivo e do Estado enquanto campo informacional, amparando-se no modelo weberiano da dominação burocrática.

Ao considerar os arquivos, além de conjuntos documentais produzidos pela administração burocrática, enquanto instituições inseridas no aparelho burocrático do Estado, o autor afirma que

os arquivos (...) constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico (...) [e] a informação arquivística reflete e fornece elementos à construção de uma racionalidade estatal” (JARDIM, 2010, p.66).

Ao analisar o caráter simbólico e instrumental das “escrituras do Estado”, Jardim ressalta a natureza dos arquivos modernos enquanto instituições internas e voltadas para o Estado. Dedicadas a acumular organicamente e a disponibilizar a informação arquivística para quem as gerou, repartições e instituições arquivísticas se configuram como arcabouços do capital informacional e fornecedores de suporte aos processos administrativos de tomada de decisão.

No que toca às relações entre Estado e arquivos, Fonseca (2005, p. 37) destaca três pontos em específico da análise de Jardim:

a questão da racionalidade na gestão do Estado; as relações entre esta racionalidade e a constituição de um “saber arquivístico”; a superposição terminológica – e os seus significados menos evidentes – dos arquivos como um dado conjunto de documentos e como um determinado tipo de instituição dentro da administração pública.

Fonseca desenvolve a questão da racionalidade na gestão do Estado a partir do conceito weberiano de burocracia:

uma teoria e uma práxis da administração pública eficiente, baseada em normas, em funções específicas, em atribuições de esferas de competência bem delimitadas e em critérios de assunção e de carreira no serviço público (idem).

Na base da própria ideia de Estado moderno estão, segundo Fonseca (Idem, p.36), as instituições formadoras da administração pública, inclusas aí, as instituições arquivísticas.

Na esteira de Jardim, Fonseca define a burocracia de tipo weberiano pela

existência de regra abstratas a que estão vinculados o poder, o aparelho administrativo e aqueles que lhes são subordinados (...); por relações de autoridade entre posições definidas hierarquicamente dentro das esferas de competência claramente estabelecidas, por uma nítida divisão entre pessoa e cargo, e por funções exercidas de modo continuado e com base em documentos escritos; [e] pelo fato de os funcionários serem contratados em virtude de qualificações específicas, em troca de salários estipulados em dinheiro, tendo carreiras regulamentadas, com dedicação integral (Idem, p.38).

“Se”, como coloca Jardim (2010, p. 65), “os arquivos conformam uma escritura do Estado, a arquivologia constitui um saber de Estado. (...) Historicamente, a arquivologia se produziu e reproduziu no aparato estatal”. Esta definição dos arquivos modernos e da arquivística exclui, porém, a transformação que se pretende aqui evidenciar, uma vez que não busca desfazer a “superposição terminológica dos arquivos como um dado conjunto de documentos e como um determinado tipo de instituição dentro da administração pública” (FONSECA, 2005, p. 35), privilegiando a análise das instituições arquivísticas, no momento de sua institucionalização, a partir de seu funcionamento enquanto estrutura do Estado Moderno.

O objetivo do primeiro capítulo é estabelecer o arquivo encontrado e criticado por JHR. A partir da historicização das relações entre a história e os arquivos, através do estabelecimento de um diálogo entre historiadores e arquivistas, buscamos demarcar as continuidades e rupturas desde o surgimento do modelo dos arquivos modernos na Europa até sua implantação no Brasil e evidenciar a concepção da pesquisa histórica enquanto práticas e rotinas de formação das coleções; e analisar a série de Regimentos/Regulamentos que ditavam a organização e o funcionamento do AN, a fim de estabelecer o quadro discursivo, e as rupturas e continuidades verificadas em seus elementos, que se esboça no Regulamento do Arquivo Nacional de 1923 e no Regimento do Arquivo Nacional de 1958.

O segundo capítulo, central na análise que aqui se empreende, visa a uma análise, a partir do diagnóstico feito por JHR, da terapêutica oferecida por ele em função da modernização do AN. A análise das iniciativas institucionais contidas na reforma busca evidenciar a reorganização do conteúdo dos conceitos de pesquisa histórica e de técnicas de arquivo (arquivística) implicada nas mudanças propostas e efetivadas através de tais iniciativas. A título de conclusão do capítulo, será apresentada uma breve reflexão acerca das relações entre a administração, a arquivística moderna e a escrita da história em função da reorganização conceitual em torno do conceito de fundo arquivístico.

A título de conclusão, retomar-se-á alguns dos argumentos propostos ao longo do trabalho, buscando evidenciar os pontos em que se obteve êxito em contemplar os objetivos propostos, bem como as dificuldades e limitações impostas pelo tempo diminuto, pelas lacunas na documentação e pelo caráter experimental do empreendimento proposto.

1. MÁQUINA ERUDITA: COLECIONISMO HISTORIADOR E ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

“O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”

Michel Foucault – Microfísica do Poder

Para uma compreensão do sentido da leitura crítica do funcionamento do AN estabelecida por JHR e das propostas de alteração feitas por ele a partir desta leitura, propõe-se aqui uma análise dos discursos que circulam no “Regulamento do Arquivo Nacional de 1923” e no “Regimento do Arquivo Nacional de 1958”. Através de uma aproximação com o método arqueológico, pretende-se estabelecer o quadro discursivo que cruza os instrumentos regulatórios em questão.

Essa busca retroativa visa, primeiramente, demarcar o surgimento de um conhecimento histórico relacionado a repositórios documentais que, inicialmente, apresentavam um caráter essencialmente jurídico. Em seguida, demonstrar como, na gênese das instituições arquivísticas modernas, o discurso histórico se entrelaça aos interesses políticos (administrativos e jurídicos), evidenciando as continuidades e rupturas que levaram especificamente o Arquivo Nacional a apresentar uma configuração marcada pela pesquisa histórica de forma tão evidente para JHR, ainda na metade do século XX. E, por fim, estabelecer uma análise comparativa entre a instituição que era objeto das críticas de JHR e a formatação que o Regimento de 1958 procurou imprimir a esta instituição, enquanto a ascensão de um discurso de modernidade arquivística buscava superar a lógica histórica incorporando-a em uma grade

conceitual que buscava enfatizar o papel do arquivo na lógica da administração pública.

1.1. A coleção: missões, edições e acumulações

Na gênese dos Arquivos modernos, como propõe Michel de Certeau (2007, p. 81), já está implicada a combinação de um grupo, de lugares e de práticas. O complexo técnico, inaugurado na Europa a partir do século XVI com as “coleções” reunidas inicialmente na Itália e na França sob as expensas de grandes Mecenas, conjugava um novo trabalho (“coleccionar”), a satisfação de novas necessidades (a justificação de grupos familiares e políticos recentes) e a produção de novos objetos (os documentos que se isolam, conservam e recopiam) cujo sentido é definido pela relação com o todo (“a coleção”).

Uma breve etimologia do vocábulo “pesquisa” produzida por JHR (1978, pp. 21-23) aponta que, ainda antes de associada à História, a expressão representava “um processo de atuação dos órgãos judiciais supremos em assuntos de interesse público” (Idem, p.21). Fruto do triunfo do processo inquisitorial e da centralização política e administrativa, a pesquisa enquanto reelaboração do estatuto do documento é, inicialmente, de caráter probatório: a justificação política, a busca por conquistar e manter direitos e privilégios (Idem).

Se, neste momento, o “estabelecimento de fontes”, enquanto uma instituição técnica do saber, é uma atividade essencialmente jurídica, a conjugação do trabalho de coleccionar, com a satisfação das necessidades jurídicas e com os novos objetos constituídos em coleção começa a operar uma redistribuição do espaço: o aumento significativo da produção, acumulação, guarda e recuperação dos documentos e o surgimento de especialistas (“eruditos”) colocam a pesquisa à disposição da constituição e da organização das coleções e essas à disposição de uma ciência (“a erudição” do século XVII) (CERTEAU, 2007, p. 81).

O erudito, na figura de um antiquário, cercava-se de ciências auxiliares que fornecessem as práticas de transformação de objetos em documentos³. O desenvolvimento de práticas antiquárias, como a numismática, a filatelia, a heráldica, a arquivística (enquanto “ciência auxiliar”), a cronologia, a genealogia e tantas outras ferramentas, possibilitou ao erudito a monumentalização⁴ dos objetos, inserindo-os, ao mesmo tempo, em uma grade de compreensão temática. Os documentos, mais do que descobertos, eram criados a partir do momento em que objetos eram arrancados do seu contexto e integrados a um conjunto estranho⁵.

Os historiadores (“eruditos”), responsáveis pela constituição das coleções, são, nas palavras de Certeau, também produtores e reprodutores:

coleccionar, durante muito tempo, é fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar... E com os produtos que multiplica, o colecionador se torna um ator na cadeia de uma *história por fazer* (ou por refazer) de acordo com novas pertinências intelectuais e sociais (CERTEAU, 2007, p.82).

Este rol de procedimentos cristalizados pelo complexo técnico erudito, mesmo com sensíveis oposições⁶, matizou a pesquisa histórica com práticas arquivísticas institucionalizadas que se tornaram condição, meio e resultado do deslocamento provocado por sua execução (um “tipo” específico de pesquisa histórica).

³ Uma ação instauradora e técnicas transformadoras, segundo Michel de Certeau (2007, p. 83).

⁴ O trabalho de monumentalização, neste contexto, é de construção de um “legado à memória coletiva” (LE GOFF, 1990, p. 526): enquanto reúne objetos, cria o monumento que servirá de documento aos futuros consulentes.

⁵ O acúmulo da coleção criava também a necessidade de organização e classificação das unidades documentais: o “sonho de uma taxonomia totalizante” e a “vontade de criar instrumentos universais adequados” se voltavam para a busca da cifra, o “código destinado a construir uma ‘ordem’” (CERTEAU, 2007, p.82), base da lógica dos sistemas classificatórios.

⁶ A questão da organização interna da documentação desenvolve-se em torno de uma oposição básica: a vertente temática, que aqui se expõe, e uma defensora da ordem original da documentação. Defensores deste sistema vão de D. Jean Mabillon no século XVII, a quem Marc Bloch (2001, p.90) e Paul Ricoeur (2007, p.183) atribuem a fundação da diplomática, componente formadora da crítica documental, a Natalys de Wally, arquivista e historiador que, no início do XIX, enquanto chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior da França, baixou instrução oficial no sentido de reunir a documentação segundo sua proveniência (FONSECA, 2005, p. 42), até Theodore Schellenberg (2006) que, no decorrer do século XX, contribui para a consolidação do modelo. Ver também SANTOS, 2008, p. 86.

No bojo das atividades do historiador, escrever história estava relacionado a uma série de práticas de pesquisa (discursivas) que sustentavam a constituição, a manutenção e a utilização de coleções, tornando-as espaço privilegiado de uma história a ser escrita. Na definição de JHR (1978, p. 21), a pesquisa histórica

é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da História.

Pesquisar consistia em se perscrutar em instituições laicas e religiosas - arquivos familiares, de igrejas, mosteiros, conventos, tribunais, comarcas - documentação qualquer sobre dado tema (seja uma família, uma nação...) e, quando descoberto algum item relevante, tomar posse dele (por uma série de meios, como aquisição ou cópia) e acumulá-los.

Criações “artificiais”⁷, resultados de centralizações arbitrárias e/ou reunidos sob métodos insuficientes ou inexistentes⁸, os conjuntos documentais se revelavam desafiadores ao trabalho de categorização e taxonomia. A importância metodológica que assumiram estes espaços na constituição de um ambiente de história representa, segundo Michel Foucault (2007b, p. 180),

mais que uma sensibilidade nova ao tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos.

O projeto de uma ordem geral do arquivo, “neste tempo classificado, neste devir quadriculado e espacializado” (Idem), instala-se no horizonte do trabalho do historiador.

⁷ Segundo Armando Malheiro, “os arquivos criados para incorporar documentos de interesse histórico não nascem de uma forma natural, já que não estamos na presença de organismos que produzem e/ou recebem documentos no decurso de suas atividades” (SILVA *et al*, 2009, p. 116). Foucault fala em “espaços e distribuições ‘naturais’”, as aspas, mais do que uma ironia, marcam a diferença dos tempos (FOUCAULT, 2007b, p. 180).

⁸ Cf. RODRIGUES, 1978, pp. 57-67. Em específico, as dificuldades de estabelecer um método por parte de Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, enquanto buscavam documentos sobre a História do Brasil em terras europeias.

A busca pela totalização das “raridades”, através da “cifra”, que constituiria a ordem geral da leitura do conjunto e da escrita da História a partir dele, passa a orientar o trabalho do erudito: “a invenção metódica de novos sistemas de signos instaura a construção de uma linguagem e, portanto, de técnicas e de objetos próprios” (CERTEAU, 2007, p. 82). O conjunto de procedimentos, que visa à criação de uma ordem, forma um aparelho cujo objetivo é redistribuir o espaço segundo as regras gerais de uma temática que orienta a constituição contínua da coleção. Segundo Certeau,

a coleção, produzindo uma transformação dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine unidades de saber, instaura um lugar de recomeço, construindo uma ‘máquina gigantesca’ (Pierre Chaunu) a qual tornará possível uma outra história (Idem).

O entrelaçamento entre a constituição da coleção, a conservação do acervo que se acumulava e a escrita (ou reescrita) da história nestes espaços instaura os pressupostos da pesquisa histórica na lógica das instituições arquivísticas, provocando a criação de serviços especializados na preservação e no acesso à documentação (SANTOS, 2008, p. 88) essencialmente voltados ao trabalho historiográfico.

Este legado colecionista do “estabelecimento de fontes”, presente no complexo técnico que está na origem dos arquivos modernos - na esteira da Revolução Francesa e ao passo do surgimento dos Estados Nacionais – se instalará, ao lado dos postulados jurídicos e dos papéis administrativos da estrutura de poder vigente, no discurso que anima a criação e a continuidade dos repositórios documentais modernos. Os novos Estados não tardavam, logo após sua constituição, em fundar Arquivos Nacionais e outros repositórios cujas finalidades incluíam acumular e conservar as coleções - seus documentos históricos, jurídicos e administrativos - sob responsabilidade do Estado.

Os Arquivos Nacionais, como concebidos em França no período 1789-1794, são expressão simbólica e material da nação: instituição maior responsável pela coleta e guarda da documentação considerada pelo governo de valor legal, administrativo ou histórico e fonte oficial de prova de seu poder, de sua existência presente e passada e do desempenho de suas funções. Se,

como ressaltam Armando Malheiro da Silva (SILVA *et. al.* 2009, p. 101), até então “não havia sido forjado o conceito do *arquivo histórico*”, a história encontrava-se contemplada na nacionalização revolucionária dos arquivos.

As transformações do início do período moderno abrem uma nova perspectiva na administração de arquivos: o reconhecimento pelo Estado de sua responsabilidade em relação ao patrimônio documental do passado e aos documentos por ele produzidos ampliaram a dimensão pública dos documentos em direção a uma escala de abrangência nacional. De acordo com Franco e Bastos (1986:1, p. 7), “historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais”. Para os autores,

a preocupação em organizar os arquivos, não só para a acumulação documental mas também para a pesquisa histórica e a viabilização administrativa, está intimamente associada à complexidade burocrática do Estado contemporâneo (Idem, p. 8).

Ao longo do século XIX se desenvolve, no âmbito dos arquivos e do saber arquivístico, uma forte valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos (SANTOS, 2008, p. 88). Segundo a perspectiva de Silva,

sob a influência do gosto romântico e das paixões nacionalistas é o período em que os arquivos se tornam autênticos laboratórios do saber histórico e a atividade dos arquivistas se converte numa verdadeira disciplina auxiliar da História, com a designação de “Arquivologia⁹” (2009, p. 114).

Da mesma forma que outras disciplinas do que se poderia chamar de um saber antiquário ou erudito da história, como a Paleografia e a Diplomática, “aquela limita-se a um estatuto de evidente subsidiariedade” (Idem) em relação à História. A força deste discurso histórico é tal que “esta posição de disciplina auxiliar, embora sofrendo alterações de significado nos finais do século, vai-se manter, em parte, até a II Guerra Mundial” (Idem).

⁹ Eis uma clivagem entre a “arquivística moderna” e a “arquivologia”, que virá a ser utilizada na fórmula de diferenciação dos termos: esta, enquanto “ciência auxiliar da História”, aquela como “ciência social aplicada”.

No Brasil do século XIX, duas instituições representam este complexo colecionista: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Público do Império¹⁰. Em obra renovadora da história da historiografia, Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011, p. 53) afirma que não lhe parece “obra do acaso o fato de que exatamente no instante de consolidação do poder central (1822-1840) se tenha desenvolvido interesse na elaboração de uma história nacional”. Inclusive, sua busca é por analisar a “extraordinária importância da escrita da história na discussão da questão nacional” (Idem). A partir do movimento de Independência, a conjunção entre fatores políticos e sociais, preceitos jurídicos e procedimentos históricos, criou o lugar de constituição destas formações sociais (e públicas) de acumulação e manipulação de documentação histórica.

É bem conhecido - e bastante estudado - o contexto de criação do IHGB e seu papel enquanto instituição arquivística do Estado: se o trabalho de Salgado não esgota o tema, é com certeza uma referência essencial para nortear esta reflexão. No contexto deste empreendimento, é importante explicitar a ideia de Guimarães (Idem, p. 67) de que o IHGB representa um espaço de sobreposição da historiografia brasileira do século XIX com o processo de construção da nação: parte desta espacialização consiste em uma materialidade documental, produto da pesquisa histórica e repositório discursivo da identidade nacional, que, retroativamente, participa da atribuição de sentido (o da História do Brasil) à recém-criada nação e à escrita da sua história.

Outro aspecto a ser ressaltado é a influência francesa na concepção destes espaços por toda a Europa e também no Brasil¹¹. Assim como o IHGB manifesta explicitamente esta filiação, unidades políticas (novas, antigas e renovadas) recorreram ao modelo dos Arquivos Nacionais em busca de organização. Diferente do caso francês, onde “os arquivos nacionais haviam sido estabelecidos como criação inteiramente nova”, o caso brasileiro parece se

¹⁰ “Arquivo Público”, de 1838 a 1876; “Arquivo Público do Império”, de 1876 a 1889; “Arquivo Público Nacional”, de 1889 a 1911 e, finalmente, “Arquivo Nacional”, de 1911 aos tempos atuais. Dados coletados a partir de consulta na base de dados MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, integrada ao SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em:

http://www.an.gov.br/sian/Mapa/Exibe_Pesquisa.asp?v_tela=ver_consulta_orgao_consulta.asp&pesquisa_mapa=1&v_Orgao_ID=8594. Acesso em: 25 abr. 2014.

¹¹ Cf. GUIMARÃES, 2011, pp. 99-114

assemelhar ao de “outros países onde o quadro administrativo não havia sido sacudido tão completamente [que] puderam desenvolver seus serviços de arquivo de modo mais orgânico” (POSNER, 1959, in JAMESON, 1964, p.63). Neste caso,

um depósito central de arquivos desenvolveu-se de uma repartição existente de arquivos ministeriais. Os arquivos de um dos departamentos do governo serviu como centro ao redor do qual os outros se cristalizaram, tornando-se, finalmente, os arquivos centrais do estado (Idem).

No caso brasileiro, o Arquivo Público do Império surge no interior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Peculiaridade herdada ao passado colonial, o Brasil, que surgia como nação no início do século XIX, estava alijado dos conjuntos mais significativos de seus tesouros documentais. Além do incontável número de embarcações com destino à Corte que carregavam remessas de documentos originais e cópias, a má conservação dos poucos repositórios e a negligência de particulares com os documentos públicos dispersaram a documentação, impedindo qualquer acumulação de documentos significativa, orgânica ou colecionada. O que havia restado, além de pouco conhecido, encontrava-se espalhado pelas províncias do Império.

A inexistência de repositórios anteriores a serem continuados (uma “acumulação primitiva de documentos”, um “estabelecimento de fontes”) e a dispersão dos papéis ao longo do território nacional (e além) voltavam a pesquisa histórica em direção à lógica colecionista: se, como afirma JHR (1978, p. 37), “a pesquisa histórica nasce no Brasil com a fundação do IHGB”, ela nasce, primordialmente, como uma busca por compor a coleção que permitiria escrever, da forma mais completa possível, a História do Brasil.

1.2. IHGB: pesquisa histórica institucional e a formação da coleção

A força da história nacional na formação da nação e na construção do sentimento de identidade nacional, como aparece em JHR (1978), Manoel Salgado Guimarães (2011) e Theodore Schellenberg (2006)¹², pode ser verificada pela fundação, após a independência do Brasil em relação a Portugal, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (e, mais tarde, seus congêneres estaduais). O componente colecionista da pesquisa histórica, herdado ao século XIX, ganhava corpo institucional e aporte do estado. Não contava, porém, com substancial acervo.

Marca do passado colonial, o Brasil, no momento de sua independência, encontrava-se, em aspectos documentais, espoliado dos papéis relativos à sua própria história. Este fato não escapava aos contemporâneos: os sócios-fundadores do IHGB já demonstravam ter consciência da falta de documentação relativa a história pátria antes mesmo da fundação do Instituto. Já na proposta de criação do Instituto, escrita pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos (RIHGB, 1839, t. 1, p. 05), se evidenciava a preocupação com os documentos com os quais escrever a história do Brasil pela “falta de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que principalmente se ocupe de centralizar imensos documentos preciosos (...) que podem servir à história e geografia do Império”. E, como salientam JHR (1978) e Guimarães (2011), a proposta não foi uma iniciativa isolada. O Estatuto do IHGB, em 1838, traz em seu primeiro artigo: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil (...)” (RIHGB, 1839, t. 1, p. 18). A primeira de proposta apresentada por Barbosa aos membros do Instituto seguia no mesmo sentido: propunha uma instrução aos sócios do Instituto sobre os documentos que deveriam procurar em suas províncias e remeter ao Instituto (RIHGB, 1839, t. 1, p. 06).

Sem uma concepção de história definida e desprovido de uma coleção digna do vulto da História do Brasil, o Instituto lançou mão de duas iniciativas em função de sanear esta situação: um concurso de teses sobre “Como se deve

¹² H. L. White afirma, na Apresentação da edição original da obra de Schellenberg (2006, p.09), que “Estados recém-criados preservaram os documentos oficiais, no passado, com o intuito de fortalecer o crescente sentimento de nacionalismo, assim como fizeram as nações já firmadas para documentar acontecimentos de relevo”.

escrever a História do Brasil”, que premiou o trabalho de Friedrich Philipp von Martius¹³, e as missões (comissões) de localização, cópia e/ou coleta de documentação, no interior do país e no exterior.

O trabalho de coleção para a formação do arquivo histórico do Instituto, que acabou “transbordando” para o Arquivo Nacional, passava a ser um elemento constituinte de destaque do métier do historiador no Brasil e marcava a pesquisa histórica como conjunto de práticas com a finalidade de localizar alhures, tomar posse (via cópia ou aquisição) e remeter documentação sobre a História do Brasil, para acumulação nos arquivos do Instituto, dedicados a este fim.

1.3. Arquivo Nacional – pesquisa histórica na finalidade, na estrutura institucional e na organização da documentação

Em pelo menos duas oportunidades JHR faz uma análise explícita do AN sob o Regulamento de 1923. A primeira, em seu relatório “A situação do Arquivo Nacional”, publicado em 1959. Uma segunda, na “Exposição de motivos do DASP [Departamento de Administração dos Serviços Públicos] que deu origem ao Decreto 44.862/58”, correspondência de 18 de novembro de 1958, remetida por JHR, enquanto Diretor-Geral do Arquivo Nacional, ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, junto à proposta de um novo Regimento, que três dias depois substituiria o Regulamento de 1923.

Alusões relacionadas encontra-se ainda no artigo “Os Arquivos e os Documentos Modernos”, publicado em periódico do AN em 1960¹⁴ e ainda em outras tantas cartas¹⁵, como a endereçada ao professor Eurípedes Simões

¹³ Sobre o tema, cf.: CEZAR, 2003; GUIMARÃES, 2011; LISBOA, 1997 e o próprio MARTIUS, 1845.

¹⁴ Utilizo aqui excerto reproduzido no Volume XII, “Administração de arquivos e documentação”, da série “Textos Seleccionados de Administração Pública”, coligida por Samuel H. Jameson e editados pela Fundação Getúlio Vargas em 1964.

¹⁵ A correspondência de JHR encontra-se compilada no livro “José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira”, de Lêda Boechat Rodrigues e José Octávio de Arruda Mello e na publicação “Nova correspondência de José Honório Rodrigues”, edição da Academia Brasileira de Letras, organizada também por Lêda Boechat Rodrigues.

Paula¹⁶, datada de setembro de 1958, na qual JHR diz ter encontrado no Arquivo Nacional “uma repartição obsoleta, na estaca zero, com um regulamento de 1923” (RODRIGUES, 2004, p.31).

Nestas oportunidades, JHR não poupou de críticas a situação da instituição, que acompanhavam outras tantas sobre o funcionamento, a estrutura e as funções do AN, centradas na obsolescência das disposições de seu instrumento regulatório em relação à cambiante realidade documental. Propondo uma ampla reorganização que correspondesse às “exigências de uma instituição moderna e eficiente”, não só condenava o estado da organização à época, mas denunciava a hegemonia de um discurso histórico na instituição arquivística. Contestava lógicas básicas do arquivo: a organização interna da documentação, a estrutura da própria instituição (espelhada na organização interna da documentação) e a primazia dada aos assuntos históricos, em detrimento das necessidades administrativas do Estado.

Uma análise mais aprofundada do contexto discursivo do Regulamento de 1923, ainda em vigor no transcorrer da década de 1950, pode nos dar elementos suscetíveis de compor um quadro substancialmente claro de relações entre os preceitos ainda vigentes e enunciados que estavam na pesquisa histórica institucional, ainda no século XIX, do IHGB. Buscar-se-á evidenciar estas relações em função **da finalidade e da estrutura organizacional da instituição e da forma de organização interna da documentação** cristalizadas no Regulamento de 1923, ainda vigente no decorrer da década de 1950.

Estabelecer o quadro comparativo visa, primordialmente, historicizar o discurso que circula no texto do Regulamento de 1923. As críticas de JHR, por vezes, rompiam o âmbito do texto e se estabeleciam em um campo histórico do discurso arquivístico. Estabelecer a série de atos regulatórios (Decretos que fixam Regulamentos/Regimentos, em sua maioria) e buscar, comparativamente, instituições congêneres, permite evidenciar continuidades e rupturas nas

¹⁶ Correspondente assíduo de JHR, Simões de Paula era professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); criador e editor da *Revista de História*, periódico da mesma Faculdade. Foi editor desde o seu lançamento, em 1950, até 1977, ano em que veio a falecer (THEODORO, 2009, p. 22).

práticas de arquivamento da instituição que se depositavam no Regulamento. Este exercício, em nosso entendimento, permite uma melhor compreensão da leitura de JHR sobre a realidade histórica do arquivo e as mudanças administrativas por ele posteriormente propostas.

A história dos arquivos no Brasil pode remontar ao século XVI, porém o modelo dos arquivos modernos, como havia surgido na França no final do século XVIII, teve sua chegada prevista na primeira constituição do Império, datada de 1824, e desembarcou em terras brasileiras no ano de 1838. Ao contrário do IHGB, que trazia explícita, no artigo primeiro de seus Estatutos, a finalidade de proceder à coleção de documentos sobre a história e a geografia do Brasil (op. cit.), o Arquivo Nacional, criado Arquivo Público do Império, trazia em seu ato fundador um entendimento implícito do que era, de quais eram as funções do arquivo e sua organização enquanto instituição (os primeiros artigos versavam sobre a localização na estrutura do governo e sobre a constituição física do arquivo).

O Arquivo Público do Império, previsto ainda na Constituição de 1824, foi estabelecido provisoriamente na Secretaria de Estado dos Negócios do Império¹⁷, sob responsabilidade do Ministro e Secretário de Estado e sob a direção do Oficial Maior daquela repartição. A documentação sob guarda da instituição, segundo o Regulamento de 1838, deveria ser organizada segundo uma estrutura tripartite que seguia o modelo mais comum dos Arquivos Nacionais europeus: seções Legislativa, Administrativa e Histórica¹⁸.

Abaixo do Diretor, a estrutura organizacional da instituição encontrava-se subentendida na divisão do próprio arquivo. Apesar do texto do Regulamento não fazer referência explícita às divisões institucionais, a lógica tripartite de ordenação da documentação fornecia a divisão das seções da própria instituição. O texto do artigo terceiro é evidência de um tratamento indistinto entre espaço físico, estrutura institucional e ordem documental: “os armários e gavetas

¹⁷ Que veio a tornar-se permanente no que viria a ser, entre 1808 e 1959, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

¹⁸ Contava ainda com a variante Judiciária. Secundária, aparece contígua à Legislativa e à Histórica, por vezes ligadas diretamente (Judiciária-Legislativa) ou niveladas no desdobramento interno (a 2ª Seção do Regulamento de 1893 compreende duas seções especiais: Judiciária e Histórica).

serão distribuídos por três Seções, que há de ter o Arquivo, a saber: Legislativa, Administrativa e Histórica” (BRASIL, 1838). Já o arranjo interno das seções, segundo o Artigo 9º, ficava a cargo do Diretor do Arquivo, seguindo Plano por ele elaborado e aprovado pelo Ministro (Idem).

Esta escolha por uma organização tripartite, sabe-se bem, não é inócua¹⁹: o atrelamento à organização temática, em detrimento da lógica interna das formações documentais originais, privilegia aspectos históricos que diziam respeito ao momento de constituição de uma identidade nacional e de imposição de uma perspectiva de poder dominante nos limites políticos do Estado. É conhecido o papel dos Arquivos Nacionais e de instituições análogas em projetos de identidade nacional (vide GUIMARÃES, 2011) e na pretensão de coincidi-la com os limites políticos e territoriais do Estado, porém o que se pretende é evidenciar a componente historiográfica desta formação: a demarcação, no discurso do arquivo, de um papel preponderante do registro histórico na consecução das estratégias de poder do Estado.

Se, no Regulamento de 1838, as funções do arquivo ficam subentendidas, em 1876, quando o Decreto 6.164 reorganiza o Arquivo Público do Império, este passa a apresentar sua “natureza” explícita em seu artigo primeiro:

adquirir e conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o Governo determinar que ali se depositem (BRASIL, 1876).

Tal qual o IHGB, passados 38 anos, mas ainda sob o a égide do Império, o Arquivo Público passa a exercer explicitamente a função de localizar, obter, remeter e acumular, enfim, colecionar documentos sob as siglas da história e da geografia do Brasil.

Para a consecução deste fim, a instituição passava a contar com auxiliares encarregados de descobrir e coletar documentos relativos à História do Brasil. Atuavam na Corte e nas províncias, em número de nove na primeira e três em cada uma das últimas. A relação com as missões (ou comissões) do

¹⁹ Cf. SILVA *et al*, 2009; FONSECA, 2005.

IHGB para coleta de documentação no interior do país e no exterior, aludidas anteriormente, é inevitável. Estas iniciativas do Estado faziam parte de um esforço maior: historiadores e intelectuais em geral eram incumbidos das mais diversas missões, no Brasil e no exterior, ligadas a temas de interesse de uma nação em construção²⁰. Às iniciativas públicas juntavam-se, ainda, iniciativas particulares; Meneses de Drummond e Francisco Adolfo de Varnhagen²¹ representam o auge destes esforços.

Em relação à estrutura organizacional, três iniciativas podem ser destacadas: o desdobramento de uma quarta seção do Arquivo - a Judiciária - e a criação da Biblioteca e da Mapoteca. O surgimento de uma quarta seção não representa alteração no modelo de sobreposição entre a estrutura da instituição e a organização da documentação. O que não se pode dizer das duas últimas divisões: são sinais iniciais de um “descolamento” da estrutura da instituição em relação à lógica de organização interna da documentação (pouco alterada em relação ao Regulamento de 1838). Este espaço institucional que aos poucos se abre entre a finalidade, a estrutura da instituição e a organização da documentação, a partir de então, será palco de fatos relevantes para o objeto que aqui se delineia. A intenção de criar um curso de Diplomática, explícita no Artigo 10²², vem reforçar esta perspectiva.

A organização da documentação ficaria, então, repartida por quatro seções - Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica – e, internamente, respeitariam uma classificação temática. De acordo com o Artigo 21, dentro de cada “matéria”, os documentos seriam dispostos em ordem cronológica, levando em conta “as três épocas históricas do país: Brasil colônia, Brasil Reino Unido e

²⁰ Gonçalves Dias, por exemplo, encarregado da busca por documentos históricos na Europa, ocupava-se, ao mesmo tempo, de missão de análise das instituições de ensino do Velho Continente. Para este e outros exemplos, cf. RODRIGUES, 1978.

²¹ Ambos, assim como outros pesquisadores - anteriores, contemporâneos e posteriores - buscavam às suas próprias expensas, coletar documentos que, primeiramente, serviam às suas pesquisas particulares e, em um segundo momento, eram remetidos ao Brasil e passavam a fazer parte das coleções documentais públicas. Para as missões e iniciativas particulares, cf. RODRIGUES, 1978.

²² “Oportunamente será instituída no Arquivo Público uma aula de Diplomática, em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação” (BRASIL, 1876).

Brasil Império” (BRASIL, 1876); o plano geral, segundo o Artigo 50, ficava a cargo, ainda, do Diretor (Idem).

O Decreto 1.580, de 31 de outubro de 1893, reorganiza o Arquivo Público do Império, agora Arquivo Público Nacional, seguindo as transformações políticas advindas da proclamação da República. Nota-se uma continuidade na finalidade da instituição em relação ao Regimento anterior: o artigo primeiro segue com a mesma redação com a qual estreou no Regulamento de 1876. São mantidos os auxiliares encarregados da busca e obtenção de documentos relativos à História do Brasil, no mesmo número de nove sediados, desta feita, na capital federal e não mais na Corte e de três a seis em cada estado (subdivisão política que veio a substituir a província).

A mudança política provocou também ajustes nos critérios de divisão do acervo, sem introduzir, porém, ruptura no discurso do arquivo que ali se realizava. Alterações na redação dos artigos adequavam os conteúdos de acordo com a temporalidade dos movimentos políticos: uma atualização dos termos servia para dar conta dos novos limites entre o presente e o passado. A Constituição da República de 1891 substitui a Constituição de 1824 na seção Legislativa. Assembleias Provinciais são substituídas por Congressos Estaduais; expressões como “Imperador”, “príncipes e princesas” deram lugar a “ex-imperante”, “ex-príncipes e princesas”, o Império ganhara o qualificativo de “extinto”.

Em termos de estrutura, junto à Biblioteca e à Mapoteca, surge o Museu, responsável pela coleção dos objetos - medalhas, moedas, figurinos típicos, retratos ou bustos de brasileiros notáveis e demais “objetos que tenham ou possam vir a ter valor histórico” (BRASIL, 1893) - ficava encarregado igualmente de patentes, cartas e diplomas de títulos, graus científicos e literários e prêmios. As quatro seções do arquivo foram mantidas, mas reagrupadas em duas seções gerais: a primeira compreendia as seções legislativa e administrativa, da segunda faziam parte as seções judiciária e histórica.

Os artigos relativos à organização da documentação apresentavam, em geral, redação idêntica ao Regimento anterior: a ordem da documentação nas seções continuava sendo temática e, interna a esta, cronológica. As três épocas

do país, por seu turno, foram atualizadas: compreendiam, desde então, o período colonial, o imperial e a República. O plano geral da organização continuava a cargo do Diretor.

Já no século XX, o Decreto 9.197, de 09 de dezembro de 1911, aprovava um novo regulamento para o AN. Ao tomar por base a redação anterior, o documento representava uma continuidade não só em relação ao Regulamento de 1893, mas ao texto que se repetia desde 1876. As poucas alterações e inserções presentes estavam relacionadas ao crescimento da instituição, à complexificação do Estado e das relações sociais²³.

A finalidade da instituição, expressa no artigo 1º, se manteve tal qual prevista no Regulamento de 1893, sem alterações. Os auxiliares, encarregados da descoberta de documentos no interior do Brasil e no exterior, continuavam contando nove na capital Federal e de três a seis em cada Estado. A centralização, porém, se reforçou: o AN clamava, na redação do Artigo 55, por “ser esta repartição a única que archive as Cartas, as peças oficiais, correspondências originais e os monumentos de legislação e administração” (BRASIL, 1911). Para tanto, o Governo passava a ser o responsável por providenciar que os documentos oficiais, que se encontravam nas diversas repartições públicas, fossem recolhidos ao AN; a instituição deveria também prever em seu orçamento “verba para a cópia de documentos existentes na Europa” (Idem).

Em relação à estrutura institucional, mantiveram-se a biblioteca, a mapoteca e o museu histórico e foram criadas oficinas gráficas e de encadernação. O curso deixava de estar previsto, passava a ficar instituído, com o mesmo conteúdo programático e previsão de início para 1913. As seções foram reorganizadas, porém ainda respeitavam o esquema tradicional: administrativa, histórica e, por fim, legislativa e judiciária. A organização da documentação de acordo com matérias (ou temas) ordenadas cronologicamente persiste; cabia, ainda, ao Diretor apresentar o plano geral da classificação dos documentos.

²³ Referências à concessão de licenças e aposentadorias e à previsão orçamentária.

O Decreto 16.036, de 14 de maio de 1923, aprova um novo Regulamento para o AN. Objeto direto das críticas de JHR, o documento seguia os preceitos cristalizados nos textos anteriores. De 1876 (em alguns aspectos, de 1838) a 1923, a redação sofreu alterações, em sua maioria inserções, que, ao contrário de descaracterizar os objetivos originais, reforçavam as intenções que já se encontravam na gênese da instituição. A componente histórica do arquivo ainda apresentava um vulto maior e mais respeitável frente à administração e à legislação, apesar dos esforços pela sistematização do recolhimento ao AN da documentação administrativa das repartições públicas.

A finalidade expressa no Artigo 1º continua a mesma, com redação tal qual às dos regimentos anteriores²⁴ e o AN continua instado a requisitar a documentação administrativa pública. Os auxiliares continuam em mesmo número, persiste a referência à cópia de documentos na Europa. Novas atribuições tornam o AN responsável pela organização de um “curso ou série de conferências públicas sobre História Pátria” e pela lembrança e comemoração das grandes datas nacionais²⁵.

A organização dos documentos, temática e cronológica, mantém-se intacta; o plano geral da classificação dos documentos continua como encargo do Diretor. Da mesma forma, o Artigo 7º mantém a estrutura institucional espelhada na organização da documentação: abaixo do diretor contava-se três seções e uma recém-criada secretaria, responsável pelo “expediente e pela economia do Arquivo, a biblioteca e a mapoteca, as oficinas gráficas e de encadernação e os demais serviços que não pertencerem às seções” (Idem). A mapoteca passou a ser subordinada à biblioteca e criou-se, pelo menos no papel, o curso técnico destinado a formar os quadros de pessoal não só do Arquivo, mas da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional.

De acordo com o Capítulo V do Regimento, criava-se o Curso Técnico que, conforme o Artigo 72, era “destinados a habilitar candidatos ao cargo de

²⁴ “Art 1º. O Arquivo Nacional, repartição dependente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, é destinado a adquirir e conservar, cuidadosamente, e sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à administração, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o Governo determinar” (BRASIL, 1923).

²⁵ De acordo com o Artigo 91º: “Por meio de exposições especiais ou por outras formas de comemoração” (Idem).

amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional e ao de 3º Oficial do Museu Histórico Nacional” (Idem). O currículo do curso (ANEXO C) era permeado pela lógica antiquária: numismática, cronologia e sigilografia estavam contempladas, junto a outras oito disciplinas relacionadas ao complexo colecionista. A disciplina de História política e administrativa do Brasil completava um currículo que não contemplava a administração dos arquivos, privilegiando um saber em vias de obsolescência: enquanto ensinava a colecionar raridades, o mundo produzia, em série, papéis ordinários.

1.4. Auge e declínio do predomínio da história no arquivo

O Regulamento de 1923 colocava em jogo, como se buscou descrever, práticas e enunciados relacionados aos preceitos que orientavam um discurso voltado à conformação dos arquivos pela pesquisa histórica. Enunciados pertencentes ao discurso do complexo colecionista sustentavam a instituição destes espaços (de arquivo), junto à chancela do Estado. Ao empenho deste em demarcar, com sulcos mais profundos a cada vez, limites ainda inexistentes entre público e privado, juntava-se a preocupação da disciplina histórica “de tudo historicizar, de escrever, a propósito de cada coisa, uma história geral” (FOUCAULT, 2007b, p. 512) e de proceder a uma assimilação entre público e nacional; entre os indivíduos (como cidadãos) e a Nação. Da mesma forma, tem-se buscado evidenciar que, no transcorrer do século XIX, a sobreposição entre depósito das leis que formam o Estado, a documentação que este produz ao desempenhar suas funções e a documentação relativa à História da Nação esteve desequilibrada em favor desta última.

A virada do século XIX para o século XX marcou “um movimento de renovação da historiografia (...) [um] período de primado dos documentos de interesse histórico e o desenvolvimento dos arquivos destinados a incorporar esse tipo de documento” (SANTOS, 2008, p. 88). Porém, o declínio da proeminência da história frente às suas “ciências auxiliares”²⁶ e frente ao

²⁶ Ver nota 96. SILVA *et al*, 2009, p. 114.

conjunto das ciências humanas²⁷ - seja pelo abandono de um paradigma obsoleto e pela abertura de um campo de luta entre ideias aspirantes a paradigma dominante (SILVA *et. al.* 2009) ou pela entrada em cena de uma “analítica da finitude” que sobreveio ao predomínio da história (FOUCAULT, 2007b) - já se evidenciava em uma série de rupturas que se verificava nas primeiras décadas do século XX e culminaria em uma renovação da disciplina arquivística no período posterior às duas Grandes Guerras Mundiais.

De 1923 a 1958, o declínio por transbordamento do “paradigma” historicista que sustentava a lógica histórica do arquivo é evidente e salta aos olhos também de JHR. A vitória do documento sobre o monumento (LE GOFF, 2003) e a produção em massa do registro propuseram novas questões para um papel social do arquivo que se mostrava incapaz de, ao mesmo passo, renovar sua capacidade de oferecer respostas a estes questionamentos. A escrita da história sofria um deslocamento de seus interesses, uma reelaboração de seus métodos e uma readequação a uma nova realidade material. “Não se pode mudar a utilização dos Arquivos sem que sua forma mude”, disse Certeau (2007, p. 83), “a mesma instituição técnica impede que sejam fornecidas respostas novas a questões diferentes”. Com a elaboração de novos procedimentos e diferentes estratégias discursivas, que permitiriam à pesquisa propor diferentes questões e renovadas respostas, um novo “estabelecimento das fontes” acabara por se tornar “o princípio de uma redistribuição epistemológica dos momentos da pesquisa científica” (Idem. pp. 83-84).

Seja lançado ao “tempo preparatório de programação” ou ao “tempo de exploração que os resultados obtidos expõem”, o historiador se vê deslocado da máquina que passa a fixar os interditos do arquivo moderno (CERTEAU, 2007). Historiadores e arquivistas (LE GOFF, 2003, FOUCAULT, 1997; SILVA, 2006; entre outros), que consideram o período como de uma explosão (ou revolução) documental, ressaltam as transformações no trabalho crítico do historiador em relação à documentação, que passa a ser enquadrada como “fonte”.

²⁷ Para Foucault (2007b, p.514), a História, até então, “forma, pois para as ciências humanas, uma esfera de acolhimento ao mesmo tempo privilegiada e perigosa. A cada ciência do homem ela dá um fundo básico, lhe fixa um solo e como que uma pátria”.

O computador, que provocou uma transformação nas relações entre história e documento²⁸ por permitir, entre outros procedimentos, um tratamento serial inédito da documentação, aparece como um efeito de superfície no que tange ao objeto que aqui se descreve. Não se pode menosprezar as possibilidades abertas pelo computador e sua contribuição para uma renovação do método historiográfico, porém, a mudança que aqui se sublinha é a da natureza mesma da documentação e do seu sistema de organização, que diz respeito à finalidade que persegue e à forma de dispor da documentação dos arquivos.

O período de contestação da hegemonia da disciplina histórica sobre o funcionamento das instituições arquivísticas coincide com o surgimento de uma necessidade e de uma crescente preocupação com os documentos no âmbito do funcionamento do aparelho institucional dos Estados Nacionais. O crescimento da relevância da documentação para a administração pública, enquanto parte das ações da instituição, pode ser notado no robusto aumento da produção e da acumulação de documentos pelas instituições públicas ainda nas primeiras décadas do século XX²⁹.

Em meio à estrutura hierárquica de administração do Estado, cada unidade organizacional passa a constituir-se também em unidade de produção, envio e recepção de documentos. Espontaneamente, acumulam documentos necessários ao cumprimento cotidiano de suas funções. Com raras exceções, os atos administrativos (dos quais os documentos são parte) têm fim (seja exitoso ou não, parcial ou completo) e, com isso, os documentos passam a não mais interessar diretamente ao ato criador. Destacado no discurso administrativo, o enunciado “arquivo morto” representava, além de mais um encontro desta formação com a figura do cemitério (como no célebre caso de Michelet³⁰), a forma explícita que assumia a acumulação enquanto espaço de morte e a evidência da dificuldade em se conceber proveitos advindos da documentação que não mais interessa diretamente à organização no cumprimento de suas finalidades. Era a “orla do tempo”, expressão marcante de

²⁸ Certeau (2007), Foucault (1997) e Le Goff (2003), retomando Furet (1989), são alguns destes ressaltam o impacto do computador no fazer historiográfico.

²⁹ Ver SCHELLENBERG, 2006; LE GOFF, 1990; FONSECA, 2005; SILVA, 2009.

³⁰ Cf. HARTOG, 2011.

Foucault (1997) delimitando, no discurso, o que não se poderia mais usar e, por extensão, dizer.

Acumulados por desinteresse, por um interesse indireto (uma perspectiva de consulta futura) ou pela “iniciativa de uma pessoa física ou jurídica que visa a preservar os rastros de sua própria atividade” (RICOEUR, 2007, p. 178), os documentos cujo interesse administrativo se extinguiu, viriam a passar por uma organização sistemática³¹ e por um processo de institucionalização. Surgia, assim como o arquivo colecionista, pensado enquanto reflexo de seu criador: enquanto o arquivo colecionado era a imagem do método utilizado pelo historiador para reunir a documentação que permitiria a escrita de uma História na Nação, desta feita, a documentação acumulada e sistematicamente organizada revelava o reflexo da própria instituição e seu funcionamento. A transformação do “arquivo morto” em dois momentos do arquivo (corrente e intermediário), no âmbito dos arquivos modernos (SCHELLENBERG, 2006), marca o início da utilização dos dados existentes na documentação pela Administração Pública, com a mesma finalidade do discurso moderno (modernizante): racionalidade e eficiência.

Na engrenagem (máquina) administrativa, a formação de arquivos organicamente acumulados internamente às instituições representava o (res)surgimento de mais um significado da palavra arquivo: um setor de uma organização, um órgão da estrutura institucional responsável pela guarda e recuperação da documentação (e, logo, da informação) gerada ou recebida, que se tornou necessária ao correto cumprimento das finalidades às quais se dedica a instituição. Se, de início, eminentemente administrativa, esta ascensão do arquivo na organização tem o caráter de acumulação orgânica de uma materialidade, a princípio, inútil ou sem interesse direto; este espaço veio a ser elaborado como um campo onde a instituição poderia retomar a si mesma, um lugar de aprimoramento do ato/fato central da administração: a tomada de decisão.

³¹ “A organização mais ou menos sistemática do fundo assim posto de lado (...) consiste em medidas físicas de preservação e em operações lógicas de classificação dependentes quanto necessário de uma técnica elevada ao nível arquivístico” (RICOEUR, 2007, p. 178).

Ao redor dos conceitos de tomada de decisão, racionalidade e eficiência, cristalizou-se um campo teórico da arquivística que privilegiava as necessidades administrativas em detrimento dos assuntos históricos: a modernidade atingiu os arquivos no cerne de seu objetivo, os documentos (tratados como dados) acumulados permitiam uma análise diacrônica do comportamento decisório da instituição e uma avaliação de seu desempenho enquanto cumpridora de suas funções. A maximização dos resultados com a minimização do trabalho, da matéria-prima e do equipamento, demandada pelo processo modernizador, lançava suas bases através do estabelecimento de um horizonte de expectativa administrativo, a partir de um campo de experiência histórico da própria administração³². Comparando-se historicamente consigo mesma e com a sua trajetória de decisões institucionais, a iniciativa de racionalização dos processos internos da instituição e do bom funcionamento em relação à consecução de seus fins partia da unidade responsável por manter a documentação associada às ações passadas da organização.

Se, no devir do desenvolvimento da análise administrativa e dos estudos sobre a tomada de decisão, o fenômeno da informação (SILVA *et. al.* 2009) ganhava a evidência que hoje se percebe, subjacente a este processo, um novo discurso se assenhora do arquivo: a arquivística moderna, conjunto técnico de práticas incidentes na documentação, suplantava uma arquivística impregnada por conceitos históricos e impunha seus princípios e conceitos basilares ante os preceitos ora dominantes do colecionismo.

1.5. A teoria arquivística moderna e a acomodação dos arquivos histórico e administrativo

Entre os séculos XVI e XVII assistiu-se, na extensão da centralização do poder, à criação de depósitos documentais regionalizados (Áustria, Nápoles, Simancas, Florença, Londres) (SILVA *et al.*, 2009, p.92) e às primeiras iniciativas

³² A utilização dos conceitos desenvolvidos por Reinhart Koselleck carece ainda de análise mais aprofundada de seu funcionamento no caso de uma aplicação sistemática em relação ao caso em questão.

em relação a uma sistematização do recolhimento de documentos a estes depósitos. Estas grandes concentrações de documentos provocaram o reordenamento das lógicas de armazenamento e deram lugar a práticas e rotinas arquivísticas que Silva *et alli* (2009) assimilam ao que viria a ser definido como o princípio arquivístico do respeito aos fundos.

Estas soluções locais buscaram, de forma geral, dispor a documentação de forma orgânica: a classificação dos documentos seria dada de acordo com as subdivisões das próprias instituições que os produziram e acumularam. Esta orientação para a organicidade, porém, dividia espaço com outras formas também comuns de organização, como a temática e a cronológica. Junto a estas iniciativas, pode-se notar uma crescente preocupação com as formas de se determinar a proveniência e a autenticidade dos documentos. Merecem destaque Lorenzo Valla e seu tratado “De falso credito et ementita Constantini donatione declamativo”, escrito em 1440 e publicado em 1517, onde fundava-se, na visão de Carlo Ginzburg (1990, pp. 143-179), um novo paradigma do conhecimento (histórico), através dos indícios, e a obra “De Re Diplomatica”, de Jean Mabillon, publicada em 1681, na qual Luciana Duranti (*Apud* FONSECA, 2005, p.31) localiza os primeiros elementos de uma doutrina arquivística³³ que viria a se desenvolver ao longo dos séculos seguintes.

Se, como sustentam Silva *et alli* (2009, p.94), “‘saber’ e ‘prática’ estavam já intimamente ligados desde as civilizações mais antigas” e a genealogia de alguns aspectos da arquivística pode recuar aos séculos XV ou XVI, a publicação, pela Associação dos Arquivistas Holandeses, do manual escrito por Samuel Muller, Johan A. Feith e Robert Fruin, em 1898, é considerada por grande parte dos autores pesquisados como o marco inaugural da disciplina arquivística³⁴.

O “Handleiding voor het ordenen em beschrijven van archieven”³⁵ representa um esforço inédito de teorização do trabalho de arquivo: nas 100

³³ Marc Bloch (2001, p.90), retomado depois por Le Goff (2003), e Fonseca (2005), consideram esta obra enquanto fundadora da crítica dos documentos de arquivo que o movimento dos Annales se dedicou a aprofundar.

³⁴ Maria Odila Fonseca (2005, p. 32) cita alguns autores que partilham deste entendimento, entre eles: Schellenberg (2006), Silva *et al.* (2009), Antonia Heredia, Theo Thomassen e Elio Lodolini.

³⁵ Traduzido por Manoel Adolpho Wanderley como “Manual de arranjo e descrição de arquivos”, foi publicado no Brasil em 1960 pelo AN, época em que JHR era Diretor da instituição.

regras ou princípios considerados fundamentais para o arranjo e descrição dos arquivos que compõem a obra já estão presentes “aspectos que nos nossos dias são considerados essenciais, como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas, etc.” (SILVA *et al.*, 2009, p.115). Em um quadro metodológico ainda imerso nos assuntos históricos, o Manual “marca o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar, libertando definitivamente a Arquivística das disciplinas a que outrora estivera ligada” (Idem)³⁶.

A “convicção de que os arquivos correspondiam a uma unidade administrativa extinta ou existente e deviam ser preservados de acordo” (POSNER, 1959, in JAMESON, 1964, p.67), junto ao respeito à ordem original, sustenta o princípio do respeito aos fundos que se estabelece ao longo da segunda metade do século XIX e passa a expandir-se frente às perspectivas histórica e antiquária. O manual dos arquivistas holandeses dá contornos nítidos e elaboração teórica ao princípio de respeito aos fundos que implica em transformações nas instituições arquivísticas e no trabalho dos arquivistas.

Os arquivos públicos começam a valorizar seus traços administrativos, a reestabelecer e manter contato com os órgãos administrativos dos quais se esperava que eles recebessem documentos, a pedir transferências regulares, e a reclamar participação na decisão a respeito de que documentos deviam ser preservados (Idem).

Segundo o Manual dos arquivistas holandeses, já no século XX, Sir Hilary Jenkinson veio a reforçar essa conexão da arquivística com a administração através de uma definição do conceito de arquivo que se afastava da história. Para o professor inglês, compõem o arquivo documentos

produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e, subsequentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas

³⁶ Apesar de não compactuarmos com a perspectiva de Malheiro (Silva *et al.*, 2009) acerca do método de análise da história da disciplina arquivística (pelo modelo dos paradigmas), ressaltamos aqui a importância da obra dos arquivistas holandeses para a constituição de um discurso arquivístico moderno, manualístico e ligado à administração pública.

responsáveis por aquele ato ou por seus legítimos sucessores para sua própria informação (JENKINSON, 1965, p. 11) (tradução livre).

Além de ressaltar a importância da comprovação de uma custódia linear para a comprovação da autenticidade, Jenkinson pregava que

os arquivos não se formam no interesse ou para informação da posteridade, mas sim porque têm duas qualidades importantes – imparcialidade e autenticidade – as quais levam ao conhecimento da verdade, desde que seja entendido o seu contexto administrativo (SILVA *et al.*, 2009, p. 126).

Aqui o arquivista se torna uma figura distinta do historiador: a verdade arquivística é distinta da verdade histórica e o profissional do arquivo deve, antes de tudo, dedicar-se ao seu arquivo e só depois aos pesquisadores (usuários).

Se Jenkinson rompe as relações entre arquivística e história, Eugenio Casanova estabelecia a conexão entre arquivo e administração. Em sua “Archivística”, de 1928, ao ressaltar, em sua definição do conceito de arquivo, o escopo político, jurídico e cultural da documentação administrativa, fazia questão de negar a distinção entre o registro ou protocolo e o arquivo: “um deriva do outro” (CASANOVA, 1928, in SILVA *et al.*, 2009, p. 128 - Tradução livre). Apagava-se assim, a fronteira entre arquivo histórico e administrativo (corrente ou depósito). Para Silva (*et al.*, 2009, p. 126), essa “intuição sistêmica” era um “sinal evidente da afirmação da disciplina”: o surgimento de um renovado interesse administrativo na base da formação e continuidade dos arquivos criou o espaço institucional de desenvolvimento da arquivística moderna.

Esta preocupação integradora em relação aos arquivos administrativos desenvolve-se no decorrer da década de 1930: em ações conjuntas ou através da normalização, iniciativas em âmbito internacional surgem com a intenção de unificar a terminologia arquivística, estabelecer um léxico comum, demarcar o que se pode ou não dizer, como se deve proceder, quais as prerrogativas e os limites acerca dos arquivos. Buscavam, senão a cifra das cifras, estabelecer o campo de possibilidade de formação de vocabulários e, ao mesmo tempo, os limites do repertório de vocabulários possíveis.

Este momento marca, além do surgimento de uma teoria propriamente do arquivo, profundas reformulações no método histórico: a primeira geração da escola do *Annales*, nas figuras centrais de Marc Bloch e Lucien Fèbvre, buscava a emancipação em relação às fontes tradicionais e o alargamento da noção de documento, incluindo novas possibilidades ao “estabelecimento das fontes”. Ao definir o trabalho do historiador enquanto solução de um problema, passavam a encarar os arquivos de forma menos instrumental. Data deste momento também a inversão na crítica documental, apontada por Foucault na Introdução d’*A Arqueologia do Saber*³⁷. As mudanças operadas no *métier* do historiador lançam a Arquivística, que estava em vias de se tornar autônoma, em uma crise de identidade e expõem a crescente necessidade de afirmação da disciplina enquanto saber autônomo em relação à disciplina histórica (SILVA *et al.* 2009, pp. 124-125).

Concomitante ao surgimento de uma teoria que se esforçava no sentido de integrar os arquivos históricos aos arquivos administrativos e preocupava-se em sistematizar a ordem dos arquivos de diferentes instituições, o aumento exponencial na produção documental da administração pública e os problemas suscitados por este fato entram na pauta da disciplina arquivística. A acumulação generalizada dificultava (ou impossibilitava) a organização; o cálculo dos recursos necessários à guarda e manutenção do volume desproporcional de documentos produzidos, além de um problema do arquivo, tornou-se uma preocupação de administração. O bom funcionamento da instituição dependia, em certa escala, de sua capacidade de lidar com o arcabouço de informações que acumulava no desempenho de suas funções e com a imensa quantidade de material produzido ao longo de sua trajetória.

Silva *et alli* (2009, p. 132) definem o fenômeno da “explosão documental” como um

³⁷ “Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ele considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade e qual seu valor expressivo, mas sim trabalha-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades descreve relações” (FOUCAULT, 1997, p.7).

aumento acelerado da produção documental das instituições, em particular das administrações públicas, [que] veio a contribuir para agudizar uma série de problemas, que já começavam a sentir-se anteriormente. Por um lado, aumentavam as necessidades materiais (em pessoal, equipamentos, edifícios) para fazer face às crescentes massas de documentação produzida; por outro, torna-se urgente tomar medidas de caráter pragmático, pois as incorporações nos arquivos históricos não estão a ser já possíveis, devido à saturação dos depósitos; por último, e em consequência da conjuntura descrita, o problema da avaliação e das eliminações ganha particular acuidade.

Como resposta à multiplicação exponencial da documentação, surgem mecanismos de avaliação documental que buscam sistematizar a passagem do arquivo administrativo ao histórico. O debate acerca da responsabilidade sobre a avaliação documental divide opiniões: seria uma tarefa do arquivista ou administrador? Sir Hilary Jenkinson defendia que a avaliação não fazia parte das atribuições dos arquivistas, selecionar os documentos passíveis de arquivamento (e eliminação) seria atribuição das entidades produtoras dos mesmos. Sua perspectiva, adotada pela arquivística inglesa, diferia, porém, da perspectiva alemã, defendida por Karl Otto Müller, e da norte-americana, representada por Philip Brooks e Theodore Schellenberg, para quem a tarefa de avaliação documental cabia (em parte ou totalmente) ao arquivista.

O fenômeno da “explosão documental”, além de criar a necessidade da avaliação dos documentos, deu lugar à ascensão de um pré-arquivo ou arquivo intermediário. Esta estrutura passou a tratar a documentação “durante o período de tempo que medeia entre a sua retirada dos serviços produtores e a sua incorporação nos arquivos históricos” (Idem). Com a função de preparar a documentação para sua integração aos arquivos históricos, o arquivo intermediário passou a cumprir as funções de avaliação, triagem e eliminação dos documentos. Este movimento, como outros descritos anteriormente, não consiste em um fenômeno uniforme mundo afora; diversas teorias sobre as idades dos documentos propõem peculiares divisões ao arquivo, estabelecendo assim variantes locais de terminologia e de definição do conceito de arquivo.

Entre os defensores da teoria das três idades, Theodore Schellenberg (2006), historiador e arquivista norte-americano, propõe a divisão do arquivo em três momentos distintos da vida da documentação: os arquivos corrente, intermediário e permanente. O enquadramento dos documentos se dá conforme

os critérios estabelecidos pela teoria dos valores documentais³⁸. Com um tom marcadamente administrativo, o trabalho de Schellenberg é de particular importância para o objeto que se está buscando tornar explícito: a crítica de JHR ao Arquivo Nacional do Regulamento de 1923 se estabelece pautada nos parâmetros arquivísticos preconizados pelo autor norte-americano.

À teoria francesa, que ainda exercia sua influência no Arquivo Nacional dos anos 1950 e no campo arquivístico brasileiro em geral, JHR buscou aliar as experiências mais recentes no campo arquivístico internacional. Entre os especialistas que trouxe ao Brasil, a contribuição de Schellenberg tornou-se a mais destacada. Seus trabalhos foram traduzidos e editados nos anos subsequentes à sua visita (quase em sua totalidade, por Lêda Boechat Rodrigues, esposa e colaboradora de JHR). Seu relatório, intitulado “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”, serviu a JHR na concepção da reforma no Arquivo Nacional, desde o diagnóstico que estabelece em seu relatório “A situação do Arquivo Nacional” de 1958, passando pelo projeto e pela implantação de um novo Regimento, até os desenvolvimentos, adentrando a década de 1960, das mudanças trazida pela reforma do instrumento regulatório maior da instituição.

Esta breve genealogia do arquivo, dedicada a estabelecer a proveniência dos elementos que vieram a compor um discurso propriamente do arquivo, visa esboçar o quadro geral da disciplina arquivística que é o termo de comparação de JHR com a realidade arquivística encontrada por ele no AN. As críticas de JHR ao funcionamento da instituição, mesmo que se mostrem ainda atuais, se dão em um momento específico de transformações discursivas no campo do arquivo e é somente a partir destes fatos que podemos estabelecer o sentido do diagnóstico oferecido por JHR ao AN, que compõe a análise que segue, e da terapêutica (a Reforma propriamente dita) que é o objeto do próximo capítulo.

³⁸ Valores primários, ligados, segundo Schellenberg, à própria entidade onde se originaram os documentos; e valores secundários, ligados ao uso dos documentos por terceiros. Os valores secundários podem ser de caráter probatório - valor ligado à prova da existência da organização e da consecução de suas funções - ou informativo - ligado à irrupção de fatos: “pessoas, coisas ou fenômenos”, diz o autor (SCHELLENBERG, 2006, pp. 180-184).

1.6. Antecedentes da Reforma: Obsolescência e modernidade arquivística

O sentido do diagnóstico de JHR sobre a situação do AN, em 1958, centrou-se em um enunciado dicotômico que permeava a análise desde o princípio: obsolescência/modernidade. Tratava-se de um jogo constante entre um passado que insistentemente continuava a ser presente e um campo de futuro que se abria como realização naquele presente. Na acepção que JHR lhe deu, este dispositivo funcionava em apenas um sentido: movendo-se do passado ainda presente ao futuro que virá a ser (n)o presente, era o inevitável trunfo do novo (moderno) sobre o antigo (obsoleto). Ao longo da análise notar-se-á que houve variações neste esquema, com a introdução de outros pares de enunciados, tais como história/administração e documentação histórica/documentação moderna ou administrativa, porém sua utilização pautou tanto o diagnóstico quanto a terapêutica oferecida na ocasião. Esperamos que se torne mais claro o funcionamento da dicotomia ao longo da análise, ressaltando sua emergência quando pertinente.

Buscar-se-á, a partir deste segmento, descrever o sistema específico criado por este jogo no diagnóstico de JHR e verificar quais e em que medida os aspectos de sua terapêutica, ou seja, do receituário e das ações e materializações disponíveis e que foram postas em prática, tiveram êxito na busca por resolvê-lo. A dissociação destes dois momentos se dá somente em função de uma elaboração discursiva, uma vez que perpassam de ponta a ponta o fato a ser descrito.

No caso em questão, isto é, em específico para a Reforma do AN, podemos conceber três dimensões deste jogo que são postos em funcionamento a fim de alavancar a passagem de um modelo antiquado a um novo. Em uma primeira dimensão, surge na obsolescência/necessidade de modernização da instituição; em segundo lugar, aparece na mudança do foco da documentação histórica para a moderna; e, por fim, se explicita na passagem do sentido de

produção (coleta e pesquisa) histórica para o tratamento e disponibilização do acervo para utilização pelos órgãos da Administração Pública³⁹.

Cabe ressaltar que a utilização do vocábulo ‘moderno’ junto à palavra arquivo não é criação de JHR em sua análise sobre o caso do AN. De uma forma geral, desde a década de 1930, o país experimentava uma renovação expansiva da estrutura estatal: temas como desenvolvimento e modernização permeavam o discurso posto em funcionamento pelos governantes do Brasil. A influência norte-americana, desde o final da Segunda Guerra Mundial, atingindo seu auge nas primeiras décadas da Guerra Fria, se explicitava em projetos e missões de cooperação técnica como o Ponto IV e o USAID⁴⁰.

No campo das técnicas de arquivo, desde o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, da Associação dos Arquivistas Holandeses, de 1898, a definição de arquivo se direciona para o uso administrativo dos documentos⁴¹. Sir Hillary Jenkinson, em seu *Manual of Archive Administration*, em 1922, construiu a definição de *Archives* a partir de uma noção de *document* que fazia parte de uma “*administrative or executive transaction*” (JENKINSON, 1965, p. 11). Quando Theodore R. Schellenberg (2006 p.65), na esteira da versão administrativista, define a produção de arquivos como “inerente ao próprio caráter dos governos modernos”, a definição de documento e de arquivo ganha o qualificativo ‘moderno’.

³⁹ Entende-se que uma possível chave para descrever o fato que o período de JHR enquanto Diretor do AN representa é exatamente este jogo entre obsoleto/moderno, história/administração e coleção/fundo, porém esta hipótese talvez não possa ser testada completamente no espaço exíguo desta análise.

⁴⁰ JHR buscava, como veremos mais adiante, auxílio no Programa conhecido como Ponto IV para ter acesso aos arquivos ministeriais (BRASIL, 1960, p. 6). O presidente norte-americano Harry Truman elencou, em 1949, quatro pontos para “conter” o comunismo e estabelecer um “mundo livre”, o Ponto IV “transformou-se em um programa oficial do governo, ligado ao Departamento de Estado, e sua missão era financiar projetos de assistência técnica dos EUA para países sub-desenvolvidos” (ALCADIPANI; BERTERO, 2011, p. 04) a Coleção “Textos Seleccionados de Administração Pública”, cujo Volume XII versa sobre “Administração de Arquivos e Documentação”, foi publicada em cooperação entre a Fundação Getúlio Vargas e a USAID (United States Agency for International Development), através da Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica, no âmbito do programa “Aliança para o Progresso”, durante os anos iniciais da década de 1960.

⁴¹ “Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário” (MULLER *et all*, 1973, p. 13)

A modernização do AN seria, então, além de uma “atualização” da instituição em torno de sua organização e de sua função, uma guinada em direção a uma nova concepção de documento: aquele produzido no curso de um ato administrativo pelas diversas repartições e instâncias do poder estatal e acumulados no curso de suas funções. Arquivos que não se enquadrassem nesta definição acabaram por ser tachados de “especiais” e as acumulações colecionistas comporiam a pré-história do Arquivo Moderno, ou seja, os arquivos históricos.

O Regimento implantado por JHR e sua implantação não serão aqui tratados somente enquanto um sistema de documentos a ser descrito, mas como uma expectativa de instaurar na instituição um discurso de modernização que pudesse dar conta dos arquivos que se acumulavam em sua contemporaneidade, reelaborando, mesmo que sem abrir mão, o discurso colecionista da história, ligado à lógica oitocentista dos Institutos Históricos. Colecionar raridades sim, mas, primeiramente, cuidar dos papéis hodiernos e ordinariamente criados em série pela administração pública.

1.7. A Situação do Arquivo Nacional e o Regimento de 1958

Ao ser nomeado para a Direção do AN em 21 de agosto de 1958 e assumir dia 29 do mesmo mês (RODRIGUES, 2004, p. 31), JHR já tinha conhecimento das necessidades da instituição. De acordo com o Jornal Folha da Manhã de 14 de setembro daquele ano, em reportagem intitulada “Programa de Reforma do Arquivo Nacional”, JHR destacava, ao tomar posse do cargo, “a inadiável necessidade de reforma do Arquivo Nacional, especificando alguns itens dessa reforma: a) criação de uma rede nacional para coleta de documentos (...); b) organização de um arquivo de microfilmes, fotografias e discos e c) formação especializada de pessoal competente para os serviços do Arquivo Nacional. Reconheceu, entretanto, a dificuldade de uma reforma dessa natureza tendo em vista os poucos recursos de que dispõe o Arquivo Nacional (...)” (Folha Da Manhã, 14/09/1958, Rio de Janeiro).

Do que se pode extrair dos documentos, JHR já tinha conhecimento da situação de carestia pela qual passava a instituição alguns meses antes de ser nomeado. De acordo com o fragmento de um diálogo com o Padre Serafim Leite - do qual só foi possível ter acesso à resposta deste, datada de 03 de março do mesmo ano - onde o Padre concorda com JHR que "(...) aquilo do Arquivo (a reforma) seria bom ir adiante", advertindo-o que "por outro lado, não é menos importante que tenha tempo para escrever a sua obra. A vida é assim, entrecruzada de desejos, iniciativas e limitações!" (RODRIGUES, L., MELLO, 1994, p. 69).

Apesar de conhecer as dificuldades pelas quais passava o AN, somente a partir de sua posse pode o historiador realmente tomar contato com a real situação da instituição. A partir do reconhecimento das dificuldades do dia a dia do arquivo, JHR produziu um relatório, intitulado *A Situação do Arquivo Nacional*, no qual analisou profundamente os diversos aspectos da instituição, apontou seus problemas e suas dificuldades e propôs algumas iniciativas necessárias à solução destes problemas. Apesar de ter saído do prelo somente em 1959 e contar já com o Regimento aprovado (o que veio a ocorrer em novembro de 1958), seu relatório é fruto desta experiência de quase seis meses de mandato durante o ano anterior.

Em setembro de 1958, em carta ao professor Eurípedes Simões de Paula, JHR reconhece que, em seus assuntos pessoais,

está tudo atrasado e não creio que nestes dois meses de outubro e novembro eu possa cuidar de outra coisa que não seja o Arquivo Nacional, pois encontrei uma repartição obsoleta, na estaca zero, com um regulamento de 1923. Já fiz um projeto de novo regulamento para uma reforma de base da instituição, preparei emendas no orçamento a fim de obter verbas para o ano que vem e estou providenciando maiores acomodações (RODRIGUES, 2004, p. 31).

Desde o início de seu mandato, e em diversas ocasiões, JHR alude ao fato de o AN tomar-lhe quase que exclusivamente o tempo, como em sua correspondência com o Padre Gonzaga Jaeger, de 1º de outubro de 1958 (RODRIGUES, L., MELLO, 1994, p. 116); com Orlando M. Carvalho, a 30 de janeiro de 1959 (RODRIGUES, 2004, p. 107); com o mesmo Eurípedes Simões

de Paula, a 31 de janeiro (Idem, p. 32); com Orlando Leite Ribeiro, a 30 de março, em que confidencia estar “no meio de uma tempestade de reformas, no Arquivo Nacional” (Idem, p. 91); com Howard F. Cline, a 18 de julho (Idem, 216-217); e com o professor Robin A. Humphreys, sem data, mas que parece responder à correspondência do professor recebida em 17 de novembro (RODRIGUES, L., MELLO, 1994, p. 42).

Como fruto primeiro desta dedicação exclusiva aos problemas encontrados, a 18 de novembro, foram enviados ao Presidente da República o projeto de um novo Regimento e, como preâmbulo a ele, uma “Exposição de motivos do DASP que deu origem ao Decreto 44.862/58”. Nesta, JHR afirma que

as medidas consubstanciadas no projeto elaborado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores decorrem da necessidade de ser efetuada uma ampla reorganização do Arquivo Nacional, de modo a adaptá-lo às exigências de uma instituição *moderna* e eficiente, pois, como assinala o órgão interessado, a organização atual foi estabelecida há trinta e cinco anos, estando, portanto, inteiramente *obsoleta*, quer quanto à estrutura propriamente dita, quer quanto às normas e métodos de trabalho (Exposição de motivos do DASP que deu origem ao Decreto 44.862/58, grifo meu).

1.8. O Regimento de 1958: o receituário da Reforma

Antes mesmo antes de ser alçado à Diretoria do AN, como vimos, JHR já tinha consciência do estado penoso da instituição e da defasagem que apresentava em relação à realidade sócio-política e cultural do país e ao desenvolvimento das teorias e das práticas tanto da pesquisa história quanto das técnicas de arquivo. Anteriormente, havia tornado explícita, inclusive, a ideia de reformar a instituição. Ao assumir seu posto, como vimos, o primeiro passo de JHR foi estabelecer um diagnóstico mais acurado da realidade do AN. A exposição de suas conclusões tornaram-se explícitas por meio de um relatório (*A Situação do Arquivo Nacional*), publicado pelo próprio arquivo em 1959, e pelo texto que serve de preâmbulo ao projeto de um novo Regimento, enviado à

Presidência da República em novembro de 1958, intitulado “Exposição de motivos do DASP que deu origem ao Decreto 44.862/58”.

Após este diagnóstico, o primeiro passo dado para a consecução de seu objetivo, foi o estabelecimento do receituário: a elaboração de uma nova regulamentação que institucionalizasse as mudanças aventadas como necessárias. Menos de três meses depois de assumir, JHR já havia compilado suas considerações na forma de um texto-base para o novo regulamento para o AN. A três meses exatos de sua indicação para o cargo, o Decreto nº 44.862/58, firmado pelo Presidente Juscelino Kubitschek e pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Carlos Cyrillo Júnior, aprovava o novo Regimento do AN.

Da mesma forma que estabelecemos uma análise, exposta no subtítulo 1.3, sobre os instrumentos regulatórios do AN até 1923, pretende-se aqui analisar o Regimento de 1958 em função **da finalidade e da estrutura organizacional da instituição e da forma de organização interna da documentação**. Para a construção de um quadro comparativo, o termo a ser usado vem a ser o Regulamento de 1923, criticado por JHR enquanto instrumento legal defasado e obsoleto, incapaz de dar conta de uma realidade que havia se transformado drasticamente nos quase 35 anos de sua vigência.

O texto de 1923 dividia-se em sete capítulos, dos quais apenas dois referiam-se à instituição em si: o primeiro, “Natureza, fins e organização do Arquivo Nacional” e o quarto, “Pessoal do Arquivo”. Outros quatro capítulos se referiam às atividades-fim da instituição: o segundo, “Aquisição classificação e guarda de documentos”; o terceiro, “Da consulta de documentos”; o quinto, “Curso técnico”; e o sexto, “Das conferências”. O capítulo “Disposições gerais” completava o instrumento legal.

O primeiro capítulo regulamentava, em seu artigo 1º, a finalidade da instituição, qual seja, “adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à administração, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o Governo determinar” (BRASIL, 1923). O artigo 2º estabelecia, a um só golpe, a estrutura administrativa da instituição e a organização da documentação que compunha o acervo sob a custódia do arquivo: “Os serviços do Arquivo Nacional serão distribuídos por três secções –

a administrativa, a histórica e a legislativa e judiciária, e pela secretaria”. Do artigo 3º ao 6º, listava nominalmente os documentos pertencentes a cada uma das três seções que compunham o acervo e a instituição, porém não tecia nenhuma consideração sobre o funcionamento, a composição ou as atribuições institucionais destas.

Do artigo 7º ao 9º e último, estabelecia a secretaria como responsável pelo “expediente e a economia do Arquivo, a biblioteca, a mapoteca, as oficinas gráficas e de encadernação e os demais serviços que não pertencem às seções” (Idem); subordinava a mapoteca à biblioteca e estabelecia os conteúdos a serem atribuídos a estes dois setores. No capítulo IV ficava instituído o quadro de pessoal da instituição, assim como sua forma de ingresso (nomeação e concurso), atribuições, direitos, deveres e competências.

Enquanto o Regulamento de 1923 previa uma estrutura organizacional da instituição espelhada na forma de organização interna da documentação, o Regimento de 1958 viria separar estes dois aspectos de forma radical: das oito divisões da instituição, somente duas ficariam responsáveis diretamente pela documentação e em uma delas se concentrariam as três seções nas quais estava dividida a documentação, junto a três outras divisões.

Ao longo das 45 páginas do texto, aprovado pelo Decreto 44.862/58, são apresentados nove capítulos⁴² que se dedicavam quase exclusivamente ao funcionamento da instituição, ficando subordinada a esta a organização da documentação. Os capítulos I, II e III se dedicavam, respectivamente, à finalidade, à organização e à competência dos órgãos. Os capítulos V, VI e VIII se detinham, respectivamente, nas atribuições do pessoal, na lotação e nas substituições. O Capítulo VII regulamentava o horário de funcionamento da instituição e de seus serviços. Aos capítulos IX e X foram atribuídas as disposições: gerais ao primeiro, transitórias ao segundo.

No que concerne à finalidade da instituição, a fórmula que vinha sendo repetida desde 1876 (com exceção do Regulamento de 1838, no qual a finalidade estava implícita), mesmo que com algumas variações (“adquirir e

⁴² Os capítulos foram numerados de I a X, porém, não constava o capítulo IV. A razão desta lacuna é desconhecida.

conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o Governo determinar que ali se depositem”, em 1876; “adquirir e conservar, cuidadosamente, e sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à administração, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o Governo determinar” em 1923), em 1958, finalmente fora revisada e teve sua redação adaptada e ampliada.

A finalidade da instituição, sob o Regimento de 1958, apresentava continuidade em relação à antiga fórmula, porém transbordava seus limites ao transformar o que era o Artigo 1º dos outros Regulamentos/Regimentos em um inciso interno a ele e complementá-lo com mais dois outros. A redação do primeiro inciso de seu Artigo 1º⁴³ guarda semelhanças em relação aos “fins” do Regulamento de 1923 e à “natureza” dos anteriores, mas esta permanência demonstra menos o respeito a esta continuidade e mais a tentativa de dar conta, no projeto de instituição que buscava performar, da sua história administrativa, que era também, como vimos, a história da organização da documentação. Criava, dentro do moderno, o espaço onde o obsoleto deveria, a seu tempo, se dissolver e ser absorvido.

Enquanto o capítulo inicial dos Regulamentos esforçava-se em constituir uma instituição por inteiro, confundindo a “natureza”, a “organização” e, a partir de 1923, os “fins”, o Capítulo I do Regimento (“Da Finalidade”) se ocupava somente deste último aspecto institucional. Um novo vocabulário reelaborava a antiga fórmula e lhe imprimia outro sentido (Artigo 1º), enquanto fazia emergir uma série de competências que serviriam de ligação entre o trabalho do quadro de pessoal e a forma de organização que se consubstanciavam na instituição (Artigo 2º) (BRASIL, 1958).

Ao compararmos as redações da finalidade da instituição constantes do Regulamento de 1923 e do Regimento de 1958, percebemos, primeiramente, que o AN deixava de ter como objetivo “adquirir” documentos, passando a ter

⁴³ “I – preservar os documentos de valor legal, administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas, e os de valor histórico, provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular” (BRASIL, 1958)

como atribuição principal a preservação (a conservação modernizada) dos mesmos (incluindo o recolhimento da documentação). Enquanto antes os documentos estavam ligados aos fatos (seja aos do direito público e da legislação, ou aos da administração, da história e da geografia) através da variedade potencial de relações, estabelecidas *a posteriori*, passavam a conter em si “valores” intrínsecos (legal, administrativo e/ou histórico) que permitiam sua seriação e dificultavam o estabelecimento de outras relações possíveis. A geografia restava dispersa e desaparecia, a história, senão inviabilizada, sofria um estreitamento na forma que era praticada à época. O “Governo”, figura autônoma à qual respondia o arquivo, tornava-se “os Poderes da União”, ente do qual o AN não só fazia parte, mas para o qual volta seus esforços institucionais.

Não bastava, porém, como preconizava o inciso primeiro do Artigo 1º, “preservar os documentos de valor legal, administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas, e os de valor histórico, provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular” (BRASIL, 1958); desdobrada a finalidade em mais dois tópicos, deveria a instituição também “possibilitar o uso desses documentos aos órgãos governamentais e a particulares” (Inciso segundo) (Idem), promover a pesquisa histórica, e, na medida em que servir à consecução desse fim, realizá-la, e ainda “divulgar a história pátria visando à educação cívica do povo brasileiro” (Inciso terceiro) (Idem).

Dos três incisos que compõem o Artigo 1º, o primeiro e o terceiro demonstram, apesar da reelaboração e da atualização dos termos, uma relação de continuidade com os conteúdos dos Artigos que definiam a finalidade da instituição nos Regimentos/Regulamentos anteriores. Até então, não houvera grande transformação: podemos dizer que a finalidade da instituição foi alargada e sofreu uma guinada em direção à administração pública, em uma redação que conciliava o entendimento antigo e as proposições de modernização que mobilizavam a renovação do instrumento legal.

O inciso segundo, no entanto, é um forte indício que serve de aproximação à transformação proposta na ocasião: a finalidade, descrita nos outros dois incisos, deveria se dirigir especificamente aos órgãos governamentais (com a

ressalva dos “particulares”). A lacuna existente por não estar o AN voltado a trabalhar para a administração pública, e sim para a pesquisa histórica (enquanto coleta documental), tornava a instituição, aos olhos de JHR, um exemplo de obsolescência. Esse serviço, essencial ao Estado moderno, permaneceria órfão, enquanto o AN não se incumbisse do papel de “arcabouço da administração”.

O Artigo 2º (ANEXO F), desdobramento do 1º, expõe um nível anterior que se encontrava submerso: faz emergir no discurso as operações técnicas necessárias para que a instituição atinja seus fins. Ao longo dos seus dezesseis incisos, desdobram-se operações técnicas que vão desde o trato direto com a documentação (I, II, IV e V), passando pela promoção da organização e da divulgação de outras instituições arquivísticas (III, VI e VII), até a promoção da utilização da documentação sob sua custódia (VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV). O AN se tornava, através da recepção, da organização e da conservação da documentação, um agente de disponibilização de documentos e informações aos órgãos dos Poderes da União, a particulares e a outras instituições arquivísticas.

Quando passamos a analisar a estrutura organizacional da instituição e a organização interna do acervo, porém, chegamos ao ponto fulcral da transformação. Mais do que mudar a organização da instituição e da documentação, o texto do Regimento de 1958 desatrelava uma da outra: a partir de então a instituição voltava-se para uma organização mais próxima às diferentes entidades do poder estatal e deixava de lado a ordem dos documentos; e a documentação, por seu turno, livre das amarras institucionais de organização, demonstraria todo seu vulto e sua diversidade material e tipológica, típicos da primeira metade do século XX, e teria a independência para adotar o “princípio do respeito aos fundos” em sua organização interna.

Quanto à organização da instituição que, sob o Regulamento de 1923, subdividia-se em três seções (ANEXO A), diretamente ligadas às divisões da documentação, às quais se juntava a secretaria, responsável pela biblioteca, pela mapoteca e pelas oficinas gráficas e de encadernação, há uma notável complexificação. De acordo com o Regimento de 1958 (ANEXO B) o Diretor passava a ser o componente central do Conselho de Administração de Arquivos (C.A.A.); as antigas seções passam a compor o Serviço de Documentação

Escrita (S.D.E.), composta por seis seções: os dos Poderes Legislativo (S.P.L.) e Judiciário (S.P.J), o da Presidência da República (S.P.R.), o dos Ministérios (S.M.), o da Administração Descentralizada (S.A.D.) e o de Documentação Histórica (S.D.H.).

A mapoteca, junto a outros tipos especiais de arquivos, fica a cargo do Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica (S.F.F.), composta de seis seções: a de Mapas (S.Mp.), a de Fotografias (S.Fg.), a de Filmes (S.Fm.), a de Microfilmes (S. Me.), a de Documentação Sonora (S.D.S.) e a de Fonofotografia (S.F.). Outros dois serviços são criados: o de Pesquisas Históricas (S.P.H.), à qual estavam subordinadas a Seção de Cursos do Arquivo Nacional (S.C.) e a Turma de Publicações (T.P.), e o de Registro e Assistência (S.R.A.), à qual respondiam as Seções de Registro de Arquivos (S.R.A.), a do Catálogo Coletivo de Arquivos (S.C.C.) e a de Assistência Técnica (S.A.T.). Além destes, surge a Seção de Consulta (S.Co.), contendo a Biblioteca; a Seção de Restauração (S.R.) e a Seção de Administração (S.A.), à qual se subordinam a Portaria e a Zeladoria.

A transformação da organização é um dos principais aspectos da Reforma que JHR pretendia empreender: afastar a forma da instituição da ordem dos documentos e a aproximá-la de um formato administrativamente atualizado é o mote central do trabalho do Diretor. A finalidade da instituição, e não mais o seu conteúdo, passa a transparecer através de sua organização interna: ela trabalha recebendo, tratando e armazenando documentos, em seus diferentes formatos (S.D.E., S.F.F., S.R.A. e S.R.); faz e apoia a pesquisa histórica (S.P.H.); franqueia a consulta de documentos sob sua guarda (S.Co.) e presta assistência aos órgãos da administração pública (S.R.A.). A efetiva realização de tal transformação será objeto de uma análise mais acurada no próximo capítulo.

A organização interna da documentação, por seu turno, fora absorvida por dois serviços (S.D.E e S.D.F). O primeiro, responsável pela documentação escrita, incorporava as três antigas seções nas quais a documentação se repartia, sendo que a Seção Histórica se mantinha intacta (S.D.H.), a Legislativa e a Judiciária experimentavam uma continuidade, porém agora independentes (S.P.J. e S.P.L.), e a antiga Seção Administrativa se repartia em três Seções, a saber, da Presidência da República (S.P.R.), dos Ministérios (S.M.) e da

Administração Descentralizada (S.A.D.). O Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica (S.F.F.) incorporava a antiga Mapoteca na Seção de Mapas (S.Mp.) e dava conta ainda de uma diversidade de suportes documentais antes não contemplados: as Seções responsáveis por fotografias (S.Fg.), filmes (S.Fm.), microfilmes (S.Me.), documentação sonora (S.D.S.) e fonofotográfica (S.F.) agora dão conta de formas de registro criadas pelo avanço tecnológico que separa o Regulamento de 1923 e o Regimento de 1958. Este serviço (S.F.F.) é um dos elementos que caracteriza explicitamente a obsolescência do Regulamento e da instituição e a necessidade de uma atualização (modernização, nos termos da época e de JHR e aos olhos do novo Diretor).

Entre documentação escrita e “fonofotográfica”, a princípio, não existe uma contradição explícita. Porém, uma análise mais aprofundada desta separação expõe não somente uma contradição, mas a coexistência de duas formas de categorização que não pertencem, *a priori*, ao mesmo nível: enquanto o Serviço de Documentação escrita se subdivide respeitando a origem da documentação, o Serviço de Documentação Fonofotográfica trata separadamente de tipos documentais (poder-se-ia pensar, por exemplo, na mensagem do Presidente à Assembleia, lida pelo governante na Casa Legislativa anualmente, que, quando gravada em áudio, deveria ser preservada tanto na Seção da Presidência da República quanto na Seção de Documentação Sonora).

Por certo, a vontade de incorporar a antiga separação sem provocar uma reorganização total é completamente compreensível: o trabalho de reorganização da documentação seria, por certo, incomensurável. Por seu turno, a necessidade de criar novas categorias que pudessem abarcar o avanço tecnológico do registro humano se mostrava premente: uma pluralidade de suportes documentais, surgidos entre fins do século XIX e a metade do século XX, necessitavam de tratamento técnico *sui generis*, não permitindo, em diversos casos, sua integração às categorias pré-existentes.

O resultado, conclusão de um esforço por incorporar o antigo e o novo em uma mesma taxonomia, que exigia que se manipulasse o fenômeno informacional de forma a dar conta da diversidade documental sem precedentes

experimentada à época, apesar de contraditório a uma análise retroativa, era pertinente ao ponto de ser aprovada e implementada em sua contemporaneidade.

Os aspectos institucionais da Reforma imposta, principalmente, pela aprovação de um novo Regimento, serão analisados em seus pormenores no capítulo a seguir, respeitando a divisão exarada tanto no próprio Regimento quanto nos Relatórios Anuais do AN, representando uma divisão predeterminada não pela análise mas pelo objeto analisado, a saber, a organização da instituição, quanto ao real desdobramento da criação dos novos setores; das instalações físicas do arquivo; do pessoal, em termos de quantidade e qualificação do corpo técnico da instituição; do acervo; do orçamento da instituição; do material disponível; das publicações; da Biblioteca; dos serviços aos consulentes; da criação de um Sistema Brasileiro de Arquivos e, por fim, da transferência do Governo para Brasília, tanto em relação à escolha de um local para o AN na nova Capital Federal quanto ao recolhimento da documentação armazenadas nos e pelos diversos setores da Administração Pública em processo de mudança de localização. Posto isto, passaremos a analisar os desdobramentos de cada um destes tópicos ao longo da gestão de JHR frente ao AN.

2. A REFORMA ADMINISTRATIVA DO ARQUIVO NACIONAL – 1958-1964

“Não se pode tentar mudar a utilização dos Arquivos sem que sua forma mude”

Michel de Certeau, A escrita da história

Uma vez constituído o quadro comparativo entre o Regulamento de 1923 e o Regimento de 1958, passaremos a descrever as alterações proposta na Reforma propriamente dita, através da análise dos Relatórios constantes no Fundo “AN” do Arquivo Nacional, referentes aos anos de 1958 a 1964. De fato, não foram localizados os Relatórios referentes aos anos de 1963 e 1964, porém buscaremos estabelecer os fatos relativos a estes anos (e, quando se fizer mister, para o resto do período) através do recurso a um conjunto de documentos tais como Decretos, correspondências, artigos, trabalhos acadêmicos e livros propriamente ditos.

Este empreendimento transformador da instituição será abordado da forma como se apresenta ao longo dos relatórios, respeitando o surgimento cronológico e temático dos assuntos. Inicialmente, buscaremos compor as alterações propostas na estrutura organizacional, as mudanças na denominação e na localização hierárquica dos setores, a criação de novas divisões, as alterações em suas denominações e as dificuldades na efetiva instalação dos serviços. Passaremos, a seguir, a descrever as realizações no âmbito das instalações físicas, tanto em relação às melhorias no prédio onde está instalado até hoje o Arquivo Nacional, quanto ao aumento do espaço disponível, seja no Rio de Janeiro ou na nova Capital, Brasília.

Prosseguiremos descrevendo a situação do quadro de pessoal da instituição e as diversas iniciativas para a melhoria quantitativa e qualitativa dos recursos humanos à disposição da instituição. A intenção de criar um Curso Permanente de Arquivos, nos levará às visitas técnicas de Henry Boullier de Branche e Theodore Schellenberg, aos diagnósticos por eles apresentados, aos

cursos ministrados, aos trabalhos técnicos sob suas supervisões e às publicações técnicas advindas destas visitas.

Seguiremos com as iniciativas em relação ao acervo documental da instituição: o recolhimento, a organização, a criação de instrumentos de busca, a reprodução em microfilme, a restauração e a encadernação de volumes documentais serão descritos em pormenores. A seguir, passaremos à descrição dos esforços por dotar a instituição de um orçamento mais robusto, condizente com a amplitude do AN, e de material pertinente ao bom andamento dos trabalhos efetuados pelo arquivo.

Passaremos aos serviços destinados a atender o público, com a descrição dos trabalhos efetuados pela Biblioteca e pelas Seções de Consulta, Encadernação e Restauro. Os esforços por tornar o AN o centro norteador da política nacional de arquivos serão descritos no tópico sobre o Sistema Nacional de Arquivos e, finalmente, teceremos alguns comentários, a título de conclusão desta seção, sobre as relações entre Administração e Pesquisa Histórica, entremeadas pela ascensão da arquivística moderna.

2.1. Organização da instituição: criação dos novos setores

Como pudemos observar, o novo Regimento previa um crescimento considerável das divisões organizacionais da instituição em relação à estrutura que se manteve desde o Regulamento nº 2, de 02 de janeiro de 1838, praticamente sem alterações significativas, até meados da década de 1950. Porém isso não aconteceu de forma direta com a aprovação da nova regulamentação e a publicação do Decreto 44.862/58. Para formalmente instalar a nova estrutura organizacional havia providências a serem efetivadas e as dificuldades impostas pelas restrições legais e orçamentárias viriam a dificultar a tarefa de renovar o formato institucional do AN.

Uma das providências, em relação à implantação da estrutura preconizada no Regimento de 1958, era o aumento do Quadro de Pessoal do AN, tanto no sentido de criar novas funções de chefia para os setores recém-

criados, quanto no de dotá-los de auxiliares incumbidos de efetivar as tarefas confiadas a cada um deles. Basilar para esta, era a providência de dispor de dotação orçamentária que respaldasse a contratação de pessoal para preenchê-las. De acordo com o Relatório de 31 de julho de 1959, o AN contava com 51 servidores - pessoal insuficiente, segundo JHR, para o cumprimento das tarefas essenciais da instituição. O orçamento destinado ao AN, apesar de quase triplicar de 1958 para 1959, ainda era, no entendimento de JHR, insuficiente. Queixava-se o Diretor na oportunidade que, desta forma, a reforma estrutural ainda estava somente no papel (AN, 1959a, p. 03).

A proposta de criação de funções gratificadas requeridas por JHR, aprovada pelo DASP, chegara à Presidência da República ainda no primeiro semestre de 1959. JHR lamenta, no Relatório de 31 de julho de 1959, a demora na aprovação de sua proposta por parte do Presidente (Idem). A criação dos cargos tornou-se efetiva somente no final daquele ano, através do Decreto nº 46.971, de 07 de outubro de 1959. Esta regulamentação criava 15 funções gratificadas: 12 para chefias, três para cargos de Encarregado, uma para o de Assistente e uma para o de Secretário. Estes dois últimos se destinavam a prestar assistência ao Diretor; os Encarregados se destinavam à Biblioteca, à Turma de Publicações e à Portaria e Zeladoria; e as chefias permitiriam a criação dos Serviços de Documentação Escrita, de Pesquisa Histórica, de Registro e Assistência, das Seções de Administração, de Consultas, do Poder Legislativo, dos Ministérios, de Documentação Histórica, de Mapas, de Microfilmes, de Restauração e de Fonofotografia (AN, 1960b, p. 03).

Porém, a aprovação da criação dos cargos, não fora suficiente para que a efetiva contratação do pessoal se tornasse realidade. De acordo com JHR, no Relatório de 09 de junho de 1960, haviam sido instaladas, naquela data, somente a Seção de Mapas e a do Poder Legislativo. Sobre as outras seções, o Diretor nos informa que seriam instaladas à medida em que os recursos fossem liberados. Além da liberação de recursos, JHR ainda esperava a criação das funções gratificadas para as demais seções. Em finais de 1960, no Relatório de 12 de novembro, JHR coloca que ainda

não foi possível cuidar da instalação de novas Seções, previstas no Regimento desta Repartição, uma vez que não teve prosseguimento o pedido de criação das respectivas gratificações de Chefia (para as quais havia dotação orçamentária) que, todavia, foi, em tempo, encaminhado ao DASP” (AN, 1960c, pp. 01-02).

No ano de 1961, de acordo com o Relatório de 19 de janeiro de 1962, ainda não fora possível

completar o quadro geral da organização do Arquivo Nacional, com a criação das funções gratificadas de chefia das seções que aguardam instalação, uma vez que, em virtude da Lei de Reclassificação de Cargos, tornou-se insuficiente a dotação que havia sido solicitada” (AN, 1962a, p. 01).

Ao longo dos primeiros anos da década de 1960, funcionavam, então, as seções existentes anteriormente, desdobradas segundo o plano de reforma (Documentação Histórica, Ministérios, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Mapas), além da Biblioteca.

No início de 1963, a implantação da estrutura prevista no Regimento de 1958 ainda não havia se processado completamente. De acordo com JHR, no Relatório de 29 de janeiro daquele ano,

sua progressiva concretização, entretanto, vem ocorrendo de modo a permitir um desdobramento harmônico das atividades da repartição, sendo individualizados os serviços específicos à medida que se mobilizam os meios necessários” (AN, 1963, p. 01).

Na oportunidade, JHR informa a criação de mais um único serviço: o de Pesquisa Histórica.

A situação viria a ser alterada somente no ano de 1964, nos últimos dias da Direção de JHR, quando o Decreto nº 53.843, de 25 de março daquele ano, viria a criar o restante das funções gratificadas necessárias à instalação plena do organograma previsto ainda no Regimento de 1958. Mais 11 chefias são criadas e destinadas ao Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica e às Seções do Poder Judiciário, da Presidência da República, da Administração Descentralizada, de Fotografias, de Filmes, de Documentação

Sonora, de Cursos do Arquivo Nacional, de Registro de Arquivos, de Catálogo Coletivo de Arquivos e de Assistência Técnica (BRASIL, 1964). Deve-se, porém, olhar com ressalvas a criação destas chefias, uma vez que, anteriormente, já houve exemplos da distância entre as diretivas constantes nos Decretos desta natureza e a real efetivação da contratação de pessoal.

As lacunas na documentação constante no Fundo “AN” do Arquivo Nacional, como a localização de apenas um Relatório referente ao ano de 1962 e falta do Relatório referente ao ano de 1963, e a permanência de JHR somente até março de 1964, não permitem a inferência sobre quando e se as alterações propostas se tornaram realmente efetivas. As estruturas organizacionais posteriores, no entanto, demonstram a ruptura da estrutura preconizada em 1958 em relação às anteriores e a continuidade da lógica implantada a partir de então pelo menos até 2001⁴⁴.

2.2. Instalações Físicas: prédio, obras, novas instalações

Uma das preocupações recorrentes de JHR, junto à escassez quantitativa e qualitativa de pessoal, desde o diagnóstico apresentado em *A Situação do Arquivo Nacional* (1958) e na *Exposição de motivos do DASP que deu origem ao Decreto 44.862/58* (1958), é com as instalações físicas do AN. O estado em que se encontrava o prédio da Praça da República, a necessidade de aumentar as instalações da instituição e a busca por um local para o AN em Brasília são os principais temas aos quais JHR se dedicou no que se refere a este assunto.

O prédio que abriga ainda hoje o AN, ocupado desde 1907⁴⁵, encontrava-se, nos anos finais da década de 1950, em condições precárias não somente para abrigar o arquivo, bem como representava insalubridade e perigo constante

⁴⁴ Dados coletados a partir de consulta na base de dados MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, integrada ao SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Disponível em:

http://www.an.gov.br/sian/Mapa/Exibe_Pesquisa.asp?v_tela=ver_consulta_orgao_consulta.asp&pesquisa_mapa=1&v_Orgao_ID=8594. Acesso em: 14 jul. 2015.

⁴⁵ Cf. Sítio eletrônico do AN, aba “Histórico”. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>> Acesso em: 14 set. 2015

aos servidores e usuários do arquivo. As instalações elétricas, tornava explícito o Diretor nos Relatórios de 1959 a 1961 (AN, 1959a; 1959b; 1960b; 1960c; 1962a), apresentavam ameaça de curtos-circuitos permanentemente e “poderiam provocar funestas consequências” (AN, 1959a, p. 02) e a iluminação de salas e galerias era precária, os sanitários estavam em más condições e a edificação carecia de nova pintura.

Em julho de 1959, JHR denuncia a não liberação dos recursos necessários às obras, apesar de terem sido concedidas pelo Congresso e de aprovação, pelo DASP e pela Presidência da República, do projeto de melhorias produzido pela Divisão de Obras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em novembro, JHR trata o problema dos espaços físicos como “premente e angustioso” (AN, 1959b, p. 03). Apesar do início de algumas obras pontuais, o Diretor entendia que o prédio, “antigo e dispondo de precaríssimas instalações” (Idem), necessitava de reformas, de tal forma profundas, que inviabilizavam sua própria execução.

Em finais de 1959, os sanitários estavam sendo reformados; uma galeria que comportava documentos estava sendo aumentada, bem como uma sala de trabalho; e a oficina de restauração de livros e documentos e o laboratório fotográfico ganhavam instalações adequadas. Em Relatório datado de 09 de junho de 1960, JHR reafirma a inadequação das instalações, porém trata estas melhorias como “efetuadas” (AN, 1960b, p. 04).

Sobre as obras, ao longo dos anos de 1960 e 1961, JHR afirma laconicamente, em novembro de 1960, que “somente nos últimos dias de outubro tiveram início as obras de reparos no edifício, programadas para este ano” (AN, 1960c, p.2). O Relatório do ano seguinte é direto: “nada foi feito em 1961, em matéria de obras e reparos nos edifícios desta Repartição” (AN, 1962a, p. 02).

O tom utilizado nos relatórios, em relação às melhorias necessárias à instituição, até então, era amargo e descrente. Apesar de conseguir que o orçamento, aprovado pelo Congresso para a realização de obras, aumentasse nominalmente quatro vezes entre 1959 (dois milhões de cruzeiros) (AN, 1959a, p. 01) e 1961 (oito milhões de cruzeiros) (AN, 1962a, p. 02), as dificuldades na liberação das verbas necessárias para a reforma das instalações da instituição

não se realizava ao longo dos anos e JHR, nesta situação, via poucas chances de recuperar o prédio de forma satisfatória.

O Relatório de 1962, datado de 29 de janeiro de 1963, destoa dessa sinfonia fúnebre. Nele, afirma que obras de reforma, adaptação e ampliação dos espaços ocupados pelo AN “tiveram sequência em ritmo acelerado” (AN, 1963, p. 01). Comemorava não só que a pintura da fachada, que “se fazia inadiavelmente necessário (*sic*)” (Idem), encontrava-se em fase final; mas também que a execução das obras de expansão permitiria a expansão dos serviços existentes, “como também a instalação de outros previstos no Regimento” (Idem). As adequações de espaço necessárias à instalação do equipamento de microfilmagem, tão lamentadas nos anos anteriores por sua inexistência, era celebrada por trazer proveitos ao trabalho interno do AN, bem como aos “serviços oferecidos ao público” (Idem).

Infelizmente, a indisponibilidade do Relatório de 1963 e o diminuto período em que esteve à frente do AN no ano de 1964 nos impedem, como ocorrera em relação à implantação da nova estrutura organizacional, de levar adiante a análise sobre este tópico. As poucas alusões ao AN em sua correspondência, após sua saída (JHR limitava-se a citar, de passagem, não ser mais o Diretor da instituição) corroboram o silêncio documental.

À necessidade de reformar as instalações de que já dispunha o arquivo se aliava o também necessário aumento do espaço físico disponível à instituição. Uma solução que, no início, se tornava uma ameaça, segundo JHR, era o edifício sito à Rua da Constituição, nº 71. Vizinho “parede e meia com a do Arquivo Nacional” (AN, 1959a, p. 01), fora declarado de utilidade pública no final de 1958, mas ainda não havia sido desapropriado àquela altura e resumia-se a um depósito de jornais velhos do tabloide “Correio da Manhã” (idem). Este prédio deixa de aparecer nos relatórios ainda em 1959, dando lugar a outro, situado na mesma Rua da Constituição, desta feita sob o nº 35, cedido ao AN pelo Ministério da Educação e Cultura em troca do recolhimento de seus arquivos.

Em Relatório datado de 28 de agosto (AN, 1959b), JHR refere-se a uma “ligeira reforma executada pela Divisão de Obras” (do DASP) no prédio. Porém, alude que, por insuficiência dos recursos alocados, a obra deixara de fora o

andar térreo, inviabilizando a utilização deste e restando somente os andares superiores que, nas palavras de JHR, tinham “área muito limitada, incapaz de fazer face às necessidades de espaço desta repartição” (AN, 1959b, p. 02). Em novembro do mesmo ano, a instalação do AN no prédio anexo estava em andamento, com a expansão de alguns de seus setores. A restrição de uso do primeiro andar, porém, leva JHR a concluir que o prédio “nem de longe resolve o problema de espaço do Arquivo Nacional” (AN, 1959c, p. 04).

Em relatório do mesmo ano, datado de 09 de junho de 1960, JHR comenta que a instalação estava completa. Não há referências em parte alguma da documentação que indiquem quais setores ou serviços se mudaram para o prédio, que passou a ser indicado como “Anexo”. Tal qual as obras de melhoramento do prédio da Praça da República, somente em 1963, no relatório referente ao ano anterior, JHR voltaria a mencionar, de passagem, que obras estavam acontecendo no prédio (AN, 1963, p. 01) e esta é a última referência ao tema.

Havia ainda uma inquietação em relação ao espaço físico do arquivo que perpassa a documentação analisada: a mudança da Capital Federal para Brasília. Sob o Decreto nº 43.825, de 25 fevereiro 1958, restava criado o Grupo de Trabalho de Transferência para Brasília. A mudança se avizinhava e a perspectiva de JHR era de que haveria “um enorme volume de material [que] deverá ser recolhido” (AN, 1959b, p. 02), no ano seguinte a inquietação permanecia (AN, 1960b, p. 04).

A mudança dos diferentes Ministérios, das Casas Legislativas, do Palácio Presidencial e de outras repartições estatais para Brasília tomava vulto pois haveria necessidade de absorver uma documentação que, por longos anos, foi acumulada em suas repartições de origem, sem recolhimento sistematizado. De acordo com JHR,

nunca houve, no Brasil uma política firme, uma orientação segura, em matéria de recolhimento ao Arquivo Nacional dos arquivos das repartições federais, fora de uso corrente, muito embora, de todos os seus Regimentos contasse essa determinação (AN, 1959b, p. 04).

A necessidade de recolhimento da documentação da administração pública, até então sem precedentes, que representava a mudança da Capital, levou JHR a lançar ao AN a responsabilidade sobre esta documentação. Para ele, “o destino dessa documentação, parte da qual deve ser valiosa, passou a ser uma das preocupações desta direção por caber-lhe a atribuição de zelar por esse patrimônio histórico da Nação” (AN, 1960c, p. 06).

A perspectiva da mudança estimulou JHR a dedicar-se ao tema. No relatório de agosto de 1959, já propunha que fosse “reservado ao Arquivo Nacional um edifício atualmente ocupado por uma das repartições que se devam ser transferidas na primeira etapa, a fim de permitir o recolhimento dos seus arquivos” (AN, 1959b, p. 05). Elaborou, ainda, em fevereiro de 1960, um ofício, destinado ao Ministro da Justiça, “alertando-o para a complexidade e gravidade do problema e sugerindo o exame minucioso do assunto por um grupo de pessoas que seriam expressamente designados para esse fim” (AN, 1960c, p. 06). Alertou também o DASP e a Presidência da República sobre a necessidade de se estudar mais a fundo o tema da documentação.

Somente a 26 de setembro seria criado, através do Decreto nº 48.936, “um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar os problemas de arquivo no Brasil e sua transferência para Brasília” (Idem); porém, a falta de regulamentação e a demora em se designar seu dirigente e seus componentes impedia sua real instalação.

Ainda antes de o Grupo ser oficializado, o AN, em cooperação com o DASP, constituiu informalmente uma comissão, com a colaboração de um representante do projeto conhecido como Ponto IV (AN, 1960c, p. 06)⁴⁶, responsável por visitar os arquivos dos diversos Ministérios e avaliar “o volume e o estado de conservação desses arquivos” (Idem).

O diagnóstico construído através de visitas de avaliação aos arquivos ministeriais revelava uma realidade que JHR já tinha conhecimento. Evidenciava-se “mais uma vez, o profundo descaso e desinteresse dos responsáveis pela administração do país por esse problema” (Idem). A realidade aflorava enquanto JHR condenava as instalações e o tratamento dispensados à

⁴⁶ Cf. Supra nota 40.

documentação da administração pública: “existem arquivos em porões e galpões húmidos, ao lado de depósitos de material de toda espécie, sem as menores precauções contra incêndios ou destruições por animais daninhos” (Idem).

No decorrer do ano de 1961, o AN recolheu os arquivos da Presidência da República, do DASP, do Conselho Coordenador do Abastecimento e dos Serviços de Comunicações e Documentação do Ministério da Justiça, todos em função da transferência da Capital (AN, 1962a, p. 03). O problema do espaço físico perde força, no Relatório de 1962, para o problema do pessoal, em relação à transferência da Capital. O recolhimento sem precedentes exigiria “recursos proporcionais ao seu volume, enquanto o simples crescimento vegetativo das atividades rotineiras significa aumento sensível de pressão sobre um pequeno núcleo de funcionários” (AN, 1963, p. 02). E não se restringiam as dificuldades à transferência da Capital: “o problema de pessoal se projeta em toda a renovação da política arquivística nacional” (Idem).

2.3. Pessoal: escassez de servidores, necessidade de qualificação

A obsolescência da instituição, no diagnóstico de JHR, passava também pelo reduzido número e o despreparo técnico dos servidores do AN. O retrato do corpo técnico do AN é exposto por JHR no Relatório de 1959 (AN, 1959b, p. 02): contava-se, à época, 51 servidores e destes apenas sete eram arquivistas (seis haviam sido nomeados em julho daquele ano) e dois arquivologistas⁴⁷ interinos. Nenhum funcionário possuía curso superior e a média de idade contava 44 anos.

Diante das dificuldades na criação das funções gratificadas, uma das saídas encontradas pelo Diretor foi utilizar a verba destinada a “serviços

⁴⁷ Esta diferenciação entre arquivologistas e arquivistas vem ao encontro das definições de arquivística e arquivologia aqui apresentadas: enquanto aos primeiros cabia a elaboração e o planejamento dos serviços do arquivo, aos últimos cabia a aplicação dos princípios e técnicas de organização, guarda e preservação da documentação. Reconhecemos, porém, que a fronteira entre eles pode ter sido facilmente transposta, seja pela escassez de pessoal ou pelo vulto do trabalho a ser executado. Contemporaneamente, por uma mutação de complexidade que não cabe aqui desenvolver, ao cargo de arquivista corresponde o de técnico em arquivo (que, no Brasil, só existe na letra da lei, uma vez que não há cursos técnicos que formem tais profissionais) e, ao cargo de arquivologista corresponde o de arquivista, profissional formado, curiosamente, nos cursos superiores de Arquivologia.

educativos e culturais” para contratar pessoal de nível superior. Nesta ocasião, foram admitidos, de acordo com plano aprovado pelo Ministro da Justiça, 23 servidores e a eles foram confiadas tarefas básicas no AN de inventariação de documentos. Quarenta dias mais tarde, em dezembro de 1958, por decisão do Tribunal de Contas da União, foi obrigado a demiti-las. O Tribunal permitiria, a partir de então, somente a contratação de serviços de, no máximo, três meses. Em abril de 1959, a Presidência da República viria a vetar toda e qualquer contratação nestes termos.

Em correspondências, trocadas entre março e julho de 1959, com Howard F. Cline, da Biblioteca do Congresso Norte-Americano e da Hispanic Foundation, acerca da realização da I Reunião do Comitê de Bibliografia Histórica, JHR relata o caso e se ressentido do fato de ter de não mais poder contar com os servidores (RODRIGUES, 2004, pp. 215-217). No relatório de 31 de julho de 1959, JHR conclui que “não há plano de trabalho de repartição que resista às prováveis e contínuas interrupções, nem há pessoal que possa aceitar serviços por dois ou três meses” (AN, 1959a, p. 03). Diante do vulto de tais dificuldades, JHR acabou por cogitar um pedido de demissão, comentando inclusive com Howard F. Cline na mesma troca de correspondências, e este fora redigido no preâmbulo do mesmo Relatório, mas que desapareceu dos relatórios posteriores daquele ano e JHR optou por seguir no cargo.

Em 1960, após as passagens de Henry Boulier de Branche e Theodore R. Schellenberg, JHR afirma que “o problema prioritário do Arquivo é a formação de pessoal técnico e o provimento de quadro mais amplo” (AN, 1960c, p. 04). Quanto às tentativas de aumentar o quadro de pessoal, JHR coloca que “as providências sugeridas por esta direção resultaram todas em infrutíferas tentativas” (Idem). E não foram poucas: a proposta de criação de uma série funcional de 20 arquivistas, que teve parecer favorável da Divisão de Pessoal, foi abandonada por falta de dotação orçamentária; a proposta de ampliação da Tabela de Tarefeiros, com a finalidade de contratar quatro ficharistas e oito serventes, corria o trâmite burocrático no DASP quando a Lei de Classificação de Cargos tornou impossível sua realização; por fim, a tentativa de contratar pessoal sem vínculo com a administração, remuneradas, mediante recibos, às expensas de adiantamentos autorizados pela Presidência da República,

esbarrou em oposição sistemática do Tribunal de Contas em registrar os adiantamentos (Idem, p. 05).

Estas dificuldades em prover o Quadro Permanente de servidores da instituição levaram JHR a questionar os resultados dos cursos promovidos pelo AN conjuntamente com o DASP. As atividades do grupo formado no curso ministrado pelo professor Boulier de Branche, após três meses de sua realização, tiveram de ser suspensas por conta da aludida decisão do Tribunal de Contas e, dos alunos do curso, somente três puderam ser nomeados, ainda que em caráter interino, para cargos vagos no Quadro Permanente do Ministério de Justiça e de Negócios Interiores.

Uma palpável realização se deu em finais de 1959: o decreto 46.971, de 07 de outubro daquele ano, criou uma série de funções gratificadas para o AN, permitindo assim o preenchimento de chefias dos Serviços de Documentação Escrita, de Registro e Assistência e das Seções do Poder Legislativo, de Documentação Histórica, de Mapas, de Administração, de Consultas, da Biblioteca e da Turma de Publicações. O provimento dos cargos representava a criação efetiva das referidas divisões, impulsionando então a instituição a tomar a forma que lhe previra o Regimento aprovado no ano anterior (AN, 1960b).

O ano de 1961 não trouxe melhoras no que tange ao aspecto quantitativo do Quadro de Pessoal: o Relatório de janeiro de 1962 expõe o mesmo estado penoso em termos de pessoal que se afigurava na instituição. Somente foi digna de nota a elaboração de uma Tabela de Pessoal Temporário, pelo Ministro de Justiça e Negócios Interiores, contando 12 classificadores de documentos e 8 auxiliares de busca, a fim de auxiliar os trabalhos técnicos do AN. Ainda que com atrasos, prosseguiu, com este pessoal, o trabalho de inventariação do acervo, paralisado desde novembro de 1960, por bloqueio dos repasses pelo Tribunal de Contas (AN, 1962a).

Dentre os esforços de JHR por prover a instituição com um Quadro de Pessoal farto e especializado, as iniciativas para aumentar o número de servidores foram, em sua maioria, infrutíferas ou tiveram efeito meramente temporário, repleto de percalços e interrupções. Por outro lado, no que se refere à qualificação dos recursos humanos, algumas iniciativas, apesar de

representarem pouco à época, aos olhos de JHR, marcaram profundamente as técnicas de arquivo no AN e no país em geral: a colaboração de profissionais estrangeiros possibilitou o estabelecimento de um diagnóstico profundo da situação em que se encontrava a instituição e a efetivação de trabalhos técnicos (sob a coordenação do professor francês); a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento (trabalho pioneiro na instituição, uma vez que as tentativas anteriores, desde 1911, se mostraram não mais que uma intenção formalizada) e a publicação de trabalhos técnicos que incluíam traduções e relatórios daqueles profissionais, além de cânones do discurso arquivístico moderno.

2.4. Visitas técnicas: diagnósticos, cursos, publicações

Visando qualificar o pessoal de que dispunha e formar os servidores que viriam a integrar os quadros da instituição, desde 1958, JHR orientou sua busca em dois vetores: o conhecimento europeu, de viés histórico, e a produção do saber arquivístico estadunidense, de forte conotação administrativa. Aproveitando as fortes relações do AN com a França (ESTEVÃO; FONSECA, 2010), através do contato com o adido cultural da Embaixada da França, Gabrielle Mineur, o Diretor do AN trouxe ao Brasil para um estágio, dentro de Convênio Cultural, o arquivista francês Henri Boullier de Branche. No ano de 1958, JHR, em carta ao adido cultural, explica que “o professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico que precisamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro” (RODRIGUES apud MARQUES; RODRIGUES, G, 2008, p. 106), o que acabou por se efetivar. O arquivista de Le Sarthe chegou ao Brasil ainda em 1959 (AN, 1959c, p. 02) e sua estadia se estendeu até fins do ano de 1960 (SANTOS, 2006, p. 115).

No mesmo ano em que pleiteava a vinda do arquivista francês, JHR buscou também tomar conhecimento de quem eram seus congêneres estadunidenses. Através de contato estabelecido com o professor John P. Harrison, do Arquivo Nacional norte-americano, professor nas Universidades do

Texas e de Miami e membro da Fundação Ford, JHR obteve informações sobre os profissionais que atuavam nas principais instâncias governamentais responsáveis pela documentação daquele país. Em carta datada de 22 de outubro de 1958 (RODRIGUES, L; MELLO, 1994, p. 100), o professor Harrison felicitava JHR por sua nomeação para a Diretoria do Arquivo Nacional e informava ao novo Diretor que o Arquivista dos Estados Unidos na ocasião era o Dr. Wayne Grover e o Diretor-Assistente, encarregado dos Arquivos Nacionais, era o Dr. Theodore R. Schellenberg.

Não há informação concreta sobre alguma tentativa de JHR de trazer ao Brasil o Dr. Grover, mas a documentação sobre as visitas feitas por Schellenberg e Boulier de Branche é farta: entre correspondências, Relatórios Anuais do AN, Introduções e Apresentações de livros do autor norte-americano publicados no Brasil e publicações secundárias (de segunda mão), podemos estabelecer alguns aspectos relacionados às visitas técnicas dos dois profissionais.

Ambos professores, em suas visitas, produziram relatórios sobre a realidade arquivística nacional e, especificamente, sobre a situação do AN à época. O relatório de Schellenberg é mencionado no Relatório de 1960 (AN, 1960c, p. 04), publicado em parte no Volume XII da Série Textos Seleccionados de Administração Pública, com o título de “Problemas Arquivísticos do Governo Brasileiro” (JAMESON, 1964, pp. 22-25), e é citado também como a “Situação do Arquivo Nacional” (RODRIGUES, L; MELLO, 1994, p. 100). Nele, o arquivista estadunidense corrobora o diagnóstico de JHR em seu relatório, apontando como principais problemas a falta de qualificação do pessoal, a precária conservação da documentação sob a custódia do AN, a falta de instrumentos de busca da documentação constante no acervo da instituição e a escassez de publicações técnicas sobre organização e administração de arquivos.

Boulier de Branche é mais otimista em seu *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* (1960), ressaltando aspectos positivos dos funcionários do AN, porém não deixa de revelar sua preocupação com a falta de “uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia” (BRANCHE apud MARQUES; RODRIGUES, G, 2008, p. 107).

A partir destes relatórios, a primeira iniciativa efetivada fora a realização de um curso com a participação dos visitantes estrangeiros. No relatório anual enviado ao Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 31 de julho de 1959, JHR informava que o primeiro curso de formação e aperfeiçoamento para servidores, realizado em cooperação com o DASP, encontrava-se “em vias de conclusão” (AN, 1959a, p. 02) e, na mesma ocasião, expunha que – tal como havia explanado em correspondência ao adido cultural francês - o segundo curso, que se iniciaria a 20 de agosto, contaria com a participação de professores da França e dos Estados Unidos da América, através do apoio das respectivas Embaixadas, com o objetivo específico de qualificar o pessoal dirigente dos setores criados pelo novo Regimento.

Efetivamente, o professor francês participou do 2º curso de arquivos, promovido ao longo de 1959, em cujo currículo constavam, entre outras, as disciplinas de “Classificação de Arquivos, Organização e Administração de Arquivos, História Administrativa do Brasil, Paleografia e Diplomática, Pesquisa Histórica e Noções de Historiografia” (MARQUES; RODRIGUES, G, 2008, p. 107)⁴⁸. O curso no qual participou o professor francês não era somente de caráter teórico: a partir dele se desenvolveu um trabalho prático de levantamento e inventariação do acervo com vistas a formulação de instrumentos de busca da documentação sob a custódia da instituição. Nesta oportunidade, Boullier de Brache introduziu a noção moderna de “respeito aos fundos”, além de incentivar o estabelecimento de um quadro de classificação de documentos.

Os resultados, segundo expôs JHR no Relatório de 12 de novembro de 1960 (AN, 1960c, p. 02), pareciam promissores, porém o trabalho de levantamento e inventariação do acervo, que se desenvolvia a partir dos ensinamentos e com a participação de Boullier de Branche, foi descontinuado pela recusa, após três meses de trabalho (outubro de 1960, de acordo com o Relatório supracitado), do Tribunal de Contas da União em liberar os recursos necessários para manter o pessoal participante (a decisão do TCU, exposta anteriormente, limitava a contratação de pessoal por adiantamento, através de recibos, a um período máximo de três meses).

⁴⁸ Currículo que ia ao encontro daquele proposto para o Curso Permanente (cf. ANEXO D).

Na mesma ocasião, JHR alude a “cursos regulares de formação e aperfeiçoamento, realizados com a colaboração do DASP” (Idem, p. 05), porém o curso permanente sofria ainda com a inconstância da liberação de recursos financeiros e não era realizado da forma sequencial como pretendia JHR. A situação persiste ao longo do ano de 1961: não houve a liberação dos recursos necessários à realização do curso permanente; somente dois cursos de treinamento de funcionários do AN, segundo JHR, puderam ser efetivados, “um de técnica de microfilme e outro de técnica de arquivo propriamente dito” (AN, 1962a, p. 02).

Somente no decurso do ano de 1962 pôde, finalmente, iniciar-se o Curso Permanente de Arquivos (CPA), previsto ainda no Regimento de 1958. Sendo realizado pela primeira vez, tinha duração prevista de dois anos. No relatório relativo ao ano de 1962 (AN, 1963, p. 4), JHR indicava a realização do primeiro período letivo do curso (de abril a julho e de agosto a dezembro), contando com 26 inscritos, dos quais 16 restaram aprovados ao final do ano. Ainda neste ano, foi realizado um curso de Paleografia, com a tarefa prática de datilografia das sesmarias concedidas no antigo Estado da Guanabara.

Infelizmente não dispomos de documentação relativa à continuação do CPA em 1963 e da regularidade de sua realização ao longo da década de 1960. Porém é deveras documentado e comentado o desenvolvimento dos Cursos a partir de 1970: Marques e Rodrigues, G. (2008), Fonseca (2005) e Santos (2008), entre outros, ressaltam principalmente que, nesta década, se efetiva a transição do CPA do ambiente institucional para o acadêmico.

Em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior; em 1974, o CFE fixava o currículo mínimo e a duração do curso em nível superior e, através de convênio entre o AN e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), poder-se-ia conferir certificado de curso superior a quem tivesse concluído o CPA até setembro de 1973. Finalmente, o Decreto nº 79.329, de 02 de março de 1977, transfere o CPA do AN para a Federação das escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ, atual UNIRIO), sob a denominação de *Curso de Arquivologia* (MARQUES; RODRIGUES, G., 2008, p. 111).

Os desenvolvimentos ulteriores nos levam a concluir que o CPA representa uma efetiva realização da Reforma empreendida por JHR, apesar do esquecimento quase generalizado de seu papel preponderante na realização das primeiras edições do curso⁴⁹.

As visitas de Boulier de Branche e de Schellenberg resultaram não só em cursos avulsos voltados aos servidores do AN; as publicações técnicas lançadas a partir de suas estadas no Brasil incluem, entre outros, os relatórios de ambos professores, publicados em 1960, e uma série de trabalhos de Schellenberg, além da inédita tradução do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, dos arquivistas holandês S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, de 1898, lançado no Brasil também no ano de 1960, considerado até hoje um divisor de águas na teoria dos arquivos e um cânone da arquivística moderna.

Em correspondência ao professor Harrison, a 31 de março de 1960, JHR informa que a visita do professor estadunidense fora muito produtiva: 13 publicações vieram a lume fruto da mesma (3 livros e 10 panfletos), além do referido relatório elaborado pelo professor (RODRIGUES, L; MELLO, 1994, p. 100). Na mesma correspondência, JHR nos informa que no dia seguinte (1º de abril) Schellenberg partiria para Montevideú, depois de ficar uma quinzena no Brasil (SCHELLENBERG, 2006, p. 17).

Apesar de não haver referências à participação do professor em cursos promovidos pelo AN, a marca que Schellenberg imprimiu à arquivística brasileira é inegável e perdura até os nossos dias: além dos trabalhos de sua autoria publicados durante e logo após sua visita ao Brasil, podemos destacar seu livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, de 1956, que foi traduzido e lançado no Brasil em 1973, contando com mais cinco edições (a última contava ainda, em 2012, com 6 reimpressões) e ecoa nos trabalhos mais respeitados na área até hoje – Belloto (2006), Jardim (1995), Fonseca (2005) - no formato das instituições e nas regulamentações arquivísticas contemporâneas da nação.

⁴⁹ Não há referências em Fonseca (2005) ou Santos (2008) à realização do curso no período honoriano no AN, somente em Marques e Rodrigues (2008) há uma referência *en passant*.

As visitas impulsionaram as *Publicações Técnicas*, a produção de instrumentos de trabalho e, de forma menos intensa, as *Publicações do Arquivo Nacional*. Em finais de 1959, JHR informa ter sido

iniciado o trabalho de elaboração de um inventário provisório que permita o Arquivo Nacional cumprir seu primordial objetivo que é tornar a documentação sob sua custódia acessível à consulta dos Poderes Públicos, aos estudiosos e ao público geral (AN, 1959c, p. 01).

Boullier de Branche participava deste empreendimento. Ao mesmo tempo, preparava a literatura especializada: foi obtida, junto ao Dr. Grover, a autorização para a tradução dos Boletins de Informação Técnica dos Arquivos Nacionais de Washington e já se havia mimeografado os dois trabalhos inaugurais da série *Publicações Técnicas* (*Preparo dos Inventários Preliminares*, dos Arquivos Nacionais Estadunidenses e *Princípios de Arranjo*, de Schellenberg).

Em junho de 1960, JHR afirma que, ainda em 1959, a série atingia o número cinco e cita que, além destes, outras três publicações (duas delas de Schellenberg) já haviam sido traduzidas e editadas (AN, 1960b). Em novembro, a série contava já com 19 publicações, entre impressos e mimeografados, sendo duas delas em preparo (AN, 1960c). Os Instrumentos de Trabalho, contavam com dois Índices: o da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, no prelo, e o dos *Documentos Relativos a América do Sul existentes na Biblioteca da Ajuda*, em preparo. As *Publicações do Arquivo Nacional* tinham seus volumes 43 a 46 no prelo e o Volume 47 em preparo (AN, 1960c, pp. 3-4).

Em 1961, mais cinco publicações distribuem-se entre as três séries. No Relatório de 19 de janeiro de 1962, JHR as coloca em uma relação única, sem distinguir a que série pertencem, mas pode-se inferir que duas delas pertencem às *Publicações do Arquivo Nacional* - *Flora Fluminensis* e a reedição de *Organizações e Programas Ministeriais* - duas aos *Instrumentos de Trabalho* - os *Registro de Estrangeiros de 1823 a 1830* e o primeiro volume de 1831 a 1839 - e uma à *Publicações Técnicas* - *Manual de Técnica e Administração de Arquivo*, de Schellenberg (AN, 1962a).

Em 1962, foram editadas mais três obras, uma de cada série: mais um trabalho de Schellenberg (*Arquivos Privados e Públicos: Arranjo e Descrição*); o

segundo volume dos *Registros de Estrangeiros 1831-1839*; e o *Catálogo de Plantas e Mapas da Cidade do Rio de Janeiro 1750-1762*. No prelo, de acordo com JHR, estavam mais quatro publicações: o quarto volume dos *Registros de Estrangeiros*; um trabalho sobre *Estrangeiros nos Estados, 1777-1819*; um volume sobre a África, de autoria do Marechal Raimundo José da Cunha Matos; e mais um texto de Schellenberg, *Arquivos Modernos*, “inédito mesmo em inglês” (AN, 1963, p. 05), como lembrava JHR. Mais dois trabalhos estavam em elaboração, um sobre o Conselho de Estado e outro sobre a Ordem da Rosa.

A série *Publicações Técnicas* era composta, em sua maioria, de traduções de artigos e trabalhos especializados oriundos, exclusivamente, dos Estados Unidos e da Europa. Trabalhos italianos, ingleses, franceses e estadunidenses figuravam entre os 27 títulos publicados no período honoriano, mais especificamente entre 1959 e 1963⁵⁰. A única exceção era o relatório de JHR, *A Situação do Arquivo Nacional*, sétima publicação da série.

Dos 26 restantes, seis textos eram da autoria de Schellenberg, o relatório de Boullier de Branche era seu único texto, outros oito textos eram provenientes de publicações estadunidenses (incluindo dois trabalhos de Ernst Posner, prussiano radicado nos Estados Unidos), oito franceses, um inglês (de Sir Hillary Jenkinson), um holandês (*O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*) e um italiano. A partir de 1970, de acordo com Lourenço (2013, p. 11), a série passa a publicar textos de autores brasileiros; e, no final dos anos 90, passaria a publicar, quase exclusivamente, normas e outros documentos técnicos do Conselho Internacional de Arquivos.

2.5. Acervo: organização, recolhimento, instrumentos de busca, microfilmagem, restauração e encadernação

⁵⁰ Quanto às publicações técnicas, o artigo de Mariana Simões Lourenço, “José Honório Rodrigues, a Turma de Publicações e as Publicações Técnicas do Arquivo Nacional”, apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História, realizado em 2013, nos apresenta um quadro claro e sucinto das edições publicadas pelo AN à época. (LOURENÇO, 2013, pp. 09-10).

Um ano depois de assumir a Direção do AN, JHR começava a colocar em prática a reorganização do acervo proposta no Regimento de 1958. No Relatório de 28 de agosto de 1959, o Diretor critica a falta de um recolhimento sistemático da documentação administrativa nacional por parte do AN, expondo que a transferência de documentos era feita de esporádica e “a sabor das repartições recolhedoras” (produtoras/acumuladoras) (AN, 1959b, p. 04).

Criticando abertamente seu antecessor, denuncia que “durante os últimos 20 anos o Arquivo recusava-se sistematicamente a recebê-los, alegando falta de espaço, que, de fato não existia” (Idem). Segundo JHR, não haveria outra solução senão a regulamentação do assunto por parte do Legislativo, obrigando as repartições públicas a transferir seus arquivos para o AN de forma regular e organizada.

Para além do descontrole em relação à transferência de documentos, o quadro que JHR pinta da organização do acervo é desolador:

a Seção Administrativa, por exemplo, é um verdadeiro caos, porque foi sempre relegada pelos antigos diretores. A Judiciária e a Legislativa funcionam na base de relações feitas sem nenhuma ordem, nem sequer a alfabética, enviadas pelas repartições de origens e alguns fichários de varas, pretorias e circunscrições mais procuradas. A Seção Histórica, *a mais cuidada neste[s] últimos 36 anos*, possui relações e listas de documentos e alguns fichários, tudo organizado de forma elementar, sem obediência às regras técnicas (AN, 1959a, p. 02) (grifo nosso).

Diante desta situação, durante o ano de 1959, decidiu-se pela elaboração de um inventário provisório que permitisse uma visão geral do acervo da instituição e, paralelamente, o início da organização da documentação em torno da nova divisão do acervo. Em novembro, JHR relata o prosseguimento da elaboração de inventário provisório e o início da organização das Seções de Mapas, de Microfilmes, do Poder Legislativo, de Registro de Arquivos e dos fichários da Seção Jurídica, além da seleção e eliminação dos Arquivos Ministeriais e seu recolhimento ao AN (AN, 1959c, pp. 05-06).

Ao final do ano, de acordo com o Relatório de 09 de junho de 1960, havia sido enviado um questionário às entidades arquivísticas de todo território Nacional, a fim de compor o Registro de Arquivos Brasileiros, sob a coordenação

do professor Guy de Holanda (AN, 1960b, p. 01). Na Seção de Documentação Histórica, haviam sido fichados 550 códices e 1038 caixas de documentos haviam sido revistas e classificadas. Quanto à Seção de Ministérios, foi iniciada a inventariação do acervo do Ministério da Marinha, sob a tutela de Boullier de Branche, como trabalho prático relativo ao Curso de Arquivos promovido com a participação do professor francês (Idem, pp. 01-02). Por fim, foi dada continuidade à revisão das fichas da Seção do Poder Judiciário (Idem, p. 02).

Durante o ano de 1960, na Seção de Documentação Histórica, foram fichados mais 410 códices, procedeu-se à revisão da documentação constante em 322 caixas e fichados seis gavetões contendo documentos relativos à Exposição do Centenário do AN, ocorrida em 1938. Na Seção Poder Legislativo, iniciou-se a inventariação das leis e decretos do período compreendido entre 1808 e 1951. Quanto à Seção de Ministérios, finalizou-se a inventariação da documentação relativa ao Ministério da Marinha e iniciou-se a do Ministério da Justiça Interior, trabalho orientado até o mês de julho por Boullier de Branche. Continuava também a revisão das fichas referentes à Seção do Poder Judiciário. Foram elaborados, ainda, dois repertórios: um sobre entradas de estrangeiros e outro sobre títulos nobiliárquicos brasileiros (AN, 1960c, p. 02).

Ao longo do ano de 1961, com o início da transferência das repartições da administração pública para Brasília, houve numerosas requisições de recolhimento. Sem capacidade de atender todos os pedidos, houve o recolhimento dos arquivos da Presidência da República, do DASP, do Conselho Coordenador de Abastecimento e dos Serviços de Comunicação e Documentação do Ministério da Justiça, primeiras incorporações ao acervo no período honorário. Retomado o trabalho a partir de agosto, na Seção de Documentação Histórica foram fichados e etiquetados 3.505 livros provenientes Casa dos Contos de Minas Gerais, foi organizado um índice alfabético dos 1000 códices que já haviam sido catalogados, outras tantas caixas de documentos foram revisadas, e foi fichada a parte final do acervo da Exposição do Centenário do AN (AN, 1962a, pp. 03-04).

Na Seção dos Ministérios, iniciou-se a catalogação a correspondência dos Presidentes de Províncias com os Ministros do Reino, do Império e da Justiça; documentos da Chancelaria, da Magistratura, de Obras, da Contabilidade, das

Tesourarias e das Juntas das Fazendas das Províncias, dos Ministérios da Justiça e do Império, dos ofícios de comandantes do navio-Quartel General e dos livros de Socorro da Marinha, e a revisão das Sesmarias do antigo Distrito Federal. Teve início, ainda, o fichamento dos processos de naturalização, a partir de 1854, tendo sido elaboradas, durante o ano, mais de 33.000 fichas (Idem).

Quanto à Seção de Mapas, foi dado início à catalogação e classificação da documentação, por área geográfica e assunto. Foi organizado, ainda, um catálogo de mapas e plantas da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, “destinado a facilitar a pesquisa histórica tendo em vista o IV Centenário da Cidade” (Idem), junto a uma lista sumária do material cartográfico da Coleção Francisco Bhering, sendo confeccionadas 4.330 fichas. Na Seção do Poder Legislativo, prosseguiu-se o trabalho de catalogação e classificação da legislação, a partir de 1808. Na Seção do Poder Judiciário, foram produzidas 15.000 fichas de processos de habilitação para casamento, 8.061 de escrituras, 5.200 de processos de Varas Cíveis e 2.945 de Varas Criminais (Idem).

Ao longo de 1962, foram recebidas pelo AN 2.022 peças – 149 processos, 824 ofícios, 1049 requerimentos - e expedidos 416 ofícios (AN, 1963, p. 02). Na Seção do Poder Legislativo, prosseguiu-se a catalogação e a classificação dos decretos executivos, a partir de 1808; à seção foram, ainda, incorporados 186 atos provenientes da Seção de Documentação Histórica e 134 advindos da Seção do Poder Judiciário. Nesta última, foi efetuada a unificação dos fichários de ações diversas, das pretorias e das varas, procedeu-se ao fichamento dos livros de registro do 2º Ofício de Notas, dos processos da 6ª Vara Criminal, e das habilitações matrimoniais da 2ª Circunscrição (Idem, p. 03).

Na Seção de Ministérios, foi promovida a integração da documentação proveniente das Seções de Documentação Histórica e dos Poderes Legislativo e Judiciário. Houve, ainda, o recolhimento de documentação oriunda dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, perfazendo 79 caixas de processos da antiga Diretoria Geral da Justiça (1933-35 e 1938) e da Diretoria Geral do Interior (1938); e da Educação e Cultura, referentes à vida escolar em colégios de 21 Estados (1874-1948). Ainda foi efetuada a classificação dos livros do Conselho Federal do Serviço Público e do DASP, além da organização de correspondência de “vária natureza” – referente aos Presidentes de Províncias,

Juntas e Tesourarias da Fazenda, Ministérios do Reino, do Império, da Justiça, da Guerra, dos Estrangeiros, da Fazenda e da Marinha. Concluiu-se o fichamento dos processos de naturalização (1854-1939) e estavam sendo elaboradas relações alfabéticas a partir das fichas produzidas. Finalmente, foram lidos e datilografados os manuscritos constantes dos dois primeiros volumes das sesmarias concedidas no atual (à época) Estado da Guanabara, em estava em andamento a transcrição de outros 15 volumes (Idem, pp. 03-04).

Quanto à Seção de Documentação Histórica, finalizou-se o fichamento dos 3.505 livros da Casa dos Contos e estabelecido seu índice. Mais de 60 caixas de documentos passaram por revisão, sendo encontrados “fundos ministeriais completamente dispersos”. (Idem). Foi iniciado, ainda, o fichamento de 54 caixas referentes à Seção do Império do Conselho de Estado.

Na Seção de Mapas, foram identificados 210 exemplares, outros 214 foram catalogados e classificados. Foram atribuídos, ainda, cabeçalhos a 207 documentos. Estes conjuntos documentais, em quase sua totalidade referente a projetos de estradas de ferro, contavam entre 100 e 300 folhas cada. Foram produzidas, ainda, 1.413 fichas, restaurados 6.744 mapas e etiquetados outros 5.153. Foi finalizado o Catálogo de Plantas e Mapas da Cidade do Rio de Janeiro (Idem, p.4).

Quanto à microfilmagem, o panorama que se estendeu ao longo do período honoriano pouco havia se alterado no início de 1963: o equipamento de microfilmagem ainda não estava em funcionamento, por falta de instalações pertinentes, e não havia pessoal capacitado a operar o equipamento. Além disso, a aparelhagem de restauração, definida por JHR como “arcaica” (Idem, p. 05), apresentava elevados custos, que ultrapassavam as dotações orçamentárias, inviabilizando sua utilização. As tarefas mais urgentes de encadernação e restauração, de acordo com o Diretor, eram cumpridas pela Oficina de Encadernação, apesar desta contar também com instalações precárias.

Não há dados para 1963, porém o vulto da reorganização e do trabalho de classificação e catalogação, produção de fichas e revisão de documentos demonstra o tamanho do empreendimento levado a cabo durante os cinco anos

em que foi possível produzir em função da reorganização preconizada no Regimento de 1958.

2.6. Orçamento e Material

Não bastam boas intenções para reformar uma instituição centenária, há que haver vontade institucional. Aos olhos de JHR, a demora na aprovação do Regimento, as dificuldades em aumentar o quadro de pessoal, a morosidade e o caráter parcial da execução das obras e melhorias, demonstravam o estado de descrédito e abandono que experimentava a instituição por parte da União, bem como sinalizavam uma dificuldade de relacionamento entre as duas instâncias. Os caminhos institucionais (burocráticos) representavam instâncias de decantação dos requerimentos de JHR, lugares de longo repouso e procrastinação. A Presidência da República, o Tribunal de Contas e o Congresso Nacional aparecem, no viés que lhes dá a série de relatórios, como figuras de atraso e entrave ao trabalho de implantação dos ditames do Relatório.

Se a instabilidade política passa ao largo das exposições de JHR – apesar da atribuição de sua demissão ao Golpe Civil-Militar de 1964, engano que mais tarde Lêda Boechat Rodrigues tratou de desfazer⁵¹ - o aspecto econômico surge como um nível diferenciado dentro do conjunto de exposições anuais. Uma vez que o vetor econômico atravessa por completo os aspectos que mais careciam de cuidado - como a adequação do espaço físico, o aumento do quadro de pessoal, a instalação de uma nova estrutura institucional e, a partir destes, a organização da documentação em função de uma nova lógica – foi o que mais impôs dificuldades e impossibilidades às realizações prescritas no Regimento aprovado em 1958.

⁵¹ Stanley Stein, professor da Universidade de Princeton, em correspondência a 06 de agosto de 1964 (RODRIGUES, L.; MELLO, 1994, p. 119), informa que acabara de saber, por um amigo que tinha em comum com JHR, da demissão do Diretor como consequência do Golpe Civil-Militar de 1964. Lêda Boechat Rodrigues, sua viúva, esclarece em nota, que JHR “foi demitido em meados de março pelo então Ministro da Justiça Abelardo Jurema, sendo Presidente da República João Goulart” (Idem, p. 120) durante estadia de dois meses nos Estados Unidos da América, por motivos de política interna do Ministério, portanto, antes do Golpe.

Diante das dificuldades com a liberação de verbas, principalmente para a implantação da nova estrutura - mediante a criação das novas chefias - e para o aumento e a qualificação do quadro de pessoal, e com o fornecimento de material permanente e de consumo, JHR ensaiou um pedido de demissão. Chegou a redigir a apresentação, no preâmbulo do relatório de 31 de julho de 1959 (AN, 1959a, p. 01), de seu desligamento do cargo, alegando que não enxergava soluções possíveis no horizonte das dificuldades que descortinava ao longo do restante do texto.

As imposições encontradas, e que permaneciam, em sua visão, obstruíam de forma completa a possibilidade de reabilitar a instituição. Sem a liberação das verbas, que muito havia batalhado em serem aprovadas no orçamento da União, não poderia sequer começar a colocar em prática as mudanças que considerava de suma importância para “o remoçamento da instituição” (JAMESON, 1964, p. 309). Em julho de 1959, de forma que nem a verba para reforma das instalações do AN, nem mesmo o material requisitado ao Departamento Federal de Compras – “desde o papel higiênico até as estantes” (AN, 1959a, p. 02) - haviam sido liberados, a única súplica atendida foi o fornecimento de extintores de incêndio, cuja falta era, para JHR, “um motivo de profunda e constante intranquilidade, especialmente em face dos incêndios recentes que destruíram o Convento do Carmo, o Jornal do Comércio e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas” (Idem). Diante das dificuldades expostas, o plano de arranjo e organização do acervo prescritos no Regimento aprovado ainda no final de 1958 não havia saído do papel àquela altura.

Apesar disso, JHR acabou por permanecer no cargo e o pedido de demissão já não apareceu nos relatórios subsequentes, datados de 28 de agosto e 20 de novembro de 1959 (AN, 1959b; 1959c), endereçados ao Chefe de Gabinete do Ministro para servirem de subsídio à Mensagem Presidencial de 1960 ao Congresso Nacional. As dificuldades de ordem material e econômica, porém, permaneceram e atravessaram o período honorário, ora de forma absoluta, impedindo as realizações pretendidas, ora atenuadas por liberações de verbas e de materiais, permitindo avanços pontuais no plano de reforma.

Ainda em 1959, JHR expõe as dificuldades econômicas para empreender as melhorias que havia elencado como prioritárias. A cifra reservada no

orçamento para obras na edificação (dois milhões de cruzeiros), ainda não havia sido liberada em agosto daquele ano (AN, 1959b, p. 02). As obras no prédio cedido pelo Ministério da Educação e Cultura também tiveram restrições devido à insuficiência das dotações orçamentárias; causando o não aproveitamento do andar térreo, fato que reduziu drasticamente o espaço disponível para guarda de documentos e para a expansão dos serviços da instituição (Idem).

A questão econômica igualmente aparece explícita quando o assunto é o quadro de pessoal. A criação de novas funções gratificadas, apesar de ter suas dotações previstas no Orçamento, repousava pacientemente na mesa do Presidente, enquanto imposições do TCU e mudanças na legislação obstavam as alternativas encontradas por JHR para a escassez de pessoal, como a contratação de servidores temporários, tarefeiros ou o uso de recursos de subconsignações outras.

Desprovido de condições materiais, como havia denunciado JHR, o AN necessitava de insumos básicos para seu funcionamento. Apesar disso, as requisições de material – de consumo e permanente – foram apenas parcialmente atendidas. Neste sentido, afirmava o Diretor que “a falta de estantes, mesas, cadeiras, máquinas, etc., assim como de todo material de consumo de que se ressente o Arquivo, impede que se desenvolva o plano de arranjo e organização do acervo” (Idem).

Já próximo ao final do ano de 1959, liberações parciais de recursos permitem que as obras previstas andem, sempre “dentro das possibilidades orçamentárias” (AN, 1959c, p. 04), e algumas providências de ordem material puderam ser efetivadas. Em relação aos bens do Arquivo, JHR aponta que, “aproveitando ao máximo as dotações orçamentárias” (Idem), foi substituída a “enorme mesa coletiva” (Idem) da Seção de Consultas por mesas para quatro pessoas e individuais; uma “máquina microfilmadora moderna” (Idem) foi encomendada, foram adquiridas

mesas de trabalho, máquinas de escrever, estantes de aço, arquivos, ventiladores, bebedouros (...) e, mais importante, foi providenciada a compra e instalação por todo edifício, inclusive no anexo, de um grande número de extintores de incêndio, material completamente inexistente e cuja indispensabilidade parece tão evidente que dispensa qualquer justificativa (Idem).

Durante o ano de 1960, novamente, o orçamento, apesar de aprovado, sofreu novamente restrições impostas pelo Tribunal de Contas. Planos de aplicação dos recursos, já aprovados em instâncias superiores, esbarraram em “diversas alegações” do órgão. O uso da subconsignação voltada a Serviços Educativos e Culturais, por exemplo, (cujo valor aprovado era de três milhões e meio de cruzeiros), só fora liberada em junho e, mesmo assim, em menos da metade do valor estipulado (um milhão e 600 mil cruzeiros chegaram ao AN). Neste cenário, o trabalho de inventariação do acervo que vinha sendo realizado com apoio de pessoal externo (tarefeiros e temporários) teve de ser paralisado (AN, 1960c, p. 01).

Quanto ao material, o panorama não se altera, ao AN somente foi permitido contar com parte dos bens indispensáveis ao cumprimento das tarefas essenciais. De acordo com JHR, “foram adquiridos armários, mapotecas, estantes arquivos e caixas de aço, reformada a sala de consulta com mobiliário mais adequado” (Idem, p. 02). Itens periféricos e uma quantidade maior de móveis e bens permanentes ainda faziam parte do rol que JHR se empenhava em conseguir: “esperamos ainda que nossos pedidos de mobiliário, máquinas e caminhoneta dê entrada ainda este ano” (Idem).

No ano seguinte, a situação de carestia se repetia: planos elaborados pela administração do AN, aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores e entregues à Presidência da República, tinham seus recursos parcial e tardiamente liberados. A dotação orçamentária voltada às obras (oito milhões de cruzeiros) não fora utilizada. Os recursos para os Cursos de Arquivo também não foram liberados ao longo do ano, sendo que uma única parcela foi liberada em novembro, inviabilizando a realização do curso. Apenas dois cursos, específicos e de curta duração, puderam ser realizados, ambos para o pessoal do arquivo: um de técnicas de arquivo e outro de microfilmagem (AN, 1962a, p. 02).

Neste ano, JHR reafirmou, de forma explícita, sua inconformidade com o tratamento dispensado ao AN pelos órgãos da administração pública responsáveis pela alocação dos recursos da União. Escreveu o Diretor que

é de lamentar que uma Repartição com as responsabilidades do Arquivo Nacional se veja impedida de utilizar os recursos orçamentários que lhe destina o Congresso Nacional, deixando de executar suas primordiais tarefas, cuja importância para a vida e cultura nacionais deixa, muitas vezes, de ser reconhecida e é relegada a um plano inferior (Idem, p. 01).

Se o cenário das obras, dos cursos e do quadro de pessoal não inspiravam JHR a um parecer favorável, no que se refere aos bens, ao longo do ano, foram

adquiridos armários, mapotecas, estantes, fichários, arquivos e caixas para guarda de documentos; máquina de grampear para a oficina de encadernação; estantes de madeira para completar a instalação da Seção de Consultas e para as Seções de Documentos Históricos e dos Ministérios; carrinhos para transporte interno de livros e documentos (Idem, p. 02);

além de ter sido “recebida uma camionete mista de carga e passageiros, marca Volkswagen, cuja aquisição fora solicitada no ano anterior” (Idem).

Em 1962, novamente, não foi possível executar a totalidade do orçamento destinado à instituição. Desta feita, era o Ministério da Fazenda que se interpunha entre o AN e seus recursos econômicos. A turbulência econômica forçava o governo a lançar um drástico plano de redução de gastos. O corte de 40% no orçamento imposto pela Presidência da República e executado pelo Ministério foi sentido de forma mais intensa, uma vez que deveria incidir igualmente em cada subconsignação do orçamento. Mais do que de forma intensa, foi recebido como uma medida alheia à realidade, se realizando de forma insana. O exemplo citado por JHR parece absurdo, uma vez que “uma estante teve adquirida apenas sua metade, não podendo ser armada” (AN, 1963, p. 02).

Quanto ao material - além da meia estante - os bens citados no Relatório de 1962 compõem uma lista que se repete, com algumas variações, ao longo dos Relatórios anteriores. Armários, mapotecas, fichários, arquivos, caixas para guarda de documentos e, é claro, estantes aparecem de forma recorrente nas aquisições dignas de figurar na exposição das realizações anuais. Dada a

natureza comum deste material em instituições arquivísticas, pode-se inferir que as quantidades entregues não supriam a demanda do AN, possivelmente por restrições orçamentárias, e a aquisição se dera aos poucos.

As quantidades dos materiais recebidos ao longo dos anos e a destinação interna destes não aparecem explicitamente nos Relatórios (as poucas referências à quantidade se deram, no mais das vezes, quando houve aquisição de um exemplar, como é o caso a camionete Volkswagen). Alguns itens, certamente, eram de uso coletivo entre Seções e Serviços, outros, certamente, eram de necessidade comum aos diversos setores, mas de uso individual (como as estantes e as caixas). A falta de referência às quantidades recebidas anualmente de cada item e às suas destinações dentro da instituição deixa uma lacuna na análise: a partir destes dados poderia ser possível verificar se houve seções privilegiadas e relegadas, quais as mais necessitadas e quais já se encontravam instaladas ou em instalação, entre outras informações.

Já os dados sobre o orçamento, apesar de lacunares, nos informam que, em 1958, contava oito milhões de cruzeiros, passando, no ano seguinte, à casa dos 21 milhões, atingiu, em 1960, pouco mais de 25 milhões. Apesar de não termos dados para o restante do período analisado, podemos perceber que, em números absolutos, o crescimento inicial é explícito. Os esforços de JHR resultaram em um aumento significativo do orçamento do AN ainda no primeiro ano de sua gestão. Já o crescimento entre 1959 e 1960 é considerado por ele com insignificante, incapaz de levar adiante a expansão das atividades do AN (AN, 1959c, p. 05).

Em termos relativos, a situação se mostrava ainda mais dramática, uma vez que, somente a inflação - que atingiu 39,4% em 1959, recuou em 1960 para 30,5%, e, a partir de então, entrou em uma curva ascendente, que teria seu pico no ano de 1964 com o expressivo índice de 92,1% - pode dar um indicativo da desvalorização monetária que assolava a economia brasileira neste período de profundas transformações estruturais (MUNHOZ, 1997, p. 61).

2.7. Serviços ao público: Biblioteca, Seções de Consulta, Encadernação e Restauro

Quando passamos a analisar e descrever os serviços que dizem respeito às atividades-fim da instituição, isto é, a relação entre o AN e os consulentes, descortina-se uma escassez de dados: os percalços em instâncias anteriores e nos assuntos globais da instituição relegaram os serviços a um silêncio quebrado somente por números parciais. O orçamento e a contratação de pessoal sofreram, no início da gestão honoriana, com as negativas das instâncias superiores da administração pública. Este fato entravava, de acordo com JHR, a reforma estrutural proposta pelo Regimento de 1958 e o redirecionamento de suas atividades aos novos objetivos propostos (AN, 1959a; 1959b).

Quanto aos serviços em específico, os entraves mais expoentes, no diagnóstico de JHR, eram representados pela falta de instrumentos de pesquisa e pelas severas restrições à consulta de documentos. Se, como veremos adiante, as primeiras iniciativas tratam de iniciar o estabelecimento do conteúdo do acervo da instituição, sobre a consulta aos documentos JHR afirma, retrospectivamente, em 1969, que,

como o AN nunca possuiu autoridade em matéria arquivística, e não passou de um arquivo de custódia do Ministério da Justiça, não se estabeleceu uma política geral [para consulta]. Quando assumi a sua direção a consulta era inteiramente fechada, dependendo de licença do diretor; imediatamente modifiquei tal critério, estabelecendo a maior liberdade (RODRIGUES, 1978, republicado em Rev Acervo, v. 4-5, n. 1-2, 1989/1990, p.14)

Liberdade esta que viria a incentivar a consulta que, de acordo com os dados (lacunares, mas reveladores), entrava em um período de crescimento significativo.

De acordo com os números apresentados em janeiro de 1960 (AN, 1960a)⁵², a Seção de Consulta atendeu, ao longo do ano de 1959, a 2470 pedidos de documentação. As SPL e SPJ, ainda juntas, totalizavam 1432 pedidos. Entre os documentos pesquisados, estavam Livros de Escrituras e de

⁵² Na série Relatórios Anuais consta um relatório que, apesar de não contar com a primeira página, as evidências levam a crer ser da Seção de Consulta e está assinado somente “M. Luiza” [possivelmente seja Maria Luiza Stallard Dannemann]. Neste relatório são apresentados os dados sobre as consultas no ano de 1959 que aqui utilizamos.

Procurações, Autos de Inventários, Processos Crimes, de Habilitação de Casamento, do Tribunal de Segurança Nacional e do Superior Tribunal Militar. Com a finalidade de pesquisa histórica, contou-se 38 consultas, outras 50, aproximadamente, foram para fins de genealogia. Os documentos disponibilizados datavam entre 1850 e 1950.

A SDH atendeu 569 pedidos, dispersos em 13 diferentes coleções. Entre elas destacaram-se as de “Decretos de Títulos Honoríficos”, de “Desembargo do Paço”, de “Sesmaria”, do “Registro Geral de Mercês”, da “Mesa da Consciência e Ordens”, da “Guerra do Paraguai”, da “Entrada de Estrangeiros” e da “Colônia do Sacramento”. A finalidade das pesquisas se distribuía entre pesquisa histórica, genealogia, direitos pessoais e pesquisa nominal (nas quais eram indicados apenas o nome de uma pessoa, lugar ou entidade ou um assunto específico). A documentação pesquisada datava dos séculos XVIII e XIX.

As Seções da Administração Descentralizada, dos Ministérios e de Mapas (recentes desmembramentos da Seção Administrativa), em suas coleções mais solicitadas, somavam 270 pedidos. Dentre elas, se destacaram as de Mapas e plantas, de “Sesmarias”, de “Sizas” (impostos), de “Registros de Terras” e de “Correspondências dos Presidentes das Províncias”. A documentação, em sua maioria dos séculos XIX e XX, foi consultada, em grande parte, para fins de direitos pessoais, mas também serviu à pesquisa histórica e à genealogia. Quanto aos consulentes destas Seções, do total de 744, 132 eram advogados, 91 eram funcionários (sem maiores definições), outros 91 eram comerciantes e comerciários, 38 eram “prendas domésticas”, 27 estudantes e 19 professores; outras profissões contavam os 175 remanescentes.

A Biblioteca recebera 199 pedidos, registrando, segundo a autora, um significativo aumento em relação ao ano anterior. Se as requisições giravam em torno de obras históricas, de referência e biografias, por sua vez, as obras de bibliografia e de referência e os periódicos auxiliavam os consulentes e os funcionários do arquivo em suas buscas.

Ao longo de 1959, começariam a se efetivar as iniciativas em relação à inventariação da documentação e à sistematização da disponibilização destes à consulta. O início do trabalho de levantamento documental e de elaboração do

inventário do acervo do AN, que contava com o auxílio de Boullier de Branche (AN, 1959c, pp. 01-02), e a impressão em Multilite do trabalho *Preparo dos Inventários Preliminares* (Idem, p. 02) representam os primeiros passos em direção aos objetivos propostos para a Reforma. Obras em andamento, ainda, preparavam a infraestrutura da instituição para a instalação de uma oficina de encadernação e restauração de livros e documentos (Idem).

Nos primeiros meses de 1960, prosseguiu o trabalho de inventariação nas Seções de Documentação Histórica, dos Ministérios, ainda com a colaboração de Boullier de Branche (AN, 1960b, pp. 01-02) e a revisão dos fichários da Seção do Poder Judiciário. A estruturação dos serviços de consulta continuava com os “trabalhos de encadernação dos inúmeros volumes da Biblioteca, preciosos e raros alguns, e que se achavam sob iminente ameaça de completa destruição” (Idem, p. 03). Volumes do Diário Oficial, de Leis do Brasil, dos Relatórios Ministeriais e dos Presidentes de Província e de revistas especializadas passavam igualmente pelo processo de encadernação. Ao todo, na metade daquele ano, 2.115 volumes estavam passando ou haviam passado pela Oficina de Encadernação e Restauração de Livros e Documentos. Quanto às aquisições, foram incorporados ao acervo da Biblioteca, com a intenção de completar os conjuntos, volumes da coleção Brasileira e dos Anais da Câmara de 1823 a 1927, números de Revistas Históricas e Publicações de Arquivos, totalizando 1.150 novos volumes (Idem, pp. 03-04).

A inventariação prossegue ao longo do ano, até sua interrupção ao final de outubro (AN, 1960c, p. 02), causada pelos recorrentes problemas de orçamento e pessoal, nas Seções de Documentos Históricos, dos Ministérios, do Poder Legislativo. Da mesma forma, a revisão dos fichários da Seção do Poder Judiciário teve seus trabalhos suspensos no final de 1960. Dois repertórios, citados anteriormente - sobre entrada de estrangeiros e títulos nobiliárquicos brasileiros – haviam sido elaborados e estavam em vias de publicação.

Como realização primeira da disponibilização da documentação constante no acervo do AN, a Seção de Documentação Histórica contribuiu com documentos para duas exposições: uma em Curitiba, junto ao Congresso Eucarístico Nacional, e outra sobre a inauguração de Brasília. Uma terceira foi organizada, no saguão do prédio do AN, sobre o Sete de setembro, cuja

repercussão leva JHR a explicitar o “regular número de visitantes [,] inclusive repórteres de jornais e televisão” (Idem).

A partir de agosto de 1961, foi retomada a inventariação do acervo, paralisada desde outubro de 1960. Isto só se tornou possível com o recrutamento de novos funcionários, oriundos, de acordo com JHR, em sua grande maioria, das fileiras dos cursos ministrados no AN (AN, 1962a). Silenciava o Diretor, porém, sobre a natureza desta contratação de pessoal e sobre a regularidade na realização de cursos, suas temáticas, composições ou durações.

Junto às seções que já vinham recebendo tratamento técnico, fora incluída, na continuidade do trabalho de levantamento e inventariação, a Seção de Mapas. O número de aquisições para a Biblioteca chegara 759 obras, num total de 1.736 volumes. Na mesma repartição, outros 1.867 livros foram registrados, 980 catalogados e classificados, 859 encadernados e 272 foram fornecidos para consulta. Por ela foram enviadas, ainda, 156 fichas para o Serviço de Intercâmbio e Classificação do IBBD⁵³ (Idem, p. 04).

No ano de 1961, o AN continuava a publicação de listas e inventários de documentos constantes em seu acervo, como o Registro de Estrangeiros. Apesar de possuir aparelhagem obsoleta e instalações precárias, a Oficina de Encadernação trabalhava para atender os serviços mais urgentes de restauração e encadernação, mesmo que de forma lenta e distante de suprir as necessidades das seções (Idem, p. 05).

No Relatório de 19 de janeiro de 1962, JHR oferece dados sobre o Serviço de Consulta e diagnostica uma progressiva utilização deste serviço. As principais evoluções, na sua avaliação, foram na consulta de documentos e na extração de certidões para fins de direito. No ano de 1961 foram registrados 968 novos consulentes, ao passo que, em 1960, foram 770 e, em 1959, 744. As consultas se distribuía por todos os setores responsáveis diretamente pela documentação: Seções de Documentação Histórica (398), dos Ministérios (314), do Poder Legislativo (114), do Poder Judiciário (1.520), de Mapas (63) e Biblioteca (272), totalizando 2.681 consultas. Nestas, 1.105 certidões foram

⁵³ Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, fundado em 1954 e, a partir de 1976, denominado IBICT, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

extraídas: 924 oriundas da Seção do Poder Judiciário, 145 da Seção dos Ministérios e outras 36 da Seção de Documentação Histórica (Idem).

O trabalho de inventariação “segundo técnicas modernas” (AN, 1963, p. 03) experimentou uma continuidade no ano de 1962, envolvendo as cinco seções responsáveis pelo trato com a documentação. A Biblioteca, por sua vez, efetuou o registro de 1.257 livros e teve 611 encadernados. A incrementação do acervo se deu pela aquisição de 692 obras, totalizando 1709 volumes, e pelo recebimento de outros 531 livros por meio de doações. Foram incluídos no “Kardex” (sistema de indexação lógica e física, baseado em fichas) 566 títulos de periódicos, catalogadas e classificadas 1.134 obras, sendo que, destas, 1.030 foram pesquisadas no Serviço de Intercâmbio e Classificação (SIC) do IBBD. A este órgão foram encomendadas 292 coleções e a ele enviadas 188 para impressão. Ao longo do ano, foram produzidas 9.377 fichas, sendo remetidas 1.134 destas ao Catálogo Coletivo do IBBD e outras 5087 “para novos catálogos coletivos (Sistemático, de Compras e de Cabeçalhos de Assunto)” (Idem, p. 05).

A continuidade nas publicações, em 1962, se deu através da edição e distribuição do livro de Schellenberg, *Arquivos Privados e Públicos: Arranjo e Descrição*, do terceiro volume dos Registros de Estrangeiros 1831-1839 e do Catálogo de Plantas e Mapas da Cidade do Rio de Janeiro 1750-1962. No prelo, havia um trabalho sobre Estrangeiros nos Estados 1777-1819, o quarto volume dos Registros de Estrangeiros, “uma obra técnica de TS, inédita mesmo em inglês” e um volume sobre a África, de autoria do Marechal Raimundo José da Cunha Matos (cujo manuscrito original foi cedido pelo IHGB). Em elaboração, encontravam-se trabalhos sobre o Conselho de Estado e a Ordem da Rosa (Idem).

No Relatório referente a 1962, enquanto JHR expõe os resultados obtidos nos serviços ao público, mais uma vez a primazia do trabalho voltado ao amparo à administração pública sobre o incentivo e a realização da pesquisa histórica se torna evidente. De acordo com o Diretor,

o AN tem procurado, por todos os meios, colocar seus serviços à disposição dos órgãos governamentais e do público em geral. Através da ampliação e do aperfeiçoamento de seus instrumentos de busca, objetivou não só concorrer, eficientemente, para *sua primordial tarefa*

de fator ponderável na atividade administrativa, como também incentivar a pesquisa histórica no Brasil (AN, 1963, p. 06) (grifo nosso).

Neste sentido, coloca JHR, foram atendidas consultas inclusive do estrangeiro, por meio de correspondência.

Comemorava o Diretor os resultados positivos desta nova orientação, apontando o aumento do movimento na Seção de Consulta, fazendo questão de ressaltar que esta encontrava-se “aberta ao público durante todo o expediente da repartição” (Idem). O total de consulentes registrados se elevou a 3.577, sendo que, somente em 1962, contaram-se 1.095 novos registros. No ano de 1961, este número havia crescido em 968 consulentes, em 1960 foram 770 novos registros e, em 1959, foram outros 774. O número de consultas, que no ano de 1961 atingia 2.681, em 1962 chegava a 3.690. A SPJ participara com 1.781 delas; a SDH com 792; a SM com 486; a SPL com 29; a de Mapas com outros 142 e a Biblioteca contava 460. Foram extraídas 1.049 certidões, sendo 854 de documentos da SPJ; 102 da SM e 93 da SDH (Idem).

Uma vez mais, a lacuna nos relatórios, ao final do período analisado, não impede a explicitação dos avanços em direção à modernização e à orientação para a integração da instituição à administração pública. Não só o avanço na organização da documentação, mas também o aumento significativo dos registros de consulentes, do número de consultas e do acervo e da organização da Biblioteca são, apesar da falta de padronização dos dados na documentação, fortes indícios de que a ideia de renovação e abertura do arquivo estava se plasmando na instituição.

2.8. Sistema Brasileiro de Arquivos

Ao estabelecer seu diagnóstico sobre a instituição, JHR condena, enquanto mais uma das lacunas a serem supridas pela Reforma, a falta de relações entre o AN e o as diversas instituições arquivísticas existentes no Brasil. Efetivamente, a necessidade da articulação de uma rede entre os diversos arquivos brasileiros, com o AN no centro deste sistema, e de uma política única

e abrangente para os componentes desta rede, aparece ainda no diagnóstico de JHR (AN, 1958, pp. 03-04). Sublinhava, na ocasião, não só a distância entre o AN e os arquivos dos órgãos federais, bem como, pelo reconhecimento da autonomia das outras duas esferas políticas e arquivísticas, entre o AN e os arquivos municipais e estaduais. Criticava, ainda, a posição do AN no quadro político-institucional do Estado que, segundo o Diretor, revelava-se como mais um aspecto desta desconexão entre as instituições arquivísticas e/ou produtoras de documentos entre e internamente às instâncias políticas (municipal, estadual e federal).

A criação de uma política que estabelecesse relações entre as três instâncias, tendo o AN como interlocutor central, aparecia como um objetivo maior no horizonte das diretrizes que compunham o plano da Reforma. A modernização do arquivo, através da Reforma do AN e da criação de uma Lei de Arquivos, deveria colocá-lo no centro do sistema formado pelos arquivos da Nação. Prescrevia a unidade e a indivisibilidade dos Arquivos Nacionais, reconhecendo a legitimidade dos arquivos federais e estaduais enquanto um princípio fundamental da política arquivística que viria a propor. A regulamentação legal e a implantação de uma política comum nas relações entre instituições aparecem com uma dupla importância, funcionando como um laço relacional: são, por um lado, as bases para o sucesso da Reforma e, por outro, os objetivos no horizonte das transformações propostas.

Esta preocupação conheceu, entretanto, dois momentos distintos ao longo da gestão honoriana: o primeiro, marcado pela preocupação com os problemas derivados da transferência da Capital Federal para Brasília e, a partir de um diagnóstico interno, associado a esta preocupação, o segundo, voltado aos problemas da desconexão entre os arquivos da nação e o Arquivo Nacional e da inexistência de uma política de tratamento documental unificada e abrangente.

Já na “Exposição dos Motivos” (Idem), o estabelecimento de relações entre as instâncias arquivísticas (produtores/acumuladores, arquivos locais, instâncias superiores e o próprio AN) está presente: de acordo com JHR, a Reforma visava

conferir ao AN a posição, que deve assumir, de unidade superior do conjunto de órgãos e entidades dedicadas, em nosso país, à guarda de documentos, pois só assim poderá ele atuar como se faz mister, no sentido da preservação de documentos atualmente dispersos e mal cuidados, mas cuja perda é de evitar, pois representaria prejuízo inestimável para o patrimônio histórico do país. Nesta situação, em que atua como órgão normativo e coordenador, poderá ele ainda promover mais proveitosa utilização desses documentos, em benefício do melhor conhecimento de nossa história (Idem, p. 03).

Porém, no início de seu percurso enquanto Diretor, uma premente preocupação com o fato de a Capital Federal estar à beira de sua mudança para Brasília eclipsava a desconexão entre as esferas arquivísticas do país. A possibilidade de os diversos órgãos componentes do Poder Executivo, como não tivessem intenção de levar seus arquivos, voltarem-se ao AN, a fim de se ver livre de, ou simplesmente não ter de transportar, seus arquivos ou suas massas documentais acumuladas, associado ao desconhecimento da realidade arquivística nacional pela instituição, levaram JHR a trabalhar pela inscrição do tema dos arquivos no âmbito dos estudos relacionados à transferência da Capital Federal.

As primeiras iniciativas neste sentido se voltavam à intenção de incluir o problema dos arquivos no âmbito dos estudos sobre a transferência da Capital, tanto em relação ao recolhimento dos documentos, quanto em relação à expansão do espaço físico da instituição, fosse um lugar cômodo na nova capital, fosse a ocupação de locais pertencentes aos órgãos que partiriam do Rio de Janeiro e que poderiam ser destinados à instituição.

Enquanto estes esforços, investidos na inscrição dos arquivos em uma problemática maior sobre a transferência, não frutificavam, JHR articulou, junto ao DASP e com a assistência de um funcionário do programa conhecido como Ponto IV⁵⁴, uma comissão informal para perscrutar os arquivos ministeriais. A realidade encontrada por JHR nos arquivos do poder executivo, quando de sua visita aos Ministérios, reforçava o diagnóstico sobre a obsolescência do AN: enquanto este não capitaneasse a política nacional de arquivos, aqueles continuariam a tratar de seus documentos de forma inadequada. Relegados a

⁵⁴ Cf. supra nota 40

um plano inferior, desprovidos de instalações - muitas vezes simplesmente atirados em ambientes inóspitos - a documentação moderna, produzida em massa pela administração (pública, em primeira instância), estava ameaçada de destruição por sinistros ou mesmo pela deterioração causada por agentes orgânicos (AN, 1960c, p. 06).

No Relatório Anual de 1961 (AN, 1962a), a transferência da Capital para Brasília, que antes estava relacionada às práticas documentais nas diferentes instâncias públicas produtoras de documentos, passava a constar no tópico “Recolhimento de arquivos” e, assim, a fazer parte da problemática sobre a instauração das práticas de envio da documentação ao AN, bem como da coleta e tratamento da documentação por parte deste, e, por extensão, do aumento do espaço físico destinado à documentação da Nação. As constatações retiradas das visitas aos arquivos ministeriais, após o primeiro impacto do descaso, voltam-se para a ausência de atuação do próprio AN no cenário administrativo do país: essencialmente dedicado aos documentos históricos, a vocação para o tratamento da documentação administrativa atrofiara, deixando uma documentação crescente órfã de mecanismos de tratamento e destinação.

Já sob o título “Sistema Brasileiro de Arquivos”, a ideia de formar uma rede entre as instituições e repartições arquivísticas nacionais surge enquanto “necessidade de sistematizar e unificar as atividades arquivísticas em todo país, e ao mesmo tempo, proteger o patrimônio documental da nação” (Idem, p. 06). Alicerçada na constituição de uma Comissão para “estudar os vários aspectos do problema e apresentar sugestões sobre a criação de um Sistema Brasileiro de Arquivos e providências complementares para a sua implantação” (Idem), a ideia de sistema aparece enquanto uma matriz de práticas documentais voltadas a reger a atuação dos produtores/acumuladores, emanada do AN, mas que funcionaria antes que este estrasse em contato com a documentação.

Criada em setembro de 1960, pelo Decreto nº 48.936, a Comissão passou a reunir-se, efetivamente, a partir de novembro de 1961 de forma regular, com a finalidade de preparar um projeto de Lei, que deveria ser enviado ao Congresso Nacional,

estabelecendo as bases de uma política de proteção e assistência a todos os arquivos em todo território nacional, e simultaneamente, dotando o *órgão central do sistema* de recursos que lhe possibilitarão a realização dos seus objetivos” (Idem) (grifo meu).

Neste âmbito, o conceito de sistema representa o ideal de modernização que JHR esforçava-se por implantar através da Reforma: o modelo sistêmico, centrado no AN, impunha-se à fragmentação que imperava no modelo, considerado obsoleto, de instituição histórica predominante até a chegada de JHR à Direção da instituição.

De acordo com o relatório de 29 de janeiro de 1963 (AN, 1963), referente ao ano de 1962, a Comissão, que havia iniciado seus trabalhos efetivamente em novembro de 1961, trabalhou até julho do ano seguinte. Suas conclusões, lançadas em seu relatório final, vieram acompanhadas por um projeto de Lei que versava sobre a criação de um sistema de arquivos de abrangência nacional. A solução, para JHR, não poderia prescindir de assertivas inscritas diretamente nos preceitos fundamentais da Nação. Segundo o Diretor, “o exame desse problema evidenciou a imprescindível necessidade de medidas destinadas à salvaguarda do patrimônio documental da nação, como imperativo constitucional” (Idem, p. 07).

Não se tratava somente de problemas cuja resolução fosse meramente local: ultrapassavam a resolução dos problemas específicos de cada formação arquivística, de forma que “os vários aspectos da questão (...) impõem soluções globais, intimamente vinculadas às atividades desta repartição, *centro técnico natural de semelhte Sistema*” (Idem, p. 07) (grifo nosso). Resolver a Reforma era, neste sentido, encontrar a fórmula que sanasse anos de descaso e devolvesse o AN ao seu lugar institucional devido, com o funcionamento que lhe permitisse dar conta de suas atribuições internas e externas. O trabalho, porém, estava ainda a caminho de sua efetiva realização, uma vez que “uma racional política de eliminação e recolhimento de documentos está na base da própria existência do Arquivo Nacional, implicando uma soma de recursos materiais e de pessoal que este órgão ainda está longe de possuir” (Idem, p. 07).

Uma realização do AN concreta no sentido de lançar luz sobre o campo no qual este sistema poderia desenrolar-se foi o envio de um questionário às

mais diversas repartições públicas (civis e militares, federais, estaduais e municipais). Este foi o instrumento escolhido para filtrar as informações que foram julgadas necessárias à modelagem do sistema a ser implantado. A real efetividade desta iniciativa, porém, não pôde ser constatada⁵⁵.

O projeto de Lei, formulado pela Comissão de 1961, não vingou. Já em 1978, com o Decreto 82.308, de 25 de setembro, tornava-se Lei o Sistema Nacional de Arquivos. E mesmo este não chegou a ser efetivado. Somente em 1991, através da Lei 8.159/91, veio a ser instituído e sistematizado, junto ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)⁵⁶.

2.9 Administração e pesquisa histórica

Desde o estabelecimento do diagnóstico até a sistematização dos diferentes aspectos da Reforma, o tom administrativo e de contraposição entre administração e pesquisa histórica se estabelece de forma radical. A ideia de que a pesquisa histórica deveria ser suspensa, mesmo que de forma temporária, abriu caminho para o desenvolvimento dos temas administrativos do AN. A reorganização da lógica documental, com a introdução dos métodos arquivísticos modernos, em torno da noção de fundo, reorienta o trabalho do arquivo em direção à administração. Não foi somente uma alteração nos assuntos tratados pelo arquivo, foi também uma transformação da lógica de funcionamento da instituição: da “coleção” ao “fundo”, do arquivo histórico ao

⁵⁵ A série “Políticas de arquivo” do Fundo “AN” do AN compõe-se, quase exclusivamente de da mesma correspondência, remetida a diferentes órgãos da administração pública, junto à diretiva de se mandar cópia a uma dezena de repartições, em sua maioria, por circunscrição geopolítica, se era destinada à Prefeitura, deveriam ser remetidas cópias para a Câmara de Vereadores, para a Igreja da Paróquia, para Arquivos (na existência destes), etc.; convites para congressos internacionais e correspondências diversas completam a série. O tempo diminuto e a obtenção tardia da documentação impediram a pesquisa de dar conta desta documentação de forma satisfatória, porém, sua utilização aqui se dá no espaço permitido pelas relações de uma análise possível.

⁵⁶ JARDIM, 1995; sítio do CONARQ, Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=19>> Acesso em: 17 jun. 2015.

arquivo moderno, há um refundamento organizacional, institucional e dos procedimentos no AN.

A introdução dos princípios da teoria arquivística ascendente, principalmente os receitados por Theodore Schellenberg ao AN, provocam a passagem, no objetivo principal da instituição, de uma busca pelos documentos que permitiriam historiadores a escrever a História do Brasil ao recolhimento, classificação e conservação sistemáticos da documentação administrativa, primariamente, pública, gerada pelos órgãos componentes dos Poderes da União. De acordo com o historiador e arquivista norte-americano,

os arquivos são básicos para o funcionamento de um governo. São necessários em qualquer fase de seu trabalho, tanto para a conduta das transações rotineiras diárias, como para a formulação de programas de largo alcance, diretrizes e procedimentos. Um governo depende, literalmente, de seus arquivos e não pode operar sem os mesmos. São eles os instrumentos por meio dos quais o trabalho de um governo é realizado (...). Os arquivos incorporam uma grande soma de experiência oficial, necessária para dar coerência e continuidade às ações do governo, para a determinação de diretrizes, para resolver problemas de procedimento e para tratar de várias espécies de assuntos (SCHELLENBERG, 1960 *in* JAMESON, 1964, p. 23).

Esta alteração coloca em primeiro plano a importância dos arquivos públicos e representa uma revolução no arquivo: prevê uma nova sistemática de entrada, novos procedimentos de triagem e separação, uma nova forma de organização da documentação e, a partir de então desconectada desta, uma nova estrutura organizacional da instituição.

Passar da “composição de coleções” para a organização da documentação em fundos (ou seja, por sua origem), impõe uma sistemática que dilui as raridades reunidas por temas na seriação dos documentos administrativos, privilegiando o caráter contínuo da produção, e invertendo o sentido da acumulação: se, na ordem temática, importava a qualidade do documento para onde o documento iria, em que conjunto se encaixaria, na lógica dos fundos o que importa é de onde o documento se origina. Para além disso, a raridade do documento (sua importância *de per se*) deixa de fazer parte da lógica, sendo que o documento passa a fazer sentido somente dentro da série, enquanto se encontra entre os documentos que lhe envolvem, os que vem antes

e depois, enquanto a composição das séries e dos quadros (“séries de séries”) lhes dá uma grade de compreensão mais homogênea que a composição das coleções temáticas. De acordo com Schellenberg, os arquivos “contém informação sobre todos os aspectos da atividade deste [do governo] e tal informação cresce em valor e extensão à medida que mais documentos são acumulados e preservados” (SCHELLENBERG, 1960 *in* JAMESON, 1964, p. 23).

Para além das alterações entre singularidade/regularidade, qualidade/quantidade, há uma última inversão: a teoria dos valores documentais de Schellenberg (2012) inverte a importância do uso da documentação. A categorização, por parte deste discurso, dos valores documentais, reafirma esta ênfase na administração e a relegação da pesquisa histórica a um nível secundário. Para o autor,

os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados (SCHELLENBERG, 2012, p. 180).

Não mais se acumulam em função do uso futuro dos historiadores, mas primordialmente para um uso presente pelos produtores.

Estas transformações na própria concepção da documentação enquanto conjunto lógico, seriado e voltado ao trabalho dos produtores provocam, no modelo institucional, alterações profundas: desde a instituição espelhada na organização da documentação à organização tal qual as diferentes instituições componentes dos Poderes da União, a modernização institucional busca dar visibilidade às competências que o AN deveria ter dado conta ao longo do tempo - mas não estava - e às necessidades surgidas com as alterações da modernidade e da modernização do Estado Nacional.

As alterações na estrutura organizacional, na nomenclatura dos setores e o surgimento de novas divisões institucionais visam dar conta de novas competências, novos tipos documentais e ainda dotar a instituição de mecanismos modernos de tratamento documental. De acordo com JHR, “dentre as alterações introduzidas, cabe ressaltar em primeiro lugar, a da transformação

das Divisões em Serviços, atendendo ao critério natural de proporcionalidade que deve ser observado na instituição de órgãos” (AN, 1958, p. 02). Junto à criação do Serviço de Documentação Escrita – criado para dar conta das divisões anteriores da documentação – o surgimento do Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica, em um sentido diferente, vem para dar conta de novos suportes documentais, surgidos entre fins do século XIX e início do século XX.

Quanto à instauração de mecanismos modernos de tratamento documental, ao grande número de publicações técnicas que se observa ao longo de todo o período em que JHR foi Diretor da instituição, e às visitas dos professores Henry Boullier de Branche e Theodore Schellenberg - e o trabalho realizado a partir destas – junta-se a iniciativa de constituição do Curso Permanente de Arquivos e a realização de diversos Cursos Avulsos voltados em sua maioria para o público interno do AN.

A introdução das teorias arquivísticas modernas, a nova orientação em relação ao recolhimento de documentos e a orientação a “promover a pesquisa histórica” (ao invés de realiza-la diretamente) representam também a intenção de priorizar os assuntos administrativos em relação aos históricos. De forma evidente, o sentido da Reforma é o de implantar uma nova lógica, centrada na posição que o AN deveria assumir

de unidade superior do conjunto de órgãos e entidades dedicadas, em nosso país, à guarda de documentos (...) Nesta situação, em que atua como órgão normativo e coordenador, poderá ele ainda promover mais proveitosa utilização desses documentos, em benefício do melhor conhecimento da nossa história (Idem, p. 03).

Com a ênfase na normatividade e na coordenação do AN sobre as instituições arquivísticas do país, o lugar da história se estreita: ao tomar como finalidades do AN a preservação da documentação do governo, a disponibilização desta documentação ao uso dos órgãos governamentais e a promoção da pesquisa histórica (e somente de forma secundária sua realização), transpôs a pesquisa histórica para o segundo plano e abriu o espaço institucional para a ascensão do discurso arquivístico.

CONCLUSÃO

A Reforma do AN centrou-se em um par conceitual que, mesmo antes de sua efetivação, norteou a própria concepção de seu projeto: o jogo entre obsolescência e modernidade pautou tanto o diagnóstico da situação em que se encontrava a instituição, quanto o receituário das ações necessárias e a terapêutica aplicada para sanar tal situação. Colocou em lados opostos, também, a administração e a pesquisa histórica.

De acordo com a análise do diagnóstico, a dedicação quase exclusiva do AN para com a documentação histórica - tanto em termos de recolhimento, quanto de classificação e guarda - representava a obsolescência da lógica de funcionamento do AN. A modernidade, por seu turno, se realizaria pela implantação de uma lógica que privilegiasse o papel de órgão responsável pela elaboração e execução de políticas documentais no país, com capacidade técnica para recolher, classificar e conservar a documentação administrativa do Estado brasileiro, e coloca-la à disposição deste, com vistas ao bom funcionamento da máquina pública.

A leitura da realidade do arquivo que se estabeleceu fornecia um quadro situacional negativo, ressaltando problemas de organização, de finalidade e de funcionamento do AN. O *status quo* foi diagnosticado enquanto permanência de aspectos ultrapassados que já não davam conta das competências necessárias naquele momento. O presente da instituição foi pintado como simples permanência do passado. Foi projetado, então, no futuro, o que o AN deveria ser no presente.

Os problemas que vinha enfrentando, neste entendimento, se relacionavam diretamente a esta situação de obsolescência institucional que atingia o formato, o funcionamento e a finalidade do AN. A ênfase no trabalho de coleta da documentação histórica, a persistência da ideia de colecionar documentos e o espelhamento da estrutura do órgão com a organização da documentação foram os aspectos mais evidenciados neste sentido.

Para resolver estes problemas, as soluções implementadas foram, primeiramente, a reorganização institucional, libertando a estrutura das amarras da documentação; a reelaboração das finalidades do arquivo, dando ênfase ao trabalho voltado à administração; a execução de melhorias e o aumento do espaço físico disponível, tanto para o armazenamento da documentação, quanto para o desenvolvimento das atividades relacionadas às finalidades que permaneciam e que surgiam; o incremento qualitativo e quantitativo dos recursos humanos da instituição; a atualização das técnicas de arquivo empregadas na organização da documentação – aí inclusas as visitas técnicas de profissionais estrangeiros – o aparelhamento material e o aumento dos recursos orçamentários recebidos; a abertura e a expansão dos serviços ao público e, por fim, a sistematização de uma rede de órgãos e instituições voltadas ao tratamento documental e o posicionamento da instituição como centro normativo e de coordenação das políticas de arquivo no país.

Nem todas estas iniciativas lograram êxito completo, por outro lado, também não houve falência total em nenhuma delas em relação à sua sistematização. O desenvolvimento de cada uma delas se deu de acordo com os recursos disponíveis e com as dificuldades específicas que enfrentaram. A interdependência entre elas foi também um aspecto que se evidenciou ao longo da análise.

As alterações previstas na finalidade e na estrutura da instituição logo tomaram forma, porém sofreram atrasos e restrições devido à escassez de pessoal e à sua falta de treinamento, ao reduzido espaço físico disponível, à falta de material permanente e de consumo e às dificuldades orçamentárias experimentadas ao longo da quase totalidade do período considerado. Vieram a se completar somente nos anos subsequentes, mas se mostraram perenes.

As iniciativas relacionadas ao espaço físico, apesar das restrições orçamentárias, demonstraram avanços significativos tanto no que tange a adequação do prédio (reformas e aparelhamento) quanto em relação ao aumento do espaço disponível (expansão das instalações no Rio de Janeiro e negociação de instalações em Brasília, efetivada, porém, somente em 1975).

Já o aumento do quadro de pessoal, talvez o mais complexo dos assuntos tratados neste trabalho, demonstrou uma irregularidade ao longo do período abordado, tanto pelo grande número de iniciativas postas em prática para a contratação de pessoal, quanto pela diversidade de fatores que impediram a perenidade de suas reais efetivações. Quanto à qualificação dos recursos humanos disponíveis, merecem destaque a realização de cursos avulsos, a irregular, mas efetiva, realização do Curso Permanente de Arquivos - com seu conteúdo reelaborado para dar conta das novas competências da instituição - e as visitas técnicas de profissionais estrangeiros. Estas que, por sua vez, imprimiram indeléveis marcas na teoria e na prática do trabalho de arquivo no país e deixaram um legado de publicações técnicas com fôlego tal que demonstra sua atualidade e aplicabilidade até os dias de hoje.

O trabalho sobre o acervo, mesmo sofrendo interrupções com a irregularidade da composição do quadro de pessoal, foi alavancado pelas visitas de profissionais estrangeiros, promovendo a organização e o restauro da documentação e a produção de instrumentos de busca que permitiram a recuperação e o acesso à informação contida nos documentos sob custódia da instituição. Acesso este que foi alargado com a criação de uma seção voltada à consulta, à disposição dos consulentes no período integral de funcionamento da instituição e sem a restrição imposta nos Regulamentos anteriores, que até então previam a necessidade de autorização expressa do Diretor para consulta à documentação.

A burocracia estatal, o momento da economia nacional e o descrédito pelo qual passava o AN dificultaram a liberação das verbas aprovadas nos orçamentos da União, acarretando dificuldades na contratação de pessoal e na aquisição de material permanente e de consumo para a instituição. Nem o aumento significativo nos valores brutos destinados à instituição, uma vez que somente parte destes eram liberados e a recessão econômica diluía seu aumento real, pode ser considerado como um avanço significativo neste sentido. A penúria material do órgão também se fez sentir ao longo de grande parte do período: desde a falta de itens básicos, como papel higiênico, até a aquisição de meia prateleira, o fornecimento de material de consumo e permanente não supria a demanda do AN. A situação sofreu alterações no final do período abordado,

mesmo assim, não se mostraram significativas a ponto de serem tomadas como um avanço em relação à questão.

Por fim, a busca por instituir um Sistema Brasileiro de Arquivos, objetivo tardio da Reforma, restou disperso entre a intenção de aproveitar os estudos relativos à transferência da Capital Federal para Brasília, para nestes incluir o problema da desconexão entre as diferentes esferas arquivísticas dos Poderes da União, e a iniciativa de unificar as atividades relativas ao arquivo e proteger o patrimônio documental do país, através da criação de uma Comissão encarregada de estudar os problemas arquivísticos do Brasil e apresentar sugestões acerca da criação de tal Sistema. Apesar disso, uma primeira iniciativa em relação à formação do Sistema veio a se tornar realidade com a distribuição de um questionário aos mais variados órgãos das três esferas políticas componentes da nação, lançando as bases do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) que viria a se consolidar nos anos 1990.

É inegável contribuição das iniciativas contidas na Reforma para a modernização do arquivo e para a institucionalização da arquivística no Brasil. Desde a reorganização institucional e da documentação, passando pela atualização dos suportes documentais, até a introdução das teorias arquivísticas mais avançadas à época, pela recepção de profissionais estrangeiros e pelas publicações técnicas, a Reforma busca, de ponta a ponta, introduzir, implantar e sistematizar a aplicação dos conhecimentos mais avançados no campo das técnicas de arquivo e adequá-los à realidade nacional da forma mais completa possível.

Já em relação à pesquisa histórica, relegava-a ao segundo plano, fosse pelas mudanças no papel social da história à época, ou pela premência da busca por soluções para os problemas arquivísticos que se apresentavam no momento. A relação entre a pesquisa histórica e as técnicas de arquivo, no âmbito da Reforma, restava desequilibrada em favor das últimas, imprimido a ela um caráter de inserção da teoria arquivística moderna entre a administração pública e a pesquisa histórica e, na inversão das prioridades, privilegiando, na finalidade do AN, a disponibilização da documentação para os órgãos responsáveis pela administração pública – o valor primário da documentação, de acordo com a

arquivística moderna - e conferindo um caráter somente de promoção da pesquisa histórica – valor secundário – em detrimento de sua realização.

Este desequilíbrio na relação estabelecida entre administração pública, arquivística moderna e pesquisa histórica nos permite, então, inscrever os esforços investidos na Reforma do AN em um movimento maior, de ascensão de uma disciplina que, a partir do arquivo, pretendia dar conta das questões, tanto administrativas quanto relacionadas à pesquisa histórica, que a documentação oficial colocava à época. A arquivística moderna é introduzida, no recorte específico que cabe a este estudo, para atualizar as relações entre administração e história, no âmbito do AN.

FONTES

1. BRASIL. Regulamento nº 2, 02 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria d'Estado dos Negócios do Império. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/Regulamento%20AN.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014;
2. BRASIL. Decreto 6.164, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Arquivo Público do Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6164-24-marco-1876-549128-publicacaooriginal-64478-pe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014;
3. BRASIL. Decreto nº 1.580, de 31 de outubro de 1893. Reforma o Arquivo Público Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1580-31-outubro-1893-517576-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014;
4. BRASIL. Decreto 9.197, de 09 de dezembro de 1911. Aprova o Regulamento do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9197-9-dezembro-1911-516281-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014;
5. BRASIL. Decreto nº 16.036, de 14 de maio de 1923. Aprova o Regulamento para o Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16036-14-maio-1923-517753-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014;
6. BRASIL. Regulamento do Arquivo Nacional, 1923. Arquivo Nacional, fundo AN, série “Regimentos” AN 579 / 581;
7. BRASIL. Regimento do Arquivo Nacional, 1958. Arquivo Nacional, fundo AN, série “Regimentos” AN 579 / 581;

8. BRASIL. Decreto nº 46.971, de 07 de outubro de 1959. Inclui funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.
9. BRASIL. Decreto nº 48.936, de 26 de setembro de 1960. Cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar os problemas de arquivo no Brasil e sua Transferência para Brasília.
10. BRASIL. Decreto nº 53.843, de 25 de março de 1964. Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com lotação no Arquivo Nacional.
11. BRASIL. Decreto nº 79.329, de 02 de março de 1977. Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências.
12. BRASIL. Decreto 82.308, de 25 de setembro de 1978. Institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR).
13. ARQUIVO NACIONAL. **Exposição de motivos do DASP que deu origem ao Decreto 44.862/58.** Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1958. Fundo Arquivo Nacional, Notação: AN 579 / 581, assunto: Regimentos;
14. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1959a. Relatório. Datilografado.
15. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1959b. Relatório. Datilografado.
16. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1959c. Relatório. Datilografado.
17. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1960a. Relatório. Datilografado.
18. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1960b. Relatório. Datilografado.
19. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1960c. Relatório. Datilografado.
20. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1960d. Relatório. Datilografado.

21. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1962a. Relatório. Datilografado.
22. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1962b. Relatório. Datilografado.
23. ARQUIVO NACIONAL. Relatório. Rio de Janeiro, 1963. Relatório. Datilografado.
24. Correspondência ativa e passiva de JHR:
 - a. Carta do Padre Serafim Leite a JHR, 3 de março de 1958. (RODRIGUES, L; MELLO, 1994, p. 69);
 - b. Carta de JHR ao Padre Luís Gonzaga Jaeger, 2 de fevereiro de 1959. (RODRIGUES, L; MELLO, 1994, p. 117);
 - c. Carta de JHR a Eurípedes Simões de Paula, setembro de 1958. (RODRIGUES, 2004, p. 31);
 - d. Carta de JHR a Eurípedes Simões de Paula, 19 de novembro de 1959. (Idem, p. 34);
 - e. Carta de JHR a Orlando M. Carvalho, 30 de janeiro de 1959. (Idem, p. 107);
 - f. Carta de Mario Calabria a JHR, sem data (fevereiro de 1962?). (Idem, pp. 97-98);
 - g. Carta de JHR a Howard F. Cline, 18 de julho de 1959. (Idem, pp. 216-217);
 - h. Carta de John P. Harrison a JHR, 22 de outubro de 1958. (RODRIGUES, L; MELLO, 1994, p. 100);
25. DANNEMANN, Maria Luiza Stallard. "O Ensino da arquivística". Rev Arquivo & Administração. 1972;1;0:22.
26. FERREIRA, Myrtes da Silva. "Cursos do Arquivo Nacional". Rev Arquivo & Administração. 1973;1;1:12-16.
27. FRAGA, Hélio; LIMA, Raul Rego. "Nível superior para os arquivistas". Rev Arquivo & Administração. 1973;1;3:9.
28. RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
29. _____. **A liberdade de informação e pesquisa**. Rev Arquivo & Administração. Rio de Janeiro : Associação de Arquivistas Brasileiros, v. 6, n. 3, dez., 1978, pp. 5-11.

- 30._____. **Acessibilidade do público aos documentos:** sigilo e reserva.
Rev Acervo. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, v. 4-5, n. 1-2, jul./dez.
1988, jan./jun. 1989, pp. 07-18.
- 31._____. **A situação do Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro: Arquivo
Nacional, 1959. Biblioteca Nacional, Obras Gerais - IV-151-5-10, 3;

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. **A Guerra Fria e o Ensino do Management no Brasil**: o Ponto IV e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa, 2011.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CEZAR, Temístocles. **Como deveria ser a escrita da história no século XIX**. Ensaio de história intelectual. In: Sandra Pesavento. (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 173-208.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comitê de Boas Práticas e Normas (Grupo de Trabalho sobre Acesso). **Princípios de acesso a arquivos**. Rev Acervo, Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, v. 25, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 166-177.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos**. Rev Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, pp. 50-64.

ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FOSNECA, Vitor Manoel Marques de. **A França e o Arquivo Nacional do Brasil**. Rev Acervo. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, v. 25, n. 1, jan./jun. 2010, pp. 81-108.

EVERTON, Sthênio. **Renovação na historiografia**: Marthius a voz que clama no deserto. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

_____. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Microfísica do poder.** 23 ed. São Paulo : Graal, 2007a.

_____. **As palavras e as coisas.** 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

FRANCO, Celina Amaral Peixoto Moreira; BASTOS, Aurélio Wander. **Os arquivos nacionais: estrutura e legislação.** *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 1986. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.1,n.1,jan-jun.1986.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

FURET, François. **O quantitativo em história.** In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas.* Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história.** 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Manoel L. S. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEYMANN, Luciana Q. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro.** Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012.

IGLÉSIAS, Francisco. **José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira.** *Rev Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988, pp. 55-77.

JAMESON, Samuel H. (org.) **Administração de arquivos e documentação.** Série Textos Selecionados de Administração Pública, Vol. XII. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói : EDUFF, 1995.

_____. **Políticas y sistemas de archivos**. México: Secretaría General Iberoamericana: Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos, 2010.

JENKINSON, Hillary. **A manual of archive administration**. London : Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1965.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.

LOURENÇO, Mariana Simões. **Do acervo ao livro**: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922). 190 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. **A construção do “campo científico” da arquivística no Brasil**: debates iniciais e marcos temporais. Rev Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), Brasília, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008, pp. 101-117.

MUNHOZ, Dercio Garcia. **Inflação brasileira**. Rev Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. Jan./jul. 1997.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Brasília, Rio de Janeiro, v. 329, out./dez. 1980.

RODRIGUES, José Honório. **Nova correspondência de José Honório Rodrigues**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

RODRIGUES, LÊDA B.; MELLO, JOSÉ O. A. **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Paulo Roberto E. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 259 f. Tese (Doutorado em Ciências) Departamento de História da FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Problemas Arquivísticos do Governo Brasileiro**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1960;

_____. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro : Editora da FGV, 1980.

SILVA, Armando Malheiro da; PORTO, Fernanda; RAMOS, Julio; REAL Manuel L. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, Welder Antônio. **Retrospectiva da Arquivística Brasileira no séc. XX**. 2002. 96 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Escola de Arquivologia, UNI-RIO, Rio de Janeiro. 2002.

SIMÕES, Mariana. **José Honório Rodrigues, a Turma de Publicações e as Publicações Técnicas do Arquivo Nacional**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356_ARQUIVO_texto_Anpuh_MarianaSimoes_rev.pdf> Acesso em: 27 ago. 2015.

STAPLETON, Richard. **Jenkinson and Schellenberg: a comparison**. Rev Archivaria, Canadá : Association of Canadian Archivists, n. 17, 1983-1984, pp. 75-85.

The American Archivist. Cedar Rapids, Iowa : The Society of American Archivists, v. XVII, n. 4. Out. 1954. Disponível em:

<<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.17.4.c5p44677763651m2>>

Acesso em: 14 jul. 2015

THEODORO, Janice. **Dossiê Eurípedes Simões de Paula**. Rev de História, 160. 1º Semestre de 2009. São Paulo : USP, pp. 17-50. Disponível em:

<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH_160_-

[_Janice_Theodoro.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH_160_-)>. Acesso em: 31 ago. 2015

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

_____. **Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro : LTC Editora, 1982.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília : Unb. 2004.

ANEXO A

Estrutura Organizacional do AN – Regulamento 1923

1. Diretor
2. Seção Administrativa
3. Seção Histórica
4. Seção Legislativa e Judiciária
5. Secretaria
 - a. Seção de Biblioteca e Mapoteca
 - b. Sala de Consultas

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Regulamento do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

ANEXO B

Estrutura Organizacional do AN – Regimento de 1958

1. Conselho de Administração de Arquivos;
2. Serviço de Documentação Escrita:
 - a. Seção do Poder Legislativo;
 - b. Seção do Poder Judiciário;
 - c. Seção da Presidência da República;
 - d. Seção dos Ministérios;
 - e. Seção da Administração Descentralizada;
 - f. Seção de Documentação Histórica;
3. Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica:
 - a. Seção de Mapas;
 - b. Seção de Fotografias;
 - c. Seção de Filmes;
 - d. Seção de Microfilmes;
 - e. Seção de Documentação Sonora;
 - f. Seção de Fonofotografia;
4. Serviço de Pesquisa Histórica:
 - a. Seção de Cursos do Arquivo Nacional;
 - b. Turma de Publicações;
5. Serviço de Registro e Assistência:
 - a. Seção de Registro de Arquivos;
 - b. Seção de Catálogo Coletivo de Arquivos;
 - c. Seção de Assistência Técnica;
6. Seção de Consulta:
 - a. Biblioteca;
7. Seção de Restauração;
8. Seção de Administração:
 - a. Portaria;
 - b. Zeladoria.

Fonte: BRASIL. Regimento do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 1959.

ANEXO C**Estrutura Curricular do Curso Permanente - 1923**

1º ano

História Literária;

Paleografia e epigrafia;

História Política e administrativa do Brasil;

Arqueologia e história da arte.

2º ano

Bibliografia;

Cronologia e diplomática;

Numismática e sigilografia;

Iconografia e cartografia.

Fonte: BRASIL.Regulamento do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

ANEXO D

Estrutura Curricular do Curso Permanente – Portaria nº 5, 1º ago. 1960

1º ano - 1º período

História do Brasil;

Organização da administração brasileira;

Técnica de arquivo;

1º ano - 2º período

Arquivos correntes e arquivos de custódia;

História do Brasil;

História da organização administrativa do Brasil;

2º ano - 1º período

Heráldica e genealogia;

Noções de paleografia;

Organização e administração de arquivos;

2º ano - 2º período

Documentação moderna;

Historiografia do Brasil;

Noções de diplomática e notariado.

Fonte: FERREIRA, Myrtes da Silva, **Cursos do Arquivo Nacional**, Arquivo & Administração, n.1, v.1. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1973.

ANEXO E

Estrutura Curricular do Curso Permanente – 1973

1º ano

Diplomática;

Genealogia;

História do Brasil;

Organização da administração brasileira;

Técnica de arquivo;

2º ano

Heráldica;

História do Brasil;

Notariado;

Organização e administração de arquivo;

Paleografia.

Fonte: FERREIRA, Myrtes da Silva, **Cursos do Arquivo Nacional**, Arquivo & Administração, n.1, v.1. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1973.

ANEXO F

ARTIGO 2º DO REGIMENTO DO ARQUIVO NACIONAL – 1958

Art. 2º Para consecução de seus fins, compete ao Arquivo Nacional:

I - recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar os documentos escritos, cartográficos, fotocinematográficos e sonoros, provenientes dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas;

II - reproduzir, em microfilme, os documentos sob sua guarda ameaçados de destruição;

III - orientar e coordenar, no que concerne à administração de arquivos, a atividade dos órgãos responsáveis pela guarda de documentos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas;

IV - recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar os documentos escritos, cartográficos, fotocinematográficos e sonoros, de valor históricos, provenientes de entidades públicas não integrantes dos Poderes da União, ou de origem particular;

V - promover a execução de um plano de reprodução em microfilme, dos documentos de valor histórico, de propriedade de arquivos nacionais públicos e privados, e de arquivos estrangeiros;

VI - organizar o registro nacional de arquivos codificando informes sobre os arquivos públicos e privados que apresentem interesse histórico;

VII - prestar assistência técnica aos arquivos nacionais, públicos e privados, no que concerne à administração de arquivo;

VIII - fornecer informações, oriundas dos documentos nele arquivados, aos órgãos integrantes dos Poderes da União e a particulares;

IX - fornecer certidões de documentos nele arquivados aos órgãos competentes dos Poderes da União e a particulares;

X - Permitir a particulares a consulta dos documentos nele arquivados de acordo com disposições a serem baixadas na forma estabelecida neste Regimento;

XI - estimular a pesquisa histórica;

XII - realizar pesquisa histórica, quando útil à consecução de seus fins;

XIII - editar publicações de interesse histórico;

XIV - divulgar a história pátria, visando à educação cívica do povo brasileiro;

XV - manter cursos de formação de pessoal especializado em arquivo e pesquisadores de história.

Parágrafo único. O Arquivo Nacional poderá reproduzir, em microfilme, os documentos sob sua guarda cujos originais sejam dispensáveis.

Fonte: BRASIL. Regimento do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 1959.